

Sentença, por que se pede alguma cousa por acção, que nasça della, se póde intentar por assignação de dez dias, *liv. 3. tit. 25. §. 8. (a)*
 Sentença definitiva deve ser em certa quantidade sobre cousa certa, *liv. 3. tit. 66. §. 2. (b)*
 Sentença definitiva incerta, he nenhuma, salvo se se puder liquidar na execução della, *ibid. (c)*
 Sentença géral incerta, como julgar alguém por herdeiro, ou mandar-lhe dar

partilha, he válida, *ibid. §. 3. (d)*
 Sentença condicional, como se condemnasse o Réo no que o Auctor jurasse, he válida, *ibid. §. 4. (e)*
 Sentença definitiva não póde o Julgador mais revogar, *ibid. §. 6. (f)*
 Sentença definitiva póde o Juiz declarar, e seu successor, *ibid. (g)*
 Sentença definitiva deve ter seus fundamentos, e causa, *ibid. §. 7. (h)*
 Sentença final deve ser sellada, e passada pela Chancelaria, *liv. 2. tit. 39. §. 5. (i)*
 Senten-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Moraes de Execut. lib. 2. cap. 6. ex n. 6., Peg. For. cap. 1. n. 199. Et nota ad hanc Legem, quod licet res judicata innovet primam obligationem, novamque adjiciat actionem, semper fit deterior conditio ejus, qui rem judicatum obtinuit; Valer. de Transaction. tit. 5. q. 4. n. 11., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 3. cap. 1. §. unic. n. 24. cum seqq. Et de hac actione in factum, in terminis hujus Legis, & coram quo Judice fit proponenda, vide Giurb. dec. 96. n. 2.

(b) Ad hanc Ordinationem notavit Sylv. omnia, quæ circa illius materiam adduci possunt, & ad eum remittimus lectorem.

(c) Vide Sylv. ubi supr. Et quid si in sententia fiat condemnatio pro certa quantitate, & adjiciatur aliquid illiquidum, an possit fieri executio per totam quantitatem, præstita cautione pro illiquidis deductionibus? vide Moraes de Execut. lib. 6. cap. 9. n. 109.

(d) Vide latè Sylv. in Commentar. ad hunc §.

(e) Vide eundem Sylv. in Commentar. ad hunc §.

(f) Ad materiam hujus Legis, vide Valent. Illustr. lib. 2. tit. 2. cap. 6., Fragos. de Regim. Reip. tom. 1. disp. 10. §. 4. à n. 214., Fermosin. in cap. Qualiter. 17. de Accusat. q. 1. & 2., Fontanel. dec. 458. & 459., Rol. de Executor. p. 1. cap. 9., & p. 2. cap. 7. n. 81. & 82., Giurb. cons. 39. à n. 6., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 17. n. 2. Et an præceptum de solvendo in confessum revocari valeat? vide Barbof. in L. Si debitori. de Judic. à n. 109.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Surd. cons. 289., Salgad. de Reg. proteck. p. 4. cap. 12., Cald. Forens. quest. 9., Reynos. observ. 67. n. 16.; quod intellige, quamvis declaratio mutet substantiam, Gam. dec. 110. num. 36. & seqq. Et vide supra verb. Declaracão póde fazer o Juiz na sentença definitiva.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. Juiz, que dá sentença, sem pôr nella a causa, tem pena de vinte cruzados, &c.

(i) Sententia ut exequi possit, requiritur, quod transeat per Chancellariam, ibique sigilletur, ut probatur ex hac Ordin. & ex lib. 1. tit. 23. §. 2., & tit. 52. §. 12., Cabed. part. 1. dec. 3. num. 7., Thom. Vaz alleg. 86. num. 1., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 1., præter alios quos eruditè adducit Sapiens. D. França in suis aureis Annotat. ad Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 1., quod intellige, si in Civitate, vel oppido sit Chancellaria, aliàs enim absque transitu per Chancellariam exequenda erit, ut probatur ex Ord. lib. 3. tit. 15. §. 1. & tit. 54. §. ult.

Limita tamen hanc dispositionem in sententia de præcepto, quia ad illius executionem non est necessarius transitus per Chancellariam; Cabed. p. 1. dec. 16. n. 6. ad fin., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. n. 63., & alii quos congerit Sapiens. D. França in suis aureis Annotat. ad Mend. à Castr. part. 1. lib. 3. cap. 21. n. 427.

Limita etiam in sententia, quæ non excedit quantitatem mille regalium in nobilibus, ut probatur ex Ord. lib. 3. tit. 30. §. 1. Et quid si fiat executio per mandatum, quin sententia extrahatur è processu, transactaque sit per Chancellariam, an sit nulla? vide Afflict. dec. 253. n. 2., Cabed. p. 1. dec. 3. n. 7., Mend. in Prax. p. 1. cap. 21. n. 1.

Et nota, quod pars victa potest exceptiones opponere in Chancellaria, ad impediendum transitum sententiæ, ut probatur ex Ord. lib. 1. tit. 30. §. 1., & ita quotidie practicatur; sed hæ exceptiones debent esse generis illarum, quæ in executione permittuntur, ut disponitur in Ord. lib. 3. tit. 87. §. 4., & de istis exceptionibus non cognoscit Cancellarius, sed Judices, qui sententiam protulerunt, ex Ord. lib. 1. tit. 30. §. fin., & lib. 3. tit. 96. §. 4., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 18. n. 2., Thom. Vaz alleg. 86. n. 10., Sapiens. D. França in suis aureis Annotat. ad Mend. à Castr. d. cap. 18. n. 5. & seqq.

Et si istæ exceptiones recipiantur, cognoscitur de illis ordinariè cum contrarietate, replicatione, & triplicatione, licet aliàs observetur in exceptionibus executioni oppositis, ut de stylo testatur Cabed. p. 2. arest. 51., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. d. cap. 18. n. 1. Sed hodie contrarium observari tradit judicatum ex Sylv. ad Ord. Sapiens. D. França in suis aureis Annotat. ad Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. d. cap. 18. n. 3., & ita etiam testatur se multoties judicatum vidisse Moraes de Execution. lib. 6. cap. 5. n. 38. in fin. Et si Prætores Civitatis causarum Civitatis Lisbonensis proferant sententias definitivas, an possint litigatores victi opponere exceptiones adversus illas in ipsomet processu, aut debeant eas tantummodo impedire in Chancellaria, vide resolutionem in Placito Senatus, quod est in lib. 2. Dom. Supplicat. fol. 61. vers., cujus tenor talis est.

„ Em 17. de Agosto de 1737. em Mesa grande da
 „ Relação, estando presente o Senhor Belchior do Rego
 „ de Andrade, do Conselho de Sua Magestade, seu Des-
 „ embargador do Paço, e Procurador da Corôa, que
 „ serve de Regedor das Justças, sendo outro-si presen-
 „ tes todos os Desembargadores de Aggravos, que se
 „ achavaõ na Casa, se propôs huma petição de Custodio
 „ Barbofa de Araujo, Proprietario do Officio de Portei-
 „ ro da Chancelaria das Cidades, em que requereo ao
 „ dito Senhor Belchior do Rego de Andrade, que junta a
 „ dita petição aos autos, que tinhaõ corrido no Juizo do
 „ Cível das Cidades, entre partes, Auctor Francisco Fer-
 „ reira Nobre, e Réo Carlos de Miranda Duarte Ribe-
 „ ro, Escrivão Pantalião da Costa, se tomasse Assento
 „ sobre a dúvida, que se movêra, acerca de se embarga-
 „ rem nos autos, ou na Chancelaria as Sentenças profe-
 „ ridas nos ditos Juizos do Cível das Cidades, para o que
 „ se tinha deixado direito reservado por Acordão profe-
 „ rido no Juizo da Corôa sobre os embargos, que elle
 „ dito Porteiro da Chancelaria allegava, pelo prejuizo,
 „ que se seguia ao Officio, de que era Proprietario,
 „ embargando-se as ditas Sentenças nos autos, e não
 „ na Chancelaria, como se havia determinado no di-
 „ to processo contra o que se tinha julgado por outros
 „ muitos do mesmo Senado, e pelo despacho do Se-
 „ nhor Belchior do Rego de Andrade, servindo de Re-
 „ gedor, se mandava deferir em Relação; e vistas as
 „ razões, e documentos, com que o Supplicante in-
 „ struiu o seu requerimento, e muitos Acordãos pro-
 „ feridos sobre este ponto, e estílo, de que informá-
 „ raõ alguns dos mesmos Desembargadores, que ti-
 „ nhaõ servido de Juizes do Cível, se assentou por
 „ votos

Sentença, que se desembarga em Relação, ou seja interlocutoria, ou definitiva, he sempre escripta pelo Juiz do feito, posto que seja de differente voto, *liv. 1. tit. 1. §. 13.*

Sentença definitiva deve ser pura, e não ter condição alguma, *liv. 3. tit. 77. (a)*

Sentença condicional, se della não se appella em tempo, passa em cousa julgada, *ibid.*

Sentença, que se der contra a mãy sobre o parto supposto, não prejudica ao filho, *liv. 5. tit. 55. §. 2. (b)*

Sentença, por que a mãy foi absoluta sobre o parto supposto, não aproveita ao filho, e se ha de esperar, até que elle seja de idade de quatorze annos, *ibid.*

Sentença definitiva, ou interlocutoria dada por Desembargador, a quem for cometido o feito em lugar de outro, que for

absente, ou empedido, conhecerá dos embargos, que a ella se puserem, estando na Casa, e não estando o Proprietario, *liv. 1. tit. 1. §. 24. (c)*

Sentença da Relação se faz segundo o que pela mayor parte he acordado, sendo no despacho do feito civil, ao menos tres Desembargadores, *ibid. §. 13. (d)*

Sentença de certos Juizes em Relação se despacha, tendo o Juiz o feito, e dando sua voz primeiro, e he por elle escripta, e assignada por todos, posto que sejaõ de contrario parecer, *ibid. (e)*

Sentença, que se tira do processo, he assignada pelo Juiz do feito sómente, e sendo absente, passa pelo Desembargador, que por elle servir, ou por aquelle a quem o Regedor o cometer, *ibid. (f)*

Senten-

„ votos conformes, que as sentenças definitivas, pro-
 „ feridas no Juizo do Civil, que fossem appellaveis em
 „ hum, e outro effeito, se deviaõ embargar nos mes-
 „ mos autos, e não era justo que se mandassem em-
 „ bargar na Chancelaria, obrigando-se por este modo
 „ a parte a fazer a despesa inutil de tirar huma Sen-
 „ tença do processo; e porem aquellas Sentenças, que
 „ ou couberem na alçada do Juiz do Civil, ou, ain-
 „ daque excedessem a dita alçada, fossem appellaveis
 „ no effeito devolutivo sómente; como sem embar-
 „ go de se poder appellar dellas no dito effeito, se
 „ havia de tirar Sentença do processo para se tratar da
 „ sua execução, nestes casos se deviaõ embargar as
 „ taes Sentenças na Chancelaria, e não nos mesmos
 „ autos; salvo se a parte vencedora não quizesse ti-
 „ rar Sentença do processo no termo de cinco dias,
 „ sendo para isso notificada na fórma do estylo; por-
 „ que entãõ podia o vencido, feita a dita diligencia
 „ embargar nos mesmos autos, e por isso ser mais
 „ conforme á Ley do Reyno, e aos arestos, que se
 „ allegavaõ, para não vir mais em dũvida, se man-
 „ dou tomar este Assento, que o mesmo Senhor Bel-
 „ chior do Rego de Andrade assignou com os mais
 „ Desembargadores dos Aggravos, que presentes esta-
 „ vaõ. Como Regedor Rego. Bacalhãõ. Corrêa. Gama. Salter.
 „ Doutor Coelho. Bovone. Costa. Maris. Abranches. Cardeal.
 „ Vãs de Carvalho. Zagalo. Sanches.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Salgad. de Reg. protect. p. 2. cap. 2. ex n. 47., Fermosin. ad cap. 1. de Sent. & re judic. q. 4. à n. 13., Altimar de Nullit. sent. rubr. 15. q. 25.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Farinac. in tract. de Falsit. q. 150. n. 243., ubi se remittit ad Boss. in tit. de Part. supposit. n. 4. & seqq.

(c) Ad verb. Conhecerá dos embargos, &c.; quia Judex, qui sententiam protulit, debet cognoscere de Exceptionibus adversus illam oppositis, ut patet ex Ord. lib. 2. tit. 3. §. 10., & tit. 63. §. 4. & 5., & lib. 3. tit. 87. §. 7. & 14., & lib. 5. tit. 138. §. 4. ad fin., nec Rector Justitiæ potest in hoc dispensare, decernens, quod alii Judices cognoscant de exceptionibus adversus sententiam ab alio Judice prolatam, Ord. lib. 1. tit. 1. §. 10., ubi Peg. glos. 73. Nec etiam Senatus Palatinus habet facultatem dispensandi in hac dispositione Legis, ex Regim. Senat. Palat. §. 10., ubi Peg. cap. 19. n. 4., & vide Thom. Vaz alleg. 86. n. 11. Quæ dispositio procedit etiam in causis Recursus ad Regiam Coronam, de quo vide sequentem Notam Senatoris Themudo: *Procede tambem nas sentenças, que no Juizo da Corõa se deirão sobre os agravos tirados de Juizes Ecclesiasticos; porque o Juiz, e Adjuntos, que deirão as sentenças, são*

certos para o segundo, e terceiro agravos, quando o Ecclesiastico não cumpre; assim se tomou por Assento no liv. 2. dos Assentos da Casa da Supplicação, ubi vide optimas rationes. (hoc Placitum habes in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 3. n. 6.)

Ad verb. E não estando o Proprietario; quia Judex ordinarius est, secus autem si fuerit delegatus ex commissione Regia; quia isto mortuo, impedito, vel suspecto, alius à Rege dandus est; & ita deceditur in Regim. Senat. Palatin. §. 96., Barbof. in L. Si longius. ex n. 28. ff. de Judic. ubi ait, quod cessante impedimento, Ordinarius reassumit Jurisdictionem, non autem Delegatus; & ibi limitat, nisi aliud suadeant verba commissionis.

(d) Ad verb. O que pela mayor parte for acordado; vide sequentem Notam Senatoris Themudo. *Nota, que sendo dados pelo Desembargo do Paço tres Juizes Commissarios, para despacharem alguma causa, se vence pela mayor parte, e não he necessario serem todos conformes; mas se do Paço, ou d' El-Rey se ordenar, que votem por tenções, he necessario que sejaõ tres conformes; porque parece que a sua mente foi, que fossem tres conformes, como o são nas sentenças definitivas, aliãõ despachãõ por bem da Ley; e este he o estylo; mas se forem sette Juizes por commissão d' El-Rey, como fomos no feito da Casa de Baflo; ou cinco, como fomos no feito da Casa de Mafra, aindaque se vote por tenções, como foi nestes dous feitos, vence-se pela mayor parte.*

Ad verb. Ao menos tres Desembargadores; procedit in Senatoribus, qui expediunt, tanquam Judices ordinarii, non verò in Commissariis, qui delegantur à Principe ad terminandum aliquod litigium; quia tunc sufficiunt duo, ut declaratum fuit in quodam Placito Senatus, quod est in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 3. n. 2., & etiam sufficiunt duo in causis, quæ agitantur inter partes litigantes in Judicio Regii patrimonii, ut dispositum extat in Ord. lib. 1. tit. 9. in princ., & vide Peg. tom. 14. ad Ord. in Addit. ad lib. 1. tit. 1. n. 43. & 44.

(e) Ad verb. E he por elle escripta; vide Maced. dec. 59., Solorzan. in Polit. Indiar. lib. 5. cap. 8. pag. 820., quod tamen limita in Judice Delegationis, vulgò Juiz da Alçada; quia iste potest proferre sententiam manu alterius scriptam; Parada in Prax. Delegation. crimin. cap. 1. n. 44., ubi ita limitat hanc Ordinationem.

Ad verb. E assignada por todos; nota, quod tempore quo sententia subscribi debet, & etiam ante illius publicationem, possunt Judices votum suum retractare, vel in aliqua parte emendare, & augere; de quo vide Cresp. de Valdaur. observ. 10. à n. 47.

(f) Hæc Ordinatio videtur desumpta ex quodam Placito Senatus, quod transcribit Cost. post tract. de Styl. Dom. Supplicat. pag. 121. Assent. 4., ubi ita etiam dispositum invenitur.

(a) Con-

- Sentença , que se tira do processo , se for de qualidade , que haja de ser assignada por dous Desembargadores , e hum delles for absente , passa pelo que presente for , e o Escrivão porá no fim della como não assignou o outro , por ser absente , *liv. 1. tit. 1.*
- Sentença dos agravos se dá segundo forem as mais vozes , ou em confirmar , ou revogar , *liv. 1. tit. 6. §. 1.*
- Sentença dada por algum Ouvidor de Senhor de Terras , ha de ir em nome do Ouvidor , *liv. 2. tit. 45. §. 51. (a)*
- Sentença dada pelo Procurador d'El-Rey , ha de ser executada dentro de dous mezes pelos Officiaes de justiça , *liv. 2. tit. 53. §. 10.*
- Sentença de deserção de appellação he nulla , achando-se depois a appellação em poder do Escrivão , ou do Distribuidor , *liv. 3. tit. 68. §. 6.*
- Sentença he nulla , que se deu contra aquelle , que descobrir haver dado , ou prometido peita ao Julgador , *liv. 5. tit. 71. §. 5.*
- Sentença he nulla , em que não se guardou a Ordenação , *liv. 1. tit. 5. §. 4. (b)*
- Sentença he nulla , se for dada contra o Menor , que litigou sem auctoridade do Tutor , ou Curador , *liv. 3. tit. 41. §. 1. (c)*
- Sentença , que he nulla , não he necessaria contra ella a restitução , *liv. 3. tit. 41. §. 2. (d)*
- Sentença , que he nulla , não he necessario appellar della , porque em todo o tempo póde ser revogada , *liv. 3. tit. 75. (e)*
- Sentença dada com falso procurador , he nulla , *liv. 3. tit. 63. §. 5. (f)*
- Sentença he por direito nulla , quando a parte não foi citada , *ibid. (g)*
- Sentença he nulla sendo proferida contra outra sentença já dada , *liv. 3. tit. 75. (h)*
- Sentença he nulla , que foi dada por preço , peita , ou falsa próva , *ibid. (i)*
- Sentença he nulla , se eraõ muitos Juizes delegados , e alguns deão a sentença sem os outros , *ibid. (k)*
- Sentença he nulla , que foi dada por Juiz incompetente , *ibid. (l)*
- Sentença he nulla , que foi dada contra direito expresso , *liv. 1. tit. 2. §. 4. (m)*
- Sentença nulla , nem por isso deixa de o ser , posto que a parte appelle , *ibid. §. 1. (n)*

Senten-

(a) Concordat hæc Ordinatio cum §. 4. *hujusmet. Tituli.*

(b) De materia hujus Ordinationis , vide Mend. à Castr. *p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 38.* Et nota , quòd propter nullitatem resultantem ex inobservantia Legis , potest gravamen interponi post transactos decem dies , ut notat hic Senator Joann. Alvar. da Costa , ibi : *Ad verb. Sejaõ nenhuns ; por esta Ordenação se pratica conhecer-se do agravo de Ordenação não guardada , aindaque sejaõ passados dez dias.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis , vide supra notata in verb. *Menor , quando trata algum feito sem auctoridade de Tutor , ou Curador , a sentença contra elle dada he nulla.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis , vide quæ supra notavimus in verb. *Menor , que tem remedio ordinario , não póde pedir o extraordinario da restitução.*

(e) De materia hujus Legis , vide quæ jam notavimus in verb. *Nulla sendo a sentença nunca passa em caso julgado , e a todo o tempo se póde oppôr contra ella.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis , vide supra verb. *Nulla he o processo , que se fizer sem citação de parte , ou com falso procurador , & quæ notat Sapient. D. França in suis aureis Annot. ad Mend. à Castr. p. 1. lib. 1. cap. 3. num. 80.* Et nota , quòd etiam si procurator cum generali mandato admittatur in casibus , in quibus speciale requiritur mandatum , annullatur sententia , & processus , cum etiam in hoc casu falsus procurator dicatur , ut ex pluribus ostendit Golin. *de Procurator. p. 2. cap. 4. num. 49.*

(g) Vide ad materiam hujus Legis , quæ supra notavimus in verb. *Nulla he a sentença , que se deu , sem a parte ser citada.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis , vide supra notata in verb. *Nulla he a sentença contra outra que já foi dada.* Et præter quæ ibi adducimus nota , quòd hæc dispositio limitanda est in casu , quo secunda sententia lata

fit ex probationibus , seu instrumentis de novo reperiis ; de quo vide latè Parex. *de Instrument. edit. tom. 1. tit. 2. resol. 6. spec. 4. à n. 321. cum seqq. , & eo relato , Cortiad. tom. 1. dec. 12. n. 81.*

Et quando sententia in judicatum transacta retrahari possit propter instrumenta noviter adinventata , vide eundem Parex. *d. resol. 6. spec. 4. n. 322. , & à n. 338. , Carlev. de Judic. lib. 1. tit. 1. disp. 7. à n. 6. , August. Barbof. ad Text. in cap. Suborra. de Sent. & re judic. n. 4. ubi remissivè , & plures alios congerit Cortiad. d. dec. 12. n. 83.* Limita etiam , quando in prima sententia intervenit ultra injustitiam aliquis defectus notorius , veluti inobservantia Juris municipalis , vel incompetencia Judicis , & quid simile ; de quo vide latissimè Cortiad. *d. dec. 12. ex n. 71. cum seqq.*

(i) Vide supra verb. *Nulla he a sentença dada por peita , ou preço , que o Juiz bouve ; & verb. Nulla he a sentença dada por falsa próva.*

(k) Ad materiam hujus Legis vide supra verb. *Nulla he a sentença dada sobre caso , em que eraõ muitos os Juizes delegados , e alguns a deão sem os outros.*

(l) Vide ad materiam hujus Legis , quæ supra notavimus in verb. *Nulla he a sentença dada por Juiz incompetente em parte , ou em todo.* Et an etiam annulletur processus , in quo ab incompetenti Judice prolata sententia fuit : affirmativè resolvit , cum Gam. , Mend. , & Cabed. , Sapient. D. França in suis aureis Annot. ad Mend. à Castr. *p. 1. lib. 1. cap. 2. num. 70.* Sed secundùm receptiorem , ac frequentiore praxim non esse annullanda acta , resolvit , & comprobatur idem Sapient. D. in num. 71.

(m) Ad materiam hujus Legis , vide supra notata in verb. *Nulla he a sentença dada contra o direito expresso.*

(n) De materia hujus Ordinationis , vide latissimè Altimar *de Nullitat. sentent. rubr. 14. quest. unic. à num. 1. cum seqq.*

(a) Ad

- Sentença contra o direito da parte he valiosa, *liv. 1. tit. 2. §. 2. (a)*
- Sentença não he nulla, em que falta alguma cousa substancial do Juizo, se a verdade for sabida pelo processo, *liv. 3. tit. 63. (b)*
- Sentença será nulla, quando os erros do processo não forem suppridos pelos Juizes, antes de ser dada a dita sentença, *ibid. §. 2. (c)*
- Sentença he nulla, que der o Corregedor do Cível de Lisboa em suas pousadas, *liv. 1. tit. 49. §. 2. (d)*
- Sentença, em que muitos são condemnados, e só hum appellar della, aproveita a appellação aos mais, que não appellarão, *liv. 3. tit. 80. (e)*
- Sentença contra muitos herdeiros, da qual hum só appella sem os outros, a appellação justa aproveitará a todos, *ibid. §. 1. (f)*
- Sentença dada contra os herdeiros, tutores, ou curadores de alguma herança, ou administração, se algum delles a desfizer por algum privilegio, não aproveita aos outros, *ibid. §. 3. (g)*
- Sentença, que se fizer, ha de levar todas as forças, assim por parte do Auctor, como do Réo, *liv. 3. tit. 66. §. 10.*
- Sentença, que dá o Corregedor da Cidade de Lisboa, he caso de agravo, e a do Corregedor do crime, de appellação, *liv. 1. tit. 49. §. 4.*
- Sentença dada entre humas partes, não empece, nem aproveita a outras, *liv. 3. tit. 81. (h)*
- Sentença fendo dada contra o herdeiro, que o diz ser por algum testamento, podem appellar della os legatarios, *liv. 3. tit. 81. (i)*

Senten-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ latè congerit Sylv. in *Comment. ad illam*. Et nota, quòd si sententia lata contra jus partis contineat notoriam injustitiam, erit nulla, ac proinde exequi non poterit; *Cancer. part. 2. Var. cap. 15. à n. 56., & 59., Scacc. de Sentent. & re judic. glos. 14. q. 11. n. 59., Scobar de Purit. p. 2. q. 6. artic. 4. n. 76., Covarr. lib. 1. Var. cap. 1. n. 10., ubi Faria plures adducit, Gratian. For. cap. 103. à n. 18., Arouc. in L. Jus pluribus. 11. n. 2. ff. de Just. & jur., Portug. de Donat. lib. 3. cap. 30. n. 52., Themud. p. 4. dec. 31. n. 24., Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 58. §. 25. n. 8., quæ tamen notorietas injustitiæ debet constare, & apparere iisdem actis, in quibus prolata fuit sententia; *Fontanel. tom. 1. dec. 287. n. 13., Cancer. d. cap. 15. n. 57., Altimar de Nullit. sentent. rubr. 13. q. 22. n. 3., Scacc. de Appellat. q. 19. remed. 1. concl. 4. n. 72., Lancelot. de Arrent. cap. 12. limit. 9. n. 5., Capyc. Latr. conf. 6. n. 40. cum seqq., Manz. tom. 2. consult. 171. ex n. 18.* Et quid de sententia, quæ ad acta se refert cum errore? vide *Oliv. de For. Eccles. p. 2. q. 25. ex n. 44. & seqq., ubi plura ad materiam invenies.**

(b) Ad materiam hujus Ordinationis latè scripsit Sylv. in *Commentar. ad illam*, ubi omnia videri possunt; & vide *Valasc. de Jur. emphyt. q. 6. à n. 11., Ros. conf. 23. ex n. 32., Fragos. de Regim. Reipubl. p. 1. disp. 12. n. 38. & 39.* Ad verb. *Se a verdade for sabida*; nota, quòd hæc verba (dicunt plures) referri ad causas, & lites, quæ tractantur in Senatu, ut ex multis confirmat *Lara de Capellan. lib. 1. cap. 10. n. 53., quia solummodo in Senatu judicatur secundum veritatem compertam ex actis, ut cum pluribus tenet Maced. dec. 58. n. 7., dummodo non judicetur ultra petita; quia hoc nec in Senatu fieri potest, neque etiam possunt judicare ex causa non deducta, licet inventari probata; Hodiern. For. cap. 12., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 3. cap. 1. à n. 28. & 30., Surd. conf. 24. n. 18., Maced. d. dec. 58. n. 7. & 8.* Sed de hoc vide quæ supra notavimus in verb. *Juiz da alçada, achando que o Auctor tem provado sua tenção, segundo sua acção em seu libello intentada, &c.*

(c) Ad verb. *Antes de ser dada a dita sentença*; procedit etiam post sententiam, quando impedimenta sunt objecta, seu opposita; quia sententia impedita perinde est, ac si lata non esset; & hæc est praxis, de qua testatur Senator Joann. Alvar. da Cost. ad hanc Ordinationem, & ita judicatum refert in causa inter Carolum Corrêa de Lacerda, cum Ludovico Francisco; Scriba Joanne de Mattos Mexia, in Judicio Præsidis causarum civilium: sed pro utraque parte judicatum refert *Peg. Forens. pag. 399., & tom. 1. ad Ord. pag. 328. vers., opinio tamen, quam deducimus, æquior videtur.*

(d) Hæc dispositio extenditur ad quoscumque alios Judices; *Phæb p. 2. arest. 22., & patet ex Ord. lib. 1. tit. 58. §. 28.* Et vide *Cyriac. contron. 416 à n. 29., Peg. For. tom. 2. cap. 11.*

Tom. II.

pag. 889., *Oliver. de Mumer. Provisor. in Addit. ad cap. 1. n. 25.*

(e) Vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Appellação de hum de muitos herdeiros aproveita aos ourros.* Et ultra ibi citatos vide *Salgad. de Reg. protecl. p. 3. cap. 15. à n. 19.* Et an in criminalibus appellatio unius profit aliis? agunt de hac quæstione DD., quos retulimus in d. loco; & ultra eos vide *August. Barbof. in cap. Una sententia. 72. de Appellat. n. 1., Valeron. de Transact. tit. 2. q. 7. n. 5., Calder. dec. 51. n. 25., Cortiad. dec. 106. n. 125.*

(f) De materia hujus Ordinationis, vide Doctores supra proximè laudatos, & *Matth. de Regim. Regni Valent. cap. 12. §. 2. à n. 60.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide latè *Pereir. de Revision. cap. 87. à n. 7., & per tot.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide *Gabr. Per. dec. 65., Salgad. de Reg. protecl. part. 4. cap. 8. n. 157. & 158. & 257., Larream dec. 63., Peg. For. cap. 5. à n. 1., & cap. 15. n. 90. & seqq., Fontanel. dec. 143. & seqq., Berlich. p. 1. concl. 25. ex n. 22., Pereir. de Revision. cap. 95. n. 1., Arouc. in L. Ingenuum. 2. ff. de Stat. homin., *Altimar de Nullit. sent. rubr. 4. q. 1. n. 30., Cancer. p. 3. Var. cap. 10. n. 102., Cortiad. tom. 1. dec. 12. n. 98.**

(i) De materia hujus Ordinationis, vide Doctores in conclusione proxima laudatos. Et quando tertius possit appellare, & talis appellatio suspendat, etiam si causa aliàs sit summaria, vide *Peg. For. cap. 15. à n. 92.; regulariter tamen hæc appellatio à tertio interposita executionem suspendit; sed limitatur primò, si fuerit malitiosa, Peg. d. cap. 15. n. 96. Secundò, si interponatur in executione, idem Peg. d. cap. 15. n. 68. Tertio, si interponatur ratione crediti, & victor offerat cautionem; *Cancer. p. 2. Var. cap. 16. n. 96.* Et de praxi admittendi hanc appellationem, vide *Gabr. Per. dec. 65. n. 2., ubi, quòd debet coram Judice inferiori fieri probatio interesse deducti per articulos ad instar exceptionum tertii; de quo etiam vide Ord. lib. 3. tit. 78. §. 1.**

Et an dato aliquo interesse, possit tertius appellare à sententia lata inter Monachum, & illius Monasterium super nullitate professionis? vide ad resolutionem sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Consanguinei, seu substituti, aut alii interesse habentes, an appellare possint à sententia nullitatis professionis lata inter monasterium, & Monachum; negant Larrea dec. 63., Donat. in Prax. Regul. tom. 2. tract. 12. q. 19. n. 11., Pasqualig. in Contron. inter Episcopos, & Regulares, in Addit. ad Franch. n. 27., Bordon. Var. resolut. tom. 3. resol. 69. n. 58. 59., & in tract. de Profess. Regul. cap. 22. q. 26. n. 41., Panimol. dec. for. 29. annot. 2. per tot. Affirmat tamen *Pasferin. de Stat. homin. q. 183. artic. 10. n. 485. Sed secundum negativam sententiam judicavit Senatus in Judicio Regie Coronæ, in causa Recursus Doctoris Barthomei do Quental, cum D. Maria de Caldas, apud Notarium Coronæ, anno 1692.**

Hhh

(a) Ad

- Sentença dada contra o devedor não prejudica ao fiador, *liv. 3. tit. 81. §. 1. (a)*
- Sentença dada contra o vendedor não prejudica ao fiador, *ibid. §. 2. (b)*
- Sentença dada por juramento da parte em supplemento de prova, se revoga, achando-se escripturas, por que se prove o contrario, *liv. 3. tit. 52. §. 3. (c)*
- Sentença dada por juramento judicial a aprazimento da parte, não se revoga por instrumentos depois achados, posto que por elles conste não haver a outra parte jurado a verdade, *ibid. (d)*
- Sentença dada em dia não feriado, se pôde appellar della em dia feriado, fendo sobre alimentos, ou causas summarias, *liv. 3. tit. 18. §. 13. (e)*
- Sentença se não tira do processo em quantia de mil reis de bens móveis, *liv. 3. tit. 30. §. 1. (f)*
- Sentença de Juiz arbitro, de que se não appellou em tempo devido, se executará, *liv. 3. tit. 16. §. 2. (g)*
- Sentença final despacha os Desembargadores, como lhes parece, sem serem obrigados a seguir as interlocutorias postas

- por outros, *liv. 1. tit. 5. §. 9. (h)*
- Sentença dada contra o defuncto, não val, *liv. 3. tit. 27. §. fin. (i)*
- Sentença, por que o ausente he condemnado a tormento, não se publica, *liv. 5. tit. 126. §. 6.*
- Sentença dada contra algum menor, pôde contra ella pedir restituição, *liv. 3. tit. 41. (k)*
- Sentença feita por Escrivão, ha de fazer nella menção dos embargos, que a ella se puserão, *liv. 3. tit. 87. §. 7.*
- Sentença, por que se fez execução, fendo revogada em parte, torna os bens arrematados ao executado, *liv. 3. tit. 86. §. 4. (l)*
- Sentença, em que descorda os Desembargadores em parte, e não em todo se adquire por ella direito áquelle, por quem se deu, *liv. 1. tit. 6. §. 3.*
- Sentença se dá á execução, passados seis mezes, que pendem no agravo, *liv. 3. tit. 73. §. 1. (m)*
- Sentença do Provedor dos Residuos, se executa sem embargo da appellação, *liv. 3. tit. 73. §. 1. (n)*

Senten-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Fiador pôde appellar da sentença dada contra o devedor.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Castilh. *lib. 4. Controv. cap. 14. n. 33.*, Altimar de Nullit. *sent. rubr. 4. q. 24. n. 13.*, Sylv. *tom. 3. ad Ord. lib. 3. tit. 68. ad rubr. artic. 2. num. 9.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Juramento necessario, por que foi dada sentença, se depois fossem achadas algumas escripturas, &c.*

(d) Ad materiam hujus Legis, vide supra verb. *Juramento judicial he, quando se dá pelo Juiz a alguma parte a requerimento de outra, o qual se não revoga ainda que depois sejam achados instrumentos.*

(e) Vide supra notata in verb. *Ferias, em quanto durão, se pôde appellar da sentença proferida em dia não feriado.* Et nota illa verba hujus Legis, *sentença dada em dia não feriado*, ex quibus rectè infertur non posse sententiam ferri in die feriato in honorem Dei; quod communiter tenent omnes Doctores, afferentes sententiam proferendam esse die juridica, aliàs erit nulla, itaut exequi non possit, ex Text. in *L. Dies festos, Col. de Fer.*, Marant. *de Ord. judicior. p. 6. tit. de Sentent. num. 88.*, August. Barbof. in *cap. fin. num. 31. de Feriis*, Gratian. *For. dec. 144. à num. 1.*, Giurb. *conf. 18. à num. 13.* cum regulariter actus contentiosæ jurisdictionis sint nulli, si fiant diebus feriatis in honorem Dei, ex *L. fin. Cod. de Fer.*, Gratian. *For. d. dec. 144.*, Fontanel. *de Pact. nuptial. tom. 1. claus. 1. num. 26.*, August. Barbof. in *cap. Conquestus. num. 31. de Feriis.*

Quod tamen limita in casibus necessitatis, vel pietatis; quia in istis potest sententia ferri, vel actus judiciales exerceri in diebus feriatis in honorem Dei; ex Text. in *cap. fin.*, ubi August. Barbof. *n. 1. de Feriis*, Gratian. *For. dec. 144. n. 16.*, Giurb. *conf. 18. n. 18. in fin.*, Vela *disfertat. 39. n. 44. tom. 2.* Casus autem necessitatis dicuntur, quando res, vel actio est tempore peritura, & ideo quando jurisdictio modico tempore est duratura, vel

periculum est in mora, possunt exerceri actus judiciales, & ferri sententia in honorem Dei; Gail. *lib. 1. observ. 53. n. 13.*, Azeved. in *L. 2. tit. 4. lib. 4. Nov. Recopilat. n. 4.*; idcirco residentia Judicum diebus feriatis ferri possunt, Bovadilh. in *Politic. lib. 5. cap. 2. n. 35.*, Aviles de Syndic. *cap. 3. n. 14.*

(f) Vide ad hanc Ordinationem, quæ congerit Sylv. in *Commentar. ad illam.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Arouc. *alleg. 19. n. 20.*, Moraes de Execut. *lib. 1. cap. 4. §. 3. n. 29.*, & *lib. 2. cap. 6. n. 12. & 13.*

(h) Ad hanc Ordinationem, vide Leit. *de Jur. Lusitan. in Addit. 2. ante pag. 1.*, & vide etiam Barbof. in *rubr. de Solut. matrim. p. 3. n. 55.*, Cabed. *p. 1. dec. 46.*, Peg. *tom. 3. ad Ord. tit. 2. glos. 3. à n. 10.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Morto o Author, ou Réo, se haõ de habilitar seus herdeiros.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Menor tem restituição contra a sentença, que for contra elle dada injustamente.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Arrematação feita de alguns bens, revogada a sentença, por que se fez a execução, &c.* Et verb. *Execução se revoga, revogada a sentença.*

Ad verb. *Tornaõ os bens arrematados á Parte*; nota, quod hujus Legis decisionem, scilicet, quod res in hoc casu sit restituenda, secuti fuere Giurb., Mastrilh., & alii relati per Luc. ad Franch. *dec. 120. n. 1.*, & Altimar de Nullit. *rubr. 5. q. 44. n. 3. & 5.*, quidquid inter creditorem, cui pignus est additum, & extraneum distinguat Romaguer. *ad Conciol. lib. 2. rubr. 19. n. 65.*, & contrarium indistinctè teneant plures, quos refert *num. 64.*, Olea de *Cess. jur. tit. 4. q. 2. n. 26.*, Rovit. *lib. 3. conf. 12.*, ubi Altimar. Et vide de materia Schetin. *de Jur. offerend. p. 1. cap. 1. sect. 3. à n. 3. & seqq.*

(m) Concordat Ord. *lib. 3. tit. 84. §. 14.*

(n) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 62. §. 25.*

(a) Appella-

- Sentença havida contra alguma pessoa por escriptura pública, se executa sem embargo da appellação, *liv. 3. tit. 73. §. 1. (a)*
- Sentença, quem primeiro a houver, e fizer primeiro penhora, precederá primeiro aos outros crédores, posto que sejaõ mais antigos, *liv. 3. tit. 91. (b)*
- SEQUESTRADA será a cousa móvel, que foi emprestada, ou alugada, quando algum terceiro diz que he sua, *liv. 4. tit. 54. §. 4. (c)*
- Sequestrado será o preço da cousa arrematada, quando vier algum crédor antes da arrematação alegando ser primeiro a sua dívida, que a do outro, *liv. 4. tit. 6. §. fin. (d)*
- Sequestro se faz nos bens do que se ausentou por algum delicto, se se provar contra elle tanto, porque mereça ser preso, *liv. 5. tit. 126. §. 11. (e)*
- Sequestro não se faz na parte das novidades
- da mulher daquelle, cujos bens se sequestrão por algum crime, *ibid. (f)*
- Sequestro se faz dos bens, e terras de mórgado, quando ha litigio entre taes pessoas, de que se tema que possaõ vir a pejeas, e arruídos, *liv. 4. tit. 95. §. 2. (g)*
- Sequestro se torna ao Réo, quando o Auctor se ausentou, e não deixa procurador, *liv. 3. tit. 31. §. 1. (h)*
- Sequestro se faz da valia da cousa demandada por não satisfar o Réo, *ibid. §. 3. (i)*
- Sequestro se faz da cousa móvel, que se demanda ao Réo, que não dá fiança, *ibid. (k)*
- Sequestro se faz dos bens de mórgado, ou da Corôa, ou de emprazamento, quando a mulher quer ficar em posse, e cabeça de casal, *liv. 4. tit. 95. §. 2. (l)*
- Sequestro, que se faz da herança, por se impedir a partilha, não se levanta com fiança, *liv. 4. tit. 96. §. 13. (m)*

Seque-

(a) Appellatio sententiæ latæ in causa summaria decem dierum non suspendit illius executionem; quia in effectu devolutivo tantummodo est recipienda, ut deducitur ex hac Ordinatione, & probatur ex Ord. lib. 3. tit. 25. §. 2., de quo vide Moraes de Execut. lib. 4. cap. 9. n. 67., Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 25. ad princip. num. 112. ubi in num. 113. limitat, quando exceptiones receptæ fuerint absque condemnatione, & postea judicatæ pro non probatis; quia tunc potest à tali sententia suspensivè appellari: & in num. 115. limitat in casu, quo tertius propter suum præjudicium appellet; quia tunc recipienda erit appellatio in utroque effectu.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. Crédor, que primeiro fizer penhora, prefere a outros crédores. Et verb. Negligente, sendo o crédor em executar sua sentença, não preferirá a outro crédor, &c.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Barbof. in l. Si alienam. n. 8. ff. de Solut. matrim., Vaz alleg. 75. n. 13., Valasc. conf. 162. n. 4., Cald. For. q. 21. n. 14. versic. Ceterum. Et vide etiam Cordeir. dubit. 51., & dub. 49. & 50., ubi latè probat hanc Ordinationem comprehendere casum spoli; de quo vide Cancer. p. 2. Var. cap. 16. à n. 89.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Sylv. in Commentar. ad Ord. lib. 4. tit. 6. in princip. n. 33.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. Absente por crime, que provado merecia morte, contra quem se prova tanto, que deva ser preso, se lhe sequestrão os bens. Et verb. Banido, que por caso que he provado por inquirição judicial, ou devassa, merecer pena de morte, &c. Et ultra Doctores ibi laudatos vide Freir. in Prax. Delegation. cap. 10. per tot. Hæc tamen sequestratio solummodo fieri debet in illis casibus, in quibus de jure Regni venit imponenda pœna mortis, ut probatur ex hac Ordinatione, & tenet Barbof. in Remission. ad illam., Mend. à Castr. p. 1. lib. 5. cap. 4. n. 2., ubi Sapientiff. ejus Addition. D. França n. 9.; quæ sequestratio fieri debet illico cum de maleficio constiterit per summariam informationem, utpotè inquisitionis, vel alterius cujuslibet probationis, ut probatur ex hac Ordina., de cujus materia vide Landim tract. 2. de Modo proced. contr. malefact. absent. q. 3. n. 6., Freire in Prax. Delegation. cap. 10. per tot.

Ad verb. Nos bens do que se ausentou, quid si Reus non aufugerit, sed in Asilum, vulgo Couto receptetur, an sit facienda sequestratio in illius bonis, vide sequentem Notam Senatoris Themud. Ad §. 11., ibi: Ser-lhe-hão sequestrados; mas contando-se o delinquente a algum Couto, se levanta o sequestro, porque estando nelle, se não pôde cha-

Tom. II.

mar ausente, ut habes judicatum in tuo lib. Arrestor. Porém parece que não basta apresentar certidão, como está no Couto, mas que primeiro o Juiz delle deve determinar, ouvidas as partes, que val o Couto naquelle caso, juxta Ord. lib. 5. tit. 123.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores supra laudatos in verb. Banido, que por caso, que he provado por inquirição judicial, ou devassa, merecer pena de morte, &c., in versic. Ad verb. Não lhe sequestrão a parte da mulher. Et ultra ibi laudatos vide Landim in tract. 2. de Modo proced. contra malefact. absent. q. 3. n. 11., Freir. in Prax. Delegation. cap. 10. n. 4. Et si mulier, aut filii delinquentis, & ipsemet delinquens indigeant alimentis, an sint eis ministranda ex bonis sequestratis? affirmativè resolvit Landim d. q. 3. n. 13.

Et an pro alimentis possint alienari bona sequestrata? vide Cancer. p. 2. Variar. cap. 4. n. 36., Salgad. de Reg. protest. p. 4. cap. 7. n. 170. Poterit tamen Reus bona sequestrata, data cautione recuperare, dum accusatio terminatur; Guazin. de Confiscat. honor. conclus. 4. n. 9., Reynof. observ. 37. n. 47., ubi Addition. plures refert; Landim d. q. 3. n. 14., Freir. in Prax. Delegation. cap. 10. n. 8. Et per hanc sequestrationem non aufertur dominium, nec possessio, ut pluribus comprobat, & judicatum refert Freir. d. cap. 10. n. 10., Peg. For. p. 2. cap. 11. n. 205. versic. Ait deinde., Reynof. observ. 37. n. 13.; ubi distinguit ex n. 11. sequestrationem voluntariam, & necessariam.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Valasc. de Partit. cap. 4. num. 21., Souf. de Maced. dec. 52. num. 6. Et nota, quòd ad hanc sequestrationem faciendam non sufficit allegatio timoris, sed fiet informatio per testes id afferentes, vel quòd aliàs sufficienter Judici constet; Valasc. de Partit. cap. 3. n. 12., & conf. 191. n. 37., Maced. d. dec. 52. n. 6.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ latè congerit Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 31. ad princip. à n. 21.

(i) Hanc Ordinationem latè, ac eruditè illustrat Sylv. in Commentar. ad illam, ubi vide.

(k) De hac Ordinatione, vide quæ jam supra notavimus in verb. Réo he obrigado a satisfar em juizo, por não possuir bens de raiz. Et verb. Fiança dá o Réo demandado sobre cousa móvel, não possuindo bens de raiz, &c.

(l) Ad materiam hujus Legis, vide Valasc. de Partit. cap. 3. n. 12., & conf. 191. n. 37., Souf. de Maced. dec. 52. n. 6.

(m) Ad materiam hujus Legis, vide supra notata in verb. Herdeiro, que fica em posse da herança, e allega dvidas, antes de se fazer a partilha, &c. Et verb. Partilha se a quem a dilatar com algumas dvidas, sobre que deva haver demanda, &c.

Hhh 2

(a) De

Sequestro dos bens do matador absente para a annotação, faz o Corregedor da Côrte, *liv. 5. tit. 128. §. 1.*

Sequestro faz qualquer Julgador nos bens do matador, quando pelas devassas he provado que matou de proposito, ou mandou matar, *ibid. §. 2.*

Sequestro se faz dos fructos, e rendas do Beneficio daquelle que o impetrou de homem vivo, *liv. 2. tit. 13. (a)*

Sequestro se faz da herança, de que se pede partilha, quando alguem a impede, *liv. 4. tit. 96. §. 12. (b)*

Sequestro se faz, quando se vence alguma cousa de raiz por sentença, a que a parte vem com embargos, e o vencedor não dá fiança ás novidades, *liv. 3. tit. 86. §. 15. (c)*

Sequestrar os fructos não se tolhe, pendendo a appellação, *liv. 3. tit. 95. §. 2. (d)*

SERVENTIA de edificios se demanda ante os Almotacéis, *liv. 1. tit. 68. §. 22. (e)*

Serventia, que se demanda ante os Almotacéis, passados tres mezes, sem se seguir, não se pôde mais demandar, *ibid. §. 42. (f)*

(a) De materia hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Beneficios de bomens vivos, quem os impetra fca de suaturalizado, e tem outras penas.* Et ultra eos vide Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 13. num. 59.*

(b) Vide supra in verb. *Partilha se alguem a dilatar com algumas dúvidas, sobre que deva haver demanda, &c.*

(c) Limita dispositionem hujus Legis in casu, quo opponantur exceptiones meliorationum; quia tunc non proceditur ad sequestrum, ut tradit judicatum Peg. *de Inverdit. major. possessor. cap. 10. n. 823.* Et idem erit, si opponantur exceptiones nullitatis probate ex actis, ut declarat Senator Themudo in sequenti Nota: *Salvo se os embargos forem de nullidade intrinseca, provada pelos autos, v. g., de defeito de citação, ou outra semelhante; porque a nullidade provada impede, e suspende a execução, e faz correr os embargos nos mesmos autos; non ita, si nullitas veniat probanda etiam in continenti per testes; tunc enim non suspenditur executio, & currunt exceptiones in processu separato; Ph. b. p. 2. arest. 77., ubi plures refert Gabr. Per. de Man. Reg. cap. 9. n. 22. Habes in uno lib. Avestor. cap. 38.* Et alia ad illustrationem, & declarationem vide apud Sylv. in *Commentar. ad hanc Ordinationem à num. 17.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Fructos, que o condemnado appellante dissipa, se podem sequestrar.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Almotacéis conbecem das demandas sobre fazer, ou não fazer paredes de casas, de quintaes, portaes, &c.* Et vide late Ferreir. *de Nov. oper. nuntiat. lib. 2. disc. 7. à n. 1.*

(f) Vide ad materiam hujus Legis, quæ supra notavimus in verb. *Obra nova sendo embargada se não pôde continuar mais nella sem mandado de Justiça, &c. verfic. Et intra tres menses.*

(g) Loquitur hæc Ordinatio de Substituto à Rege confirmato post nominationem Proprietarii alicujus officii; circa quod venit dubitandum: An in hoc casu Officialis, qui nominavit substitutum teneatur de excessibus, seu erroribus Substituti? hanc quæstionem

Serventia de officio, que tenha algum Desembargador impedido, se encommenda a outro da Casa, que officio não tenha, *liv. 1. tit. 1. §. 23.*

Serventia de officio se El-Rey a dêr a requerimento do Official a alguem, deve ser visto, e examinado por Julgador, perante quem houver de servir, *liv. 1. tit. 97. §. 1. (g)*

Serventia de officio se alguem a pedir, se for de Justiça, deve trazer certidão do Corregedor da Comarca do impedimento do Proprietario, e da necessidade, que ha de servir, e da qualidade, costumes, e habilidade da pessoa, que a pede; e sendo da Fazenda, do Contador da Comarca, *ibid. §. 2. (h)*

Serventias de officios de Justiça, como de Escrivão da Camara, da Almotaceria, e de Tabaliao, e outros, provê o Corregedor da Comarca, ou Ouvidor do Meistrado, em outro Official de semelhante officio, *ibid. §. 3. (i)*

Serventia de officio não se encarrega a parente de Official suspenso, nem de sua mulher dentro no segundo grão, *ibid.*

Serven-

negativè resolvit Calder. *dec. 4. n. 37.* dicens, quod si Officialis substituit aliquem, qui postea confirmatur à Rege, & ab ejus manu suscipit officium per viam provisionis, non tenetur de culpis, & defectibus Substituti, tanquam à Superiore approbati, ex Staib. *p. 1. resol. Forrens. 34. n. 9.,* qui allegat Rovit. *in conf. 87. num. 1. 2. & 3. vol. 1.,* de quo vide Farinac. *in Prax. crimin. q. 24. n. 87. & seqq.,* Menoch. *de Arbitr. lib. 2. cas. 302. n. 8.,* Giurb. *conf. 36. n. 14.* Si tamen Substituti committant errores, propter quos officium amitti debeat, illud Officiales substituentes amittent, Substituti autem punientur pena, qua de jure plecti mereantur, ut declarat hæc eadem Ordinatio.

(h) Ad verb. *Do impedimento do Proprietario,* quia Proprietarii tenentur servire officia, & non possunt substituere infervientes, ut declarat hæc Ordinatio *in princip.,* & ita statutum fuit per Leg. Extravag. expeditam *die 23. Novembris anno 1612.,* quæ est in *Ord. lib. 1. tit. 97. Coll. 1. num. 1.,* & nunc illius observantia noviter commendata invenitur per aliam Extravag. expeditam *die 8. Augusti anno 1753.,* quæ est in *Append. Leg. Extravag. n. 51. pag. 79.*

(i) Ad verb. *Ao Official de semelhante Officio;* hæc Ordinatio videtur non posse jam hodie practicari, propter dispositionem Legum Extravag., quæ bis expeditæ fuerunt: prima, in die 8. Januar. anno 1627.; secunda, in die 26. Octobris anno 1644., in quibus decernitur, quod substitutio officii non possit Officiali commendari, qui aliud officium exerceat; quas Leges habes in *Ord. lib. 1. tit. 97. Coll. 1. n. 5. & 6.,* & hoc cautè animadvertit Senator Joann. Alvar. da Costa in sequenti Nota, ibi: *Este §. 3. não pôde ter prática depois do Decreto de 26. de Outubro de 1644., que prohibe servir dous officios; o que porêm não tem lugar nos Escrivães, e Secretarios dos Tribunaes, em que huns servem pelos impedidos, e na falta o Ministro mais moderno, como se pratica no Conselho da Fazenda, não sendo justo se chame outro de fora, revelando-se o segredo, e dando-se lugar no Tribunal por dias somente.* Quæ dispositio postea confirmata, & commendata fuit per Decreta inserta in *Ord. lib. 1. tit. 97. Coll. 2. n. 10. 11. & 13.*

(a) Famu-

Serventia de officio se encarrega a Criado d'El-Rey sufficiente, e não o havendo, a pessoa do mesmo Lugar de boa consciencia, e apta para elle, *liv. 1. tit. 97.* (a)

Serventia do officio se dá por hum anno, se tanto durar o impedimento, e durando mais, por outro anno, *ibid. §. 4.* (b)

Serventia dos Escrivaes dos Orfaõs, e Resíduos, provê o Provedor, e a dá a outro Escrivaõ, ou Tabaliaõ do dito Lugar, *ibid. (c)*

Serventia de officio, quando se dér pelo Corregedor, elle tomará juramento, de que se fará assento no livro da Chancelaria da Comarca; e quando se dér pelo Provedor, se fará assento no livro da Provedoria; e sendo official de Tabaliaõ, fará signal público no dito assento, *ibid. §. 5.* (d)

Serventia, que durar mais de dous annos, provê El-Rey, escrevendo o Corregedor, e Provedor a razão do impedimento, e das

pessoas, que houver para o officio aptas, *ibid. §. 6.* (e)

Serventias dos officios de Lisboa, Evora, Coimbra, Porto, e Santarem, provem o Corregedor, e Provedor por tempo de tres mezes, *ibid. §. 7.* (f)

Serventias de officios de terras de Senhores, aonde os Corregedores não entraõ, provê o Provedor da Comarca, posto que a elles pertença a data dos ditos officios, *ibid. (g)*

Serventia do Juiz dos Orfaõs impedido, ou suspenso, pertence ao Juiz Ordinario, ou ao de Fóra, *ibid. §. 8.* (h)

Serventia do Escrivaõ dos Orfaõs, provê o Juiz de Fóra por tempo de tres mezes fómente, *ibid. (i)*

Serventia, o que a tiver de algum officio, entregará ao Proprietario todos os papeis por inventario, e cobrará delle conhecimento, *ibid. §. 9.*

SER-

(a) Famulus Regis præcedit in provisione officii, si cum aliis concurrat pertensoribus; non tamen poterit ex vi hujus qualitatis expellere jam provisum; & ita intelligi debet hæc Ordinatio, & secundum hanc intelligentiam ita judicatum refert Senator Themudo in sequenti Nota: *Ad §. 2., ibi: Havendo criados nossos, a elles se darão; intellige se elles concorrerem ao tempo do pedir; secus se o pedirem estando já outro provido, quia turpius ejicitur, quam non admittitur hospes; e nesse caso não o pôde tirar quem o provêo, e ha de ser ouvido; ita judicavimus.*

(b) Loquitur hæc Ordinatio de substitutione, quam faciunt Correctores, seu Provisores, in terminis §. præcedentis; sed hodie non est in praxi hæc dispositio; quia isti Magistratus solum provident substitutos per tres menses; & majoris temporis provisio pertinet ad Senatum Palatinum, ut notat hic Senator Joann. Alvar. da Costa.

Et nota etiam, quod istæ provisiones non possunt fieri in persona, quæ habeat inimicitiam cum Proprietario, ut notat, & refert judicatum Senator Themudo in sequenti Nota, ibi: *Nota, que a serventia de qualquer officio não pôde o Corregedor, ou Provedor dar a inimigo do Proprietario, pelo perigo que corre o Cartorio; habes judicatum in tuo libro Arrestorum.*

(c) Ad verb. *E a dá a outro Escrivaõ*, videtur jam hodie non posse hanc Ordinationem practicari ex ratione, quam supra retulimus in verb. *Serventia de Officiis de Justiça*, como de *Escrivaõ da Camara, da Almotaceria*. . . provê o Corregedor da Comarca, ou Onvidor do Mestrado ao Official de semelhante officio.

(d) Ad verb. *Elle tomará juramento*; vide quæ supra notavimus in verb. *Juramento se dá a todos os Officiaes, antes que comecem a servir seus officios*, &c. Et verb. *Nullos são todos os actos feitos pelos Juizes, que servirem seus officios, antes de tomarem juramento*. Et an iste subrogatus in locum Proprietarii possit officii substitutionem prosequi, si durante tempore substitutionis, Proprietarius moriatur? vide Giurb. dec. 9. per tot., ubi duos casus distinguit: Primus, quando Officialis substitutum ponit suo in loco per mensem, & tunc si idem Officialis moriatur, non poterit substitutus continuare substitutionem, finito mense. Secundus casus est, quando Princeps, vel Magistratus providet substitutum propter absentiam Officialis; quia tunc si ipse Officialis moriatur, poterit substitutus officium continuare, & exercere. Et vide etiam de materia Fontanel. dec. 496. & 497., Portug. de Donat. Reg. lib. 1. cap. 13. n. 143.

(e) Ad verb. *E das pessoas, que ha para elle aptas*. Nota, quod si ad substitutionem officii duo candidati concurrant, unus scilicet, qui jam idem servivit officium, alter verò non, præferendus erit ille, qui jam occupavit officium, ut judicatum fuit apud Phæb. p. 2. arest. 15.

(f) Ad verb. *Por tempo de tres mezes*; quid si postquam quis fuerit provisus per tres menses per Correctorem, aut Provisorem, alius consequatur provisionem à Senatu Palatino per annum, vel per sex menses, an iste secundus nomine Regis provisus possit excludere primum jam intervenientem cum provisione Magistratus? vide ad resolutionem sequentem Notam Senatoris Emmanuel. Lopes de Oliveira, ibi: *Muitas vezes acontece, que tendo os Corregedores, ou Provedores provido as serventias dos officios por tres mezes, acodem as Partes ao Desembargo do Paço, ou Conselho da Fazenda, e se lhes concedem provimentos por seis mezes; de que resultou excitar-se a divida, se estes providos pelos Tribunaes em nome d'El-Rey haviaõ de suspender os providos pelos taes Ministros, e se votou, e julgou no Conselho, que os não devião suspender; mas que passados os tres mezes, entãõ haviaõ de entrar a servir; e assim veio por informaçãõ, que se observava no Desembargo do Paço.*

(g) Concordat Ord. lib. 2. tit. 45. §. 24. Et vide Cabed. p. 1. dec. 24. n. 10., Peg. tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 28. in rubr. n. 48., ubi ostendit, quod servitutes Officiorum solummodo providentur à Rege Ministris, vel à Lege; & omnia abundanter declarat.

(h) Ad verb. *Impedido, ou suspenso*; quid si Orphanorum Judex moriatur, an etiam in casu mortis procedat eadem dispositio? vide sequentem Notam Senatoris Themudo. *Ad §. 8., ibi: impedido; se he o mesmo na morte? parece que não, porque a mesma distincão faz a Ordenaçãõ liv. 1. tit. 1. §. 23. e 24., e tit. 4. §. ult. tit. 36. §. ult. tit. 35. §. penult., e assim se julgou por morte do Juiz Ozorio Pæes, que não podia a Camara desta Cidade de Lisboa provêr a serventia, sendo assim, que tem provisãõ para provêr serventias no caso de ausencia, ou impedimento*. Et vide Giurb. dec. 9., Jul. Capon. discept. 92. n. 20., De-Luca ad Franch. dec. 255. n. 4., Amay. in L. 10. à n. 39. Cod. de Decurion., Peg. in Commentar. ad hanc Ordinationem glos. 10.

(i) Ad verb. *Provê o Juiz de Fóra*; intellige de Judice foraneo Orphanorum, de quo loquitur Ordinatio lib. 1. tit. 88. §. 47.; non verò de Judice foraneo ordinario. Ex quo miratur Pegas, quod Lex concessisset hanc facultatem Judicibus foraneis Orphanorum, & eam denegasset Judicibus foraneis ordinariis circa suos Scribas, & Officiales.

(a) Ad

SERVIÇO, que commumente se costuma fazer por jornal, ou por soldada, que se pague como sempre se costuma na Comarca, *liv. 4. tit. 29. §. 1. (a)*

Servir, como deve o Escrivão seu officio, se por outro servir, *liv. 1. tit. 96.*

SERVO da pena se faz o que he condemnado á morte, e por conseguinte privado de todos os actos de Direito Civil; nem póde fazer testamento; e só poderá dispôr da sua terça em tirar Captivos, casar Orfãos, fazer esmólas a Hospitales, dizer Missas, e reparar Igrejas, ou Mosteiros, *liv. 4. tit. 81. §. 6. (b)*

SESMARIAS são as dadas de terras, caças, ou pardieiros, que foraõ de alguns Senhores, *liv. 4. tit. 43. (c)*

Sesmarías tem dellas cargos os Almojarifes, *ibid.*

Sesmarías, de que se fazem alguns autos, por que Escrivão haõ de ser feitos, *ibid. §. 4.*

Sesmeiros sómente faz El-Rey, *ibid. in princip. (d)*

Sesmeiros fazem primeiro citar os donos em

peessoa, e suas mulheres, assignando-lhes tempo conveniente para isso, e naõ basta citar os emphyteutas, *ibid. §. 1. (e)*

Sesmeiros devem fazer pregoar no lugar, onde os bens estiverem, como se haõ de dar de sesmaría, declarando o sitio, e confirmações delles, *ibid. §. 2. (f)*

Sesmeiros, quando derem algumas terras de sesmaría, assignem sempre tempo aos que as derem, ao mais de cinco annos, e dahi para baixo, *ibid. §. 3. (g)*

Sesmeiros faraõ executar as penas contra os que naõ aproveitaõ as terras, dando-as a outros que as aproveitem, *ibid. §. 4. (h)*

Sesmeiros, sendo os bens de Orfãos, devem os Juizes constringer aos Tutores, que aproveitem os ditos bens, *ibid. §. 6. (i)*

Sesmeiros constringem aos Administradores, ou Mordomos, que aproveitem os bens de Capellas, Hospitales, Albergarias, ou Confrarias, *ibid. (k)*

Sesmeiros requereraõ as mulheres dos homiziados para os bens, que forem pedidos de sesmaría, *ibid. §. 7. (l)*

Sesmei-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Gratian. For. cap. 257., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 2. in fin., Cabed. p. 1. dec. 162. n. 6., Reynof. observ. 27. n. 8., Sylv. in Commentar. ad hunc tit. in princip. ex n. 7.

(b) Servus poenae efficitur, qui ad mortem naturalem damnatus est, ex Text. in L. Imperatores. ff. de Jur. Fiscal. L. fin. Cod. Ad L. Jul. Majest., Farinac. in Prax. crimin. q. 130., Cortiad. dec. 86. n. 28., praeter alios supra relatos in verb. Condemnado á morte he servo da pena, &c.

Ad verb. hujus Legis, nem póde fazer testamento, vide quæ supra notavimus in verb. Condemnado á morte naõ póde fazer testamento. Et verb. Testamento do condemnado á morte feiro antes da condemnação, he de nenhum vigor, &c. Ad verb. E só poderá dispôr da sua terça; vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 13. num. 61., Gam. de Sacram. pr. stand. q. 6. num. 17., Cortiad. dec. 86. num. 30., Pinheir. de Testam. disp. 1. sect. 2. §. 6. n. 71., quod limita in damnato propter vitium sodomiae, qui neque de tertia testari potest; Phæb. p. 2. arest. 190. in fin.

Ad verb. Em tirar Captivos, casar Orfãos, &c., an possit iste damnatus ad mortem disponere de hac tertia ad alias causas pias, praeter illas, quæ in hac Ordinatione enumerantur? affirmativè resolvit Fragos. de Regim. Reip. d. disp. 12. §. 3. sub n. 61. versic. An verò, Ægid. in L. 1. Cod. de Sacros. Eccles. p. 1. §. 5. à num. 4., Pinheir. de Testam. disp. 1. sect. 2. n. 71.

(c) De hac distributione terrarum, vulgò Sesmarías, vide L. fin. Cod. de Censib. lib. 11., & tit. Cod. de Agro deserto, eod. lib. 11. Et dicitur Sesmaría, à quodam genere mensuræ, quæ dicitur apud nos Sesma, id est, coæquatio, & Sesmeiros coæquatores, juxta tit. Cod. de Censib. & Coæquatorib., quia terræ steriles sub mensura dabantur ad culturam; vide Feloga in Enchirid. cap. 2. à n. 70., & de materia vide Salced. de Leg. politic. lib. 1. cap. 22. ex n. 24. & seqq., Almeid. de Num. quinar. cap. 19., ubi dicit in n. 2. vocari sexmariam, quia olim de his terris sexta pars applicabatur Fisco; & idem ait Barbof. in Additam. ad hunc lib. n. 176., vide etiam Portug. de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 43. à n. 88., ubi in n. 89. aliam derivationem assignat. Valasc. de Jur. emphyt. q. 8. à n. 59., & q. 32. n. 2., Cabed. p. 2. dec. 112. n. 4., Gam. dec. 230.

(d) Nota ad hanc Ordinationem, quòd licet istæ sexmariae, seu cæcinæ pertineant ad Regem, ex eo quia ad illum pertinent terræ vacantes, & montuosæ, ut dicit Feloga in Enchirid. cap. 25., non tamen reputantur bona Coronæ subiecta Legi Mentali, ut tenet Peg. tom. 10. ad Ord. lib. 2. tit. 35. ad Rubr. cap. 4. num. 31., quod etiam judicatum refert Senator Joann. Alvar. da Costa in sequenti Nota, ibi: Nas Sesmarías naõ tem lugar a Ley Mental, ut declaratum fuit na Sentença do Paõl de Boquilobo a favor do Marquez de Cascaes contra o Procurador da Corõa, e D. Miguel Luiz de Menezes, Conde de Valadares, por morte do possuidor D. Joaõ de Castro; & jam judicatum tradiderat Peg. tom. 10. pag. 16. & 17. ubi vide. Et an possit Donatarius ex istis bonis majoratum constituere, vide Peg. de Majorat. tom. 1. cap. 4. n. 339. pag. 154., ubi se remittit ad Portug. de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 43., & ad ea, quæ dixerat in tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 17. n. 2. & 3.

(e) Ad verb. E naõ basta citar os emphyteutas; vide ad materiam Valasc. de Jur. emphyt. q. 38. n. 33., Cald. de Renovation. q. 10. num. 18., Portug. de Donation. Reg. part. 3. cap. 43. num. 88.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Cald. de Empt. cap. 21. n. 5., Cabed. p. 1. arest. 57.

(g) Ad verb. De cinco annos; quid si talis concessio excedat hoc spatium quinquennii, an valeat intra illud, aut in totum concessio corruat? dic valere intra quinquennium, ut ex doctrina Gamæ tenet Almeid. de Numer. quinar. cap. 19. à n. 15.

(h) Ex hac Ordinatione manifestè videtur convinci decisio Gamæ 230. ut benè ostendit Almeid. de Numer. quinar. cap. 19. n. 8. & 9.

(i) Ad verb. Devem os Juizes constringer aos Tutores; nota, quòd hæc obligatio competit etiam Provisoribus, ex Ord. lib. 1. tit. 62. §. 50. & 54.

(k) Ad materiam hujus Ordin., vide Valasc. conf. 105.

(l) Ad hanc Ordinationem nota, quòd licet in causis super bonis immobilibus, sufficiat citari uxorem, quando maritus absens invenitur, ut ait Reynof. observ. 18.; attamen assignari debet mulieri terminus sufficiens, ut possit à marito informationem accipere, limitata Ord. lib. 3. tit. 20. §. 26., & juvant Ordinationes lib. 1. tit. 26. §. 7. lib. 3.

Sesmeiros requererão aos donos dos olivae, vinhas, e terras, que deixaõ encher de mato, que as aproveitem; e não o fazendo, passado o termo, as dem de sesmaria, *liv. 4. tit. 43. §. 8. (a)*

Sesmeiros haõ de requerer ao Procurador do Lugar, onde estiverem matos, e bravios, que falle com os Vereadores, e digaõ, se tem alguma razaõ para se taes matos naõ darem de sesmaria, *ibid. §. 9. (b)*

Sesmeiros naõ podem dar de sesmaria matos proprios, ou pousos para assentamento de quintas, casaes, ou terras, se saõ proveitosas, *ibid. §. 11. (c)*

Sesmeiros devem dar as terras, que forem tributarias, com o mesmo tributo de sesmaria; e se forem isentas, se dem isen-

tas, *liv. 4. tit. 43. §. 13. (d)*

SETEIRAS póde cada hum fazer sobre telhado, ou quintal do outro, *liv. 1. tit. 68. §. 24. (e)*

SEXTA parte do engano, que se allega nas partilhas, se entende respectivamente a todo o quinhaõ do herdeiro, que allegar o dito engano, *liv. 8. tit. 96. §. 20. (f)*

SI

SIMULAÇÃO de contracto, que se próva pelo juramento do Lavrador das terras jugadeiras, naõ se castiga com a pena da Ordenação, *liv. 2. tit. 33. §. 33. (g)*

Simulado contracto he o que se faz maliciosamente em prejuizo dos crédores, e de outras pessoas, e dos direitos Reaes, e por defraudar as Leys, *liv. 1. tit. 71. (h)*

Simu-

lib. 3. tit. 70. §. 1. lib. 4. tit. 6. §. 7., & lib. 5. tit. 126., & ita intelligenda videtur hujus Legis dispositio. Et an citatio, ut maritus, tanquam dominus directus assensum praestet ad alienationem emphyteus, possit fieri in uxore, propter ipsius mariti absentiam; dicit Viegas in quadam Nota ad hanc Ordinationem, servandam esse hujus Legis dispositionem, ut refert Senator Joann. Alvar. da Costa. in alia Nota ad Ord. lib. 4. tit. 38. ad princip.

(a) In hoc §. 8. invenitur quaedam antinomia cum §. 11. hujusmodi tit., quam etiam agnoscit Senator Joann. Alvar. da Costa, sed in eodem §. 11. has Ordinationes conciliat, & intelligit in sequenti Nota: *Ad hunc §. 11. videtur obviare supra §. 8. sed Viegas respondet, quod Ordinatio in §. 11. procedit in silva, & loco sterili, & infructifero; §. autem 8. in re fructifera, que culpa, & facto domini redacta est sterilis.*

(b) Ex hac Ordinatione videtur, quod non debent dari de sexmaria terrae incultae in praedictum populi, & pascuorum, & quod terrae incultae sunt Consiliorum, si à Rege non fuerunt reservatae; de quo vide Cabed. *p. 1. ar. 46., & etiam si sint in territorio alicujus oppidi, aut civitatis, eo ipso sunt universitatis; Cald. de Empt. & Vendit. cap. 21. n. 6. Et vide etiam ad materiam Valasc. de Jur. emphyt. q. 8. à n. 40. usq. ad fin., Covarr. Practic. cap. 37. in princ., Peregr. de Jur. Fisc. lib. 4. tit. 3. n. 29., Menoch. de Praesumpt. lib. 3. praesumpt. 100. per tot., Cancer. lib. 1. Var. cap. 11. n. 39., & lib. 3. cap. 4. à n. 57., Almeid. alleg. 5. n. 6. & 12., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 5. §. 1. n. 10. cononant etiam, quae supra notavimus in verb. Provento cononant he terrae abastança de paõ.*

Et vide etiam ad materiam sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa: *Nota, que os pastos públicos se naõ podem cultivar sem licença de Sua Magestade, maxime naõ havendo Sesmeiros, ex Leit. Fin. regund. cap. 10. n. 29., tenet Larrea, Portug., & cum omnibus de materia agentibus judicatum fuit anno 1695. em hum aggravado do Procurador do Concelho de Monte-mór o Novo; Judicibus Vogado, e Sanctos de Oliveira, aonde na Reposta do Juiz se allegou tudo o que pertence a esta materia, Escrivaõ Manoel Soares Ribeiro. E recorrendo-se depois a El-Rey, resolveo, que por naõ ser util, senaõ semeasse sem os pastos, e se conservasse a defeza daquella Villa; convenit enim publicae utilitati, quod pascua communia ampliora sint; de quo vide Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 7. n. 10.*

Et nota, quod nec Decuriones possunt populli tollere pascua publica, nec in eis incolis praedictare; Peg. *Forens. tom. 3. cap. 3. n. 50. Neque Donatarii talia pascua concedere possunt; de quo vide Larream alleg. 110. per tot., Lagun. de Fruct. d. cap. 7. n. 100. Et neque Rex hoc facere potest absque populi consensu; idem Peg. d. cap. 3. n. 50., & vide eundem Peg. tom. 1. Forens. pag. 490.*

(c) Huic §. videtur obviare §. 8., quos jam supra conciliatos relinimus.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa: *Foi grande dividida, se podia impôr-se pensão nas Sesmarias do Brasil, que saõ concedidas em perpetuo; Cabed. p. 2. dec. 112. diz que naõ; e nesta materia consultou o Conselho Ultramarino com differença de votos; e o Desembargo do Paço consultou, que naõ podia esta Ordenação applicar-se ás Sesmarias do Brasil, e que Sua Magestade podia revogála.*

(e) Agit hac Ordinatio de fenestris tantummodo luciferis; de cujus materia vide quae supra notavimus in verb. *Frestas, janellas, ou peitoris naõ póde ninguém fazer sobre casas, ou quintaes de outrem, &c.*

(f) De materia hujus Ordinationis, vide omnino Valasc. *de Partit. cap. 39. ex num. 17., & latè Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 5. ex n. 17., Hermosilh. ad L. 56. glos. 9. tit. 5. part. 5. ex n. 8.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Peg. *tom. 9. ad Ord. lib. 2. ad hunc tit. 33. in rubric. n. 390., ubi repetit, & explicat hanc Ordinationem, dicens, quod in hoc casu non inducitur pena simulationis, ob confessionem ab agricola factam; quia mitius punitur, qui confitetur delictum, quam qui convincitur. Et addit in §. 33., quod per juramentum, agricolae delatum, non agitur via ordinaria ad punitionem criminis, nec susceptores Jugatae sunt competentes ad puniendum.*

(h) Ad verb. *Maliciosamente em prejuizo dos crédores;* nota, quod ad incurrendam pœnam simulationis, debet intervenire dolus, & fraus cum praedictio tertii; nam absque dolo, vel fraude simulatio non punitur; Farinac. *in Prae. crimin. tit. de Simulat. q. 162. n. 57., Sabel. in Sum. §. Simulatio. sub num. 2. versic. Quod imò. Et nunquam simulatio praesumi potest, nisi data rationabili causa simulandi; Merlin. Controvers. Forens. lib. 2. cap. 17. n. 11. & 12., & cap. 19. sub n. 32., Farinac. d. q. 162. n. 136., Cancer. p. 1. Var. cap. 13. n. 85., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 2. cap. 14. n. 131., Peg. *For. cap. 5. sub n. 162. versic. Quae debeat. & seqq.**

Et si non appareat causa vera, sufficit causa à partibus opinata, cum simulatio pendeat ab animo, & opinione contrahentium; Salgad. *in Labyrinth. d. cap. 14. n. 132., Andreol. Controv. 166. n. 12., Altimar de Nullit. contract. tom. 3. rubr. 1. q. 1. sect. 3. n. 84.; debet tamen expresse, & concludenter probari, ut ait Merlin. d. cap. 67. n. 18., Peg. *For. d. cap. 5. sub n. 162. versic. Quia non praesumitur., cum causa sit praecipuum fundamentum simulationis; idem Merlin. d. cap. 67. n. 2. Et probata causa, potest simulatio probari conjecturis, & praesumptionibus, etiam levioribus; de quo vide latissime Farinac. d. q. 162. ex n. 96., Altim. de Nullit. contract. tom. 3. rubr. 1. q. 1. sect. 3. per tot., Peg. *For. cap. 5. ex n. 159. & sub n. 162. versic. Quae debent., ubi penè infinitos congerit.***

(a) Ad

Simulados contractos, como de escambo, venda, afforamento, e outros, são nullos, e as escripturas, e confissoes feitas em juizo, e fóra d'elle, são de nenhum vigor, *liv. 1. tit. 71. (a)*

Simulado contracto, quem o fizer, perde a causa, quantia, e estimacao por terças partes, *ibid.*

SIGNAL público tem obrigação de fazer os Tabaliaes d'elle, e judicial, no livro da Relacao do seu districto; e sem certidao de como o fizerao, nao haveráo posse dos officios, *liv. 1. tit. 80. §. 1. (b)*

Signal d'El-Rey, ou de outro, sendo autentico, quem o falsificar tem pena de morte, *liv. 5. tit. 52. (c)*

Signal dado por compra, e venda, se perde com outro tanto, se alguma parte se arrepende, *liv. 4. tit. 2. §. 1. (d)*

Signal dado em parte de paga faz ser a compra perfeita, e nao se póde ninguem arrepende, *liv. 4. tit. 2. §. 3. (e)*

SINO de recolher se tange desde Outubro até o fim de Março, desde as oito horas da noite até as nove; e do primeiro de Abril, até o fim de Setembro, desde as nove até as dez, *liv. 1. tit. 65. §. 14. (f)*

SISA se arrecada pela mesma couza, que for vendida a qualquer pessoa exempta, quando se nao achar o vendedor para a pagar, *liv. 2. tit. 11. §. 6. (g)*

Sisa se arrecada da pessoa, que comprou, ou vendeo a pessoa exempta, posto que elle se obrigasse de a fazer forra da parte da sisa, que a outra parte era obrigado a pagar, *ibid. §. 4. (h)*

Sisa nao paga o Clerigo das casas, que compra para sua morada, *liv. 2. tit. 11. §. 1. (i)*

Sisa se paga da venda, e troca das naos, navios, barcas, e bateis, *liv. 1. tit. 78. §. 14.*

Sisa se paga da venda, e arrematacao, que se faz de bens de raiz em público pregao, *ibid. §. 14. (k)*

Sisa

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Contracto simulado ninguem o póde fazer*, &c. Et verb. *Nullos são os contractos simulados*.

(b) Nota ad hanc Ordinationem, quod postquam Tabelliones hoc signum fecerint, non possunt aliud postea assumere; quia signum semel electum amplius mutari non potest; Hopping. *de Sigil. cap. ult. à n. 58.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Crime de falsidade, quem o cometer em Cartas, ou Alvarás d'El-Rey, tem pena de morte*. Et verb. *Pena de morte se dá ao que falsificar Sello, signal, ou Cartas d'El-Rey*.

(d) Hanc Ordinationem latè explicat Sylv. in *Commentar. ad illam*, ubi videri debet ad intelligentiam, & illustrationem; præter alios DD. quos jam laudavimus in verb. *Comprador, se se arrepende, perde o signal, que deu*.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide latè Sylv. in *Commentar. ad illam*; & DD. quos jam laudavimus in verb. *Comprador, quando dá dinheiro em parte de paga, e não em signal, nenhuma das partes se póde arrepende*.

(f) Statuitur in hac Lege tempus, in quo campana quietis pulsari debet, ad hoc ut post sonitum illius possint capi, & armis spoliari illi, qui inventi fuerint per plateas alicujus oppidi, vel Civitatis, ut disponitur in *Ord. lib. 1. tit. 75. §. 10.*, & *lib. 5. tit. 79.*, & *tit. 80. §. 2.*, horæ enim, quæ assignantur in hac Lege sunt illæ, à quibus debet incipere quies, & silentium noctis, & jubetur pulsari campana, ne prætextu ignorantie horarum quis exculpari possit, ut inquit Bovadilh. in *Politic. lib. 1. cap. 13. n. 55. & 56.*, Lagun. *de Fruct. p. 1. cap. 28. num. 234.*

Si autem propter negligentiam, seu omissionem illius, cui incumbit pulsare campanam, deficiat hoc signum, venit in dubium, an inventus cum armis post horam solitam possit capi, & armis spoliari? negativè resolvit Azeved. in *L. 5. lib. 6. tit. 6. Nov. Recopilar. ex n. 2.*, & ita judicatum refert Phæb. *p. 2. arest. 131.* Sed contrarium scilicet, quod possit capi, & armis spoliari, resolvunt Bovadilh. in *Politic. lib. 1. cap. 13. n. 54.*, Lagun. *de Fruct. p. 1. cap. 28. n. 236.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. p. 2. cap. 43. sub n. 5. versic. Unde.*

Quid autem si adhuc durante sonitu campanæ, & nondum finita pulsatione quis inveniatur cum armis, an possit capi, & spoliari? negativè resolvendum est, quia Ordinatio solum jubet procedi post pulsatam

campanam, ut ibi: *Depois do sino*, ut patet ex *Ord. lib. 1. tit. 74. §. 20. 21. & 24.*, & *lib. 5. tit. 79.*, & *tit. 80. §. 2.*, quæ Leges necessariò debent intelligi exclusivè, id est, postquam campanæ pulsatio finita sit, & ita intelligit Gonzal. *ad Regul. Cancellar. glos. 12. §. 1. n. 25.* Et ad quem pertineant arma, quæ fuerint inventa personis de nocte captis? vide Bajard. *ad Clar. in Prax. §. fin. q. 82.*, ubi ait, quod de consuetudine applicantur Officialibus capiendis, ut fiant audaciores, & diligentiores in capiendis arma ferentibus.

(g) Nota ex hac Ordinatione, quod pro solvenda gabella datur hypotheca in re vendita; & ita tenent Merlin. *de Pignor. lib. 3. tit. 1. q. 6. n. 7. & seqq.*, Ceparel. *Resolut. Fiscal. 13. num. 3.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. diff. 4. §. 3. à num. 326.*, Larr. *alleg. 57.*, Oleam *de Cess. jur. & act. tit. 6. q. 3.*, Cortiad. *p. 4. dec. 220.*, Castr. *alleg. Canon. 11. ex n. 46. cum multis seqq.* Et Laici vendentes res suas personis Ecclesiasticis, & Exemptis, tenentur solvere gabellam, ac si aliis Laicis venderent, quamvis tales Exempti propter gabellas carius emant; quia illud est præjudicium remotum; secundarium, per accidens, & in consequentiam; Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. tom. 3. disp. 663. n. 5. in fin.*, Gutierr. *de Gabel. q. 74. n. 4.*, & *q. 87. n. 4. versic. Non tamen.*, Fontanel. *dec. 202. n. 7. p. 2.*, Larrea *alleg. Fiscal. 57. n. 13.*, Noguero. *alleg. 38. n. 13. & 14.*, Sanch. in *Opuscul. Moral. L. 2. cap. 4. dub. 55. num. 40.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Clerigo não paga sisa das casas, que compra para sua morada, e uso*. Et vide Cabed. *p. 1. dec. 189.*, Valasc. *conf. 131. num. 10.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 2. d. ff. 4. n. 314.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 1. q. 38. n. 41.*, Peg. *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 11. §. 1. n. 9.*

(k) Ex contractu emptionis, & venditionis tam convencionalis, quàm judicialis deberi gabellam tenent communiter omnes DD. præter dispositionem hujus Legis, & Regiminis gabellarum; de quo vide Moraes *de Execut. lib. 6. cap. 13. n. 93.*, & *cap. 14. n. 20.* An autem debeat gabella ex promissione de vendendo? negativè resolvit Mantic. *de Tacit. & ambig. lib. 3. tit. 3. n. 3. & seqq.*, Staib. *de Interesse. lib. 2. tit. 9. q. unic. n. 13. & 14.*, Olea *de Cess. jur. & act. lib. 1. q. 6. n. 39.*, Guerreir. *tract. 4. de Ration. Reddend. lib. 7. cap. 12. n. 33.*

Et

Sisa se paga no lugar, aonde estaõ os bens, que se vendem, *liv. 1. tit. 78. §. 14. (a)*
 Sisas naõ se entendem ser doadas em algumas doações, *liv. 2. tit. 28. §. 1. (b)*
 Sisas naõ se podem prescrever, aindaque

seja por tempo immemorial, *ibid. (c)*
 Sisa naõ se pagando, e ajuntando certidaõ, he a escriptura nulla; e as proprias partes, ou seus herdeiros, poderãõ annullar os ditos contractos em qualquer tempo, *liv. 1. tit. 78. §. 14. (d)*

SOBOR-

Et si tempore promissionis unus sit conductor gabellarum, alter vero tempore venditionis, solvenda erit gabella secundo, & non primo conductori, ut contra Gom., & Parlador., resolvit Gutier. de Gabell. cap. 47. n. 19., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 3. disp. 8. n. 59., quia gabella non debetur nisi tempore confectæ scripturæ, & ideo conductori illius temporis solvenda est, ut ex pluribus tenet Altimar de Nullit. contract. rubr. 1. part. 2. quest. 18. num. 276.; & probatur ex rationibus, quas congerit Guerreir. de Retion. Reddend. d. cap. 12. ex n. 34. cum seqq.

Et an debeat ex venditione rerum pro exequentis piis causis? negativè resolvit cum pluribus Guerreir. tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. num. 155., Peg. tom. 6. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. num. 28. Et an venditis rebus hereditatis jacentis Clerici debeat gabella? vide Gob. de Success. observ. 9. num. 22. & seqq., & relatos per Addit. ad Reynof. observ. 72. ad num. 4. Et an debeat gabella ex contractu venditionis extra Regnum celebrato? vide Oliv. de For. Eccles. p. 3. quest. 4. num. 34. Et an debeat ex datione in solutum? affirmativè resolvendum est, ex Maced. dec. 72. num. 4., Altimar de Nullit. contract. rubr. 1. p. 2. q. 15. num. 776. versic. Et sicut de contractu; quia jura loquentia de emptione habent locum in datione in solutum; idem Altimar d. quest. 15. num. 773. & 777. Et an gabella debeat ex venditione census consignativi? vide Oleam de Cess. jur. & act. tit. 7. quest. 5. num. 10.

Et an debeat ex divisione, seu partitione bonorum? negativè resolvunt Maced. dec. 74., Guerreir. tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 23. per tot., & tract. 3. de Dation. Tutor. & Curat. lib. 7. cap. 17. num. 9., Reynof. observ. 21., & ita judicatum refert Senator Themud. in sequenti Nota: Naõ se paga sisa do que se torna em partilhas aos coherdeiros: habes judicatum in tuo libro Arrestorum cap. 140., Reynof. observ. 21.; mas se depois de feitas partilhas as partes trocãõ as suas, devem sisa; Artigos das sisas cap. 6. §. 4.

Et an debeat ex permutatione? vide Maced. dec. 72. n. 3., Altimar de Nullit. contract. rubr. 1. q. 16. n. 44., ubi dicit, quod duplex debetur gabella, una scilicet ex utraque parte; & idem tenet Molin. de Just. & Jur. disp. 336., Reynof. observ. 72. n. 4., ubi Addition. ita judicatum refert Peg. tom. 6. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. num. 3.

Et quid si pensio emphyteutica de uno in aliud prædium de partium consensu transferatur? vide Reynof. observ. 72. per tot., Peg. in Commentar. ad hunc §. Et an debeat ex transactione? vide Valeron. de Transact. tit. 5. q. 5. n. 40., Urceol. de Transact. q. 78., Barbof. ad hanc Ord. n. 31., & ex stylo non solvi talem gabellam dicit Cost. de Styl. Dom. Supplicat. pag. 216. col. 1. Et an debeat ex dote æstimata? vide Capyc. Galeot. lib. 2. Contror. 40. num. 4., Lassart. de Decim. vendit. cap. 20. à num. 35., Cabed. p. 1. dec. 104. à num. 16., Peg. in Commentar. ad hunc §. num. 32. Et an debeat ex venditione hereditatis? vide eleganter Oleam de Cess. jur. & act. tit. 7. q. 5. à num. 13.

Et nota, quod privilegiati, vulgò das Taboas vermelhas, non eximuntur à solutione gabellarum; ut tradit judicatum Senator Joann. Alvar. da Costa in sequenti Nota ad Ord. lib. 2. tit. 28., ibi: Os privilegiados das Taboas vermelhas devem pagar sisas das compras, aindaque tem isenção de tributos, que he causa diversa; Gutier. de Gabel. q. 1. à num. 16., e assim se julgou no Juizo dos Feitos da Fazenda, anno de 1736., Scriba Rebello Guimarães.

Tom. II.

(a) In venditione rerum immobilium solvenda est gabella in loco, ubi prædia sita sunt, ut declarat hæc Ordinatio; de cujus materia vide Thom. Vaz alleg. 28. n. 23., & cum aliis Peg. in Commentar. ad hunc §. n. 45., Oliv. de For. Eccles. p. 3. q. 22. n. 51.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Maced. decif. 84., Portug. de Donat. Reg. p. 3. cap. 1. n. 35., Laream alleg. Fisc. 10. & 13.

(c) De materia hujus Ordinationis, vide Cabed. p. 2. decif. 65., Leit. in Prax. Finium Regund. cap. 9. n. 11., Portug. de Donat. Reg. p. 3. cap. 45. n. 27., Peg. tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 28. ad rubr. n. 25., & in Commentar. ad hanc Legem, ubi latissimè.

(d) Ad verb. E ajuntando certidaõ; quid si contrahentes sint personæ exemptæ, an debeant inserere in scriptura certitudinem excusationis? vide Maced. dec. 28., & alios, quos supra laudavimus in verb. Clerigos, posta que naõ paguem Dixima, Portagem, nem Sisa, toda-via o devem fazer saber aos Officiaes d' El-Rey. Et quid si sub hasta vendantur prædia, an sit nulla subhastatio, si in ipsa scriptura subhastationis certitudo gabellæ non inferatur? negativè resolvit Moraes de Execut. lib. 6. cap. 14. n. 20. dicens, quod in hoc casu imponenda est tantummodo Tabellioni pœna hujus Legis, & vide etiam de materia Gabr. Per. dec. 76. à n. 6., Vaz alleg. 28. num. 68., Mend. à Castr. p. 1. lib. 3. cap. 21. num. 83., & p. 2. lib. 3. cap. 21. n. 198. & 199.

Ad verb. Saõ as escripturas nullas; & ad verb. Poderãõ annullar os contractos; an dispositio hujus Legis procedat etiam in casu, quo contractus celebretur per scripturam particularem? affirmativè resolvit Thom. Vaz alleg. 28. n. 47., Mend. in Prax. part. 2. lib. 3. cap. 21. n. 201., Gabr. Per. decif. 125.; sed contrarium tenet Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 2. cap. 12. different. 1. num. 2.; secundum cujus opinionem testatur Senator Oliveira se semper judicasse, in sequenti Nota. Ad verb. E as escripturas . . . seraõ nullas; quid de venditione, aut alio contractu per scripturam privatam celebrato? affirmat Peveir. decif. 125., sed melius negat Ægid. in L. Ex hoc jure, part. 2. cap. 12. num. 2., secundum cujus sententiam semper judicavit.

Has opiniones conciliat Moraes de Execut. lib. 2. cap. 21. n. 54., dicens, quod non erit nullus contractus, si gabella soluta ostendatur ante litem contestatam, ex Regim. Gabel. cap. 4. §. 12., & ex Regimine da Alfandega cap. 66. Ad verb. Em qualquer tempo, an extendatur hæc dispositio ultra triginta annos? affirmativè tenet Barbof. in Remiss. ad hanc Legem, sed contrarium sequitur Gabr. Per. dec. 76. n. 8. versic. ult.; secundum cujus sententiam judicatum refert Senator Themudo in sequenti Nota. Ibi: Em qualquer tempo; etiam post triginta annos, ex Thom. Vaz alleg. 28. à n. 50., Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 21. num. 198. Sed contrarium dicit Gabr. Per. dec. 76. n. 8. versic. ult., cujus sententiam amplexi fuimus in judicando.

Et an hic defectus certitudinis gabellæ in instrumento insertæ, possit deduci in ultimis juris allegationibus, quin in progressu causæ articuletur talis defectus; vide sequentem Notam Senatoris Themudo. He eslo nas razões finais admittir-se o Auctor, e Réo a allegar, que na escriptura de venda falta certidaõ de sisa, aindaque naõ seja deduzido no libello, e annullar-se o contracto: securius tamen est admittere illum, qui nullitatem opponit, ad illam reducendam ad articulos, ut adversarius audiat in forma Ordinationis lib. 3. tit. 63. §. ult. adhuc enim multa illi poterunt competere defensiones.

SO

SOBORNADOR de testemunha, promettendo dinheiro, ou outra coufa, por que testemunhe falso, posto que o não quizesse aceitar, nem dar testemunho, se a causa for civil, será açoutado; e se for crime, em que não caiba morte, o mesmo; e se for em caso de morte para condemnar, seja degradado para o Brasil dez annos, e açoutado; e se for para absolver, degradado dez annos para Africa, *liv. 5. tit. 54. §. 1. (a)*

SOBRINHO, cujo pay morreo na guerra, exclúe a seu tio na successão dos bens da Corôa, *liv. 2. tit. 35. §. 2. (b)*

Sobrinho exclúe a seu tio na successão do morgado, *liv. 4. tit. 100. (c)*

Sobrinho não exclúe a seu tio na successão do foro, *liv. 4. tit. 36. §. 2. (d)*

SOBSCREVER não devem os Escrivaes

da Camara as cartas, que não fizerem seus Escreventes, *liv. 5. tit. 11. §. 1. (e)*

SOCIEDADE, posto que seja feita por escriptura pública entre mercadores, as dvidas della se podem provar por testemunhas, *liv. 3. tit. 59. §. 13. (f)*

Sociedade de companhia he a que duas, ou tres pessoas fazem entre si, ajuntando todos seus bens, ou parte delles, para melhor negocio, ou mayor ganho, *liv. 4. tit. 44. (g)*

Sociedade se acaba morrendo qualquer dos companheiros, e não passa o contracto a seus herdeiros, *ibid. (h)*

Sociedade feita de todos os bens, logo o senhorio, e posse dos taes bens se traspassa reciprocamente nos companheiros, sem ser necessario alguma apprehensão corporal; e tudo o que por qualquer titulo se adquirir, se communica, *ibid. §. 1. (i)*

Socie-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pena de açoutes, com barão e pregação, se dá ao que sobornar testemunha para jurar falso em causa civil, ou crime, em que não caiba morte, &c.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notantur in verb. *Filho do filho mayor, exclúe a seu tio na successão do morgado; ubi ostendimus hanc Ordinationem fuisse revocatam per quamdam Leg. Extravag.*

(c) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ jam notavimus in verb. *Filho do filho mayor, exclúe a seu tio na successão do morgado. Et verb. Morgado succede nelle o neto filho do filho mais velho, &c. Et verb. Representação se dá concorrendo o neto com o tio na successão dos bens de morgado.*

(d) De materia hujus Ordinationis, vide quæ jam supra notavimus in verb. *Filho precede ao neto na successão do foro de nomeação.*

(e) Hæc Ordinatio fuit desumpta ex quodam Rescripto, quod est in *lib. 1. Ordin. post Regimen Senat. Palat.*, ubi ita dispositum invenitur.

(f) Ad verb. *Entre mercadores*; probatur ex hac Ordinatione, quod mercatorum contractus publica indigent scriptura; de quo vide *Gabr. Per. dec. 97.*, *Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Rev. divis. n. 301.*, sed tamen inconcussè observatur in praxi, valere apud mercatores chirographa particularia in negotiis ad mercaturam pertinentibus.

Ad verb. *As dvidas della se podem provar por testemunhas*; nota, quod sufficit probare factum principale per instrumentum, cætera autem coherentia, & liquidantia factum, per testes; *Valasc. de Jur. emphyt. quest. 7. n. 34.* ubi dicit, quod si quis promiserit relarcire damnum, potest quantitas damni illati probari per testes, licet excedat summam à Lege taxatam; *Thom. Vaz alleg. 72. n. 50.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos latè congeffimus in verb. *Companhia se faz, quando duas pessoas, ou mais ajuntão todos seus bens, ou parte delles, para melhor negocio, ou mayor ganho.*

Et nota, quod hæc societas potest contrahi, tam expressè, quàm tacitè; expressè, quando inter socios adest conventio; tacitè, quando adsunt actus sociales, veluti inter fratres simul commorantes, & ad eandem mensam viventes; de quo vide *Michalor. de Fratrib. p. 2.*

cap. 2. ex num. 21., & *cap. 6. & 7.*, *Castilh. lib. 1. Controvers. cap. 3.*, *Staib. de Interes. lib. 2. tit. 8. §. 1. ex n. 17.*, *Grat. For. cap. 643. ex n. 10.* Non potest tamen contrahi societas inter fratres, quando aliquis eorum minor est, nisi habeat tutorem, aut curatorem, qui expressè consentiat; de quo vide latissimè *Felic. de Societ. cap. 5. per tot.*, *Michalor. de Fratrib. p. 2. cap. 15.*, *Sabel. in Sum. §. Societas. num. 6. & 15.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos latè congeffimus in verb. *Companhia, ou se faça por certo tempo, ou sem limitação delle, se acaba morrendo qualquer dos companheiros. Et verb. Herdeiro não succede no contracto da companhia; quæ dispositio procedit in societate omnium bonorum, ut declarat hæc Ordinatio, & quando electa est industria personæ; Felic. de Societ. cap. 32. num. 3. & 4.*, *Olea de Cest. jur. tit. 3. quest. 5. 2. num. 2. & 5.*, *Phæb. dec. 199. num. 38.*, *Torr. de Pact. futur. success. lib. 3. cap. 10. num. 7.*, *Altim. de Nullitat. rubr. 1. part. 2. quest. 25. sub num. 508.* Si autem societas talis sit, ut in ea non requiratur industria personæ, potest transire ad hæredes; *Mantic. de Tacit. & ambig. lib. 6. tit. 24. num. 26.*, *Altimar de Nullitat. contract. rubr. 1. part. 2. quest. 25. num. 531.*

Quando autem societas non transit ad hæredes debentur tamen illis commoditates in iis rebus, quæ erant communes, durante societate; *Gratian. For. cap. 276. num. 3.*, *Mantic. de Tacit. & ambig. d. tit. 24. num. 32.*, *Sabel. in Sum. §. Societas. num. 42.* Et vide sequentem Notam Senatoris *Joann. Alvar. da Costa: Arrematou o contracto das Terças Diogo Nunes Pereira, e João Martins; falleceo este, e sua mulher casou com Joseph Nunes da Fonseca; quiz Diogo Nunes excluir a Viuva, que era herdeira do marido, dizendo, que da sua morte para diante não devia ter os lucros, por não haver pacto de transmissão; julgou-se que se deviaõ os lucros, tanquam ex contractu antea gesto: pedio-se revista, e foi pelos Informadores da Casa escusada; e foi caso muito controvertido.*

(i) De materia hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Companhia, quando se faz de todos os bens entre algumas pessoas, logo o senhorio, e posse delles se traspassa reciprocamente nos companheiros. Et ex hac Legge inferitur, posse socium impedire executionem sententiæ contra socium universalem; de quo vide *Peg. tom. 1. Forens. pag. 360.*, & *pag. 490. num. 250.**

(a) Ad

Sociedade, posto que antes do tempo não se possa desfazer, toda-via se algum dos companheiros for de condição tão áspera, e forte, que com elle se não possa haver, ou se allegar que he enviado por El-Rey, ou pela R épublica a algum negocio, ou que não lhe he cumprida alguma condição, com a qual entrou na companhia, ou se lhe foi tomada, ou embargada a cousa, em que a companhia he feita, se poderá affastar della, *liv.4. tit.44. §.8.* (a)

Sociedade de certo trato, ou negocio, quando for feita, não se communicará áquillo que cada hum delles houver por outro modo fóra da companhia, *ibid. §. 2.* (b)

Sociedade sobre cousa illicita, e reprovada, não val, *ibid. §. 3.* (c)

Sociedade se desfaz por morte de algum dos companheiros, aindaque sejaõ muitos na companhia, *ibid. §. 4.* (d)

Sociedade sobre alguma renda d'El-Rey, ou da R épublica, passa ao herdeiro, se he pessoa idonea, e foi assim declarado, *ibid.* (e)

Sociedade se desfaz, quando algum dos

companheiros a renuncia, *ibid. §. 5.* (f)

Sociedade não se desfaz, quando alguma das partes a quer renunciar por manha, e engano, como se tivesse intento de tirar a renda toda para si, *ibid. §. 6.* (g)

Sociedade se póde fazer, pondo hum o cabedal, e outro a industria, *ibid. §. 9.* (h)

Sociedade se póde fazer com declaração da quantidade de ganho, e perda, que cada hum houver de ter; e não se declarando, será cada hum por amétade, *ibid.* (i)

Sociedade sendo acabada, as dividas, que se fizerem por respeito della, e o damno, que houver, se ha de pagar da mesma companhia, *ibid. §. 10.* (k)

Sociedade sendo acabada, se haõ de pagar da mesma companhia as despezas, que se fizeraõ em beneficio della, *ibid. §. 11.* (l)

SOCIO do crime de algum escravo próva contra elle, *liv. 3. tit. 56. §. fin.*

SODOMIA he a maldade, que comette hum homem com outro, *liv. 5. tit. 13. §. 1.* (m)

Sodomia se diz tambem a que comette huma mulher com outra, *ibid. §. 2.* (n)

Sodo-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. quos supra laudavimus in verb. *Companhia poderá renunciar o companheiro, aindaque dure o tempo della, se for de tal condição, que com elle se não possa haver os companheiros, &c.* Limita tamen dispositionem hujus Legis cum Arouc. in L. 1. §. 2. n. 116. ff. de His, qui sunt sui, vel alien. jur., quando asperitas socii nota erat aliis sociis tempore contractæ societatis; & vide Rocc. cap. 158. n. 17.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 412. num. 2., Gom. tom. 2. Var. cap. 5. num. 4., Gabr. Per. dec. 53. num. 5., Altimar de Nullit. tom. 4. rubr. 1. p. 2. q. 25. n. 205., quod amplia, etiam si contemplatione societatis aliquid socio donatum, aut relictum fuerit; ex Text. in L. Socium, qui in eo. 61. §. fin. ff. Pro socio., Antonel. de Tempor. legal. lib. 2. cap. 19. n. 56.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Companhia sobre materia illicita, e reprovada, assim como para roubar, ou contra semelbante, he nulla, e de nenhum vigor.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Companhia se desfaz por morte de algum dos companheiros, se no principio se não declarou que durasse o tal contracto entre os que vivos ficarem.*

(e) Vide ad materiam hujus Ordinationis DD., quos supra laudavimus in verb. *Companhia, que tomou renda d'El-Rey, ou da R épublica, se não acaba por morte de qualquer dos companheiros, &c.*

(f) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Companhia se desfaz, quando algum dos companheiros a renunciar, &c.*

(g) De materia hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Companhia, se algum companheiro a renunciar por manha, ou engano, não ficará de sobrigado della.*

(h) De materia hujus Ordinationis vide plures DD., quos congerit Altim. de Nullit. contr. tom. 4. rubr. 1. p. 2. q. 25. n. 394. Et quando unus ponit capitale, alter industriam, lucrum proportionabiliter dividi debet, ut latè probat idem Altimar n. 402. & 403. Sed si unus ex sociis ponat capitale, alter verò industriam, & casu fortuito capitale fuerit amissum, vel deterioratum, non tenetur ad aliquid socius industrius; de quo vide Al-

timar ubi supr. n. 401., ubi refert alios contrarium sentientes.

(i) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Companhia, quando se faz, se se não declara o ganho, ou perda, que ha de ter cada hum dos companheiros, se repartirá igualmente entre elles.* Et an socius, seu cohæres possit habitare domum communem absque solutione pensionis? vide Valasc. de Partir. cap. 4. n. 19., Cald. de Empt. & Vend. cap. 9. n. 19., Michalor. de Frat. p. 3. cap. 36. n. 25., Fontanel. de Pact. nupt. claus. 4. glos. 9. p. 2. n. 10., Bayo in Prax. Eccles. p. 3. lib. 2. q. 24., Guerreir. tract. 2. de Divis. lib. 3. cap. 7. à n. 16.

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Companhia, aindaque seja acabada, se haõ de pagar della as dividas, que se fizeraõ, &c.* Et nota, quòd licet socio administranti non debeatur salarium; ex Text. in L. Cum duobus. §. 2. §. 3. ff. Pro socio., Felicius de Societ. cap. 15. n. 92., Duard. de Societ. lib. 3. cap. 6. q. 6. n. 24., Zacch. de Salar. q. 51. à n. 57., Michalor. de Frat. trib. p. 3. cap. 44. n. 13. & 14., Molin. de Just. & Jur. tract. 2. diff. 418. n. 2., attamen observanda est contraria consuetudo; Giurb. ad Consuetud. Mesan. cap. 1. glos. 6. num. 35., Molin. d. diff. 418. n. 2.

Nota etiam, quòd debitum nomine societatis non compensatur cum credito nomine proprio; Giurb. ad Consuet. Mesan. cap. 7. glos. 9. num. 11., Valenzuel. conf. 156. n. 88., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 9. à n. 45., Balmased. de Collect. q. 110. n. 9.; sed contrarium tenet Arouc. alleg. 49. num. 45., ubi distinguit, an societas duret, vel sit finita; & vide Amato resol. 17.

(l) De materia hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Companhia, em cujo beneficio se fez alguma despesa, ou gasto, se ha de pagar por conta della.*

(m) De materia hujus criminis nefandi, vide quæ supra notavimus in verb. *Crime de sodomia, quem o cometer, será queimado, &c.* Et verb. *Pena de ser queimado, e feito por fogo em pó se dá ao que cometer o crime de sodomia.*

(n) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Pena de ser queimado, e feito por fogo em pó se dá ao que cometer o crime de sodomia, in versic. Et nota, quod istæ pœne infliguntur etiam mulieribus, &c.*

Sodomia, quem a descobrir, haverá amétade da fazenda do condemnado, *liv. 5. tit. 13.*

§. 4. (a)

Sodomia, quem a não descobrir, e souber, tem perdida a fazenda, amétade para quem o accusar, *ibid. §. 5.*

Sodomia se prova por duas testemunhas, posto que seja de diferentes actos, *ibid.*

§. 7. (b)

Sodomia, quando não se provar, e se provarem tocamentos deshonestos, e torpes, seraõ castigados com degredo de galés, e outras penas, *ibid. §. 6. (c)*

Sodomita não he escuso de pena vil, *liv. 5. tit. 139. §. 2.*

SOGRO não póde ser citado por seu genro, *liv. 3. tit. 9. §. 2. (d)*

SOLDADA não se póde pedir passados tres annos, *liv. 4. tit. 32. (e)*

Soldada o que a pede depois do amo morto,

e passados alguns annos, se presume contra elle, *ibid. §. 1. (f)*

Soldada se paga ao criado, que não entrou a partido certo, havendo respeito ao tempo que servio, e á qualidade do criado, e do serviço, *liv. 4. tit. 29. (g)*

Soldada, ou jornal, se paga como sempre se costumou géralmente pagar semelhante serviço na Comarca aonde se fez, *ibid. §. 1. (h)*

Soldada dos Védores, Camareiros, Secretarios, Estribeiros, e Thefoureiros de Bispos, Condes, e Fidalgos, he oito mil reis, nem se lhe dá mais por servirem mais que hum dos ditos cargos, *liv. 4. tit. 31. §. 1. (i)*

Soldada dos Escudeiros das mesmas pessoas, e dos Capellaes, he quatro mil reis, e dos Pagens tres mil reis, e dos Moços de esporas dous mil e quinhentos reis, dando-lhes de comer, e beber, vestir, e calçar, *ibid. §. 2. (k)*

Sol-

(a) Ad intelligentiam hujus Legis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pena de degredo para galés, e outras extraordinarias se dão aos que comettem o peccado de molície.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, & de probatione hujus criminis etiam per testes singulares; vide Gom. in L. 80. Taur. n. 18., & lib. 3. Var. cap. 12. num. 9., Mend. à Castr. p. 2. lib. 2. cap. 1. num. 45., Narbon. ad Leg. Recopilat. p. 2. 898.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, super delicto nefando sodomie non completo, vide cum pluribus Cortiad. tom. 2. dec. 89. n. 80., Phæb. p. 2. arest. 191., Gom. in L. 80. Taur. n. 34., Farinac. in Prax. crim. q. 148. à n. 61., August. Barbof. ad Text. in cap. Clerici. n. 8. de Excessib. Prælat.

(d) Vide supra notata in verb. *Genro não póde citar seu sogro, ou sogra, em quanto entre elles durar a afinidade.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Criado, que vive por soldada, não a póde demandar, senão até tres annos.* Et verb. *Lacayo, que vive por soldada, não a póde demandar, senão até tres annos.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra jam laudavimus in verb. *Criado, que demanda soldada, depois de morto o Senhor, e passados alguns annos, se presume contra elle.*

(g) Quamvis de Jure communi salarium non conventum non debeatur, ut tenent Lanfranc. de Salar. q. 102., Pacion. de Locat. cap. 35. à n. 59., Ros. conf. 21., Pereir. dec. 102., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 25. §. unic. ex n. 153., attamen quia de Jure Divino salarium debetur famulo, ex Luc. cap. 10., Deuteronom. cap. 24., & Levitic. cap. 19., Cabed. p. 1. dec. 162. n. 1., & debet solvi ad mensuram laboris sui, ex Paul. ad Corinth. cap. 13., Barbof. in L. Si mora. n. 97. ff. de Solut. matrim. ideo hæc Ordinatione statuit, quod solvatur salarium famulo, etiam si nihil convenerit cum ejus domino; de quo vide Lagun. de Fruct. d. cap. unic. n. 157., Mostaz. de Caus. p. 1. lib. 8. cap. 14. n. 35., jubet tamen Lex attendi ad tempus servitii tantummodo, ibi: *Havendo respeito ao tempo, que servio; quia non debetur salarium temporis, quo famulus fuerit ægrotus; Gom. tom. 2. Var. cap. 3. n. 3., plures congerit Sylv. in Commentar. ad hanc Ord. n. 24.*

Ad verb. *E á qualidade do criado; quia plures sunt, quibus non debetur salarium, ut sunt famule Monialium; famuli scholasticorum, quibus datur tempus ad studendum; & famuli, qui inserviunt Magistro ad adiscendam artem; de quo vide latissimè, & eruditè Sylv. ad hanc Ord. ex n. 28.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra laudavimus in verb. *Serviço, que commumente se co-*

stuma fazer por jornal, ou por soldada, que se pague como sempre se costuma na Comarca.

(i) Hanc Ordinationem latè explicat, ac illustrat Sylv. in Comment. ad illam, & nihil de novo addendum puto. Ad verb. *Védores; vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa: Fazendo-se na Mesa do Desembargo do Paço huma Consulta ao Senhor Rey D. João IV. em hum requerimento de hum Veador de D. João da Costa, do Conselho de Guerra, por Resolução de 3. de Junho de 1650., estranhou, e reprehendeo muito o vir na Consulta o nome do Veador.*

Et nota, quod hæc Ordinatio videtur opposita ex diametro ad aliam Ord. lib. 4. tit. 29.; nam in hac Ordinatione taxatur salarium; in alia verò dicitur solvendum esse secundum consuetudinem loci, & qualitatem servitii; quam antinomiam agnovit, & conciliavit idem Senator in sequenti Nota: *In hoc tit. 31. taxatur salarium omnibus famulis conductis sine conventionione; sed maxime obstat Ordinatio supra tit. 29., ubi dicitur esse arbitrandum juxta tempus, & qualitatem servitii. Dic, quod in d. Ordinatione tit. 29., non dicitur esse arbitrium salarium, sed quod est habendus respectus circa servitium, & ministerium, & circa etatem, ut tunc judicetur prout in hac Ordinatione decernitur, & solum in §. 7. & 8. arbitrium est. Ita Viegas ad tit. 29.*

Ad verb. *Thefoureros de Bispos; nota, quod de servitiis famulorum Archiepiscoporum, & Episcoporum vita functorum solent cognoscere Judices Seculares ex speciali Commissione Regia, & coram eis exiguntur debita, quæ illis debentur, vel illi debent; Cabed. p. 1. dec. 84. n. 4., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. à n. 29., ubi agit de materia hujus Legis. An autem si Episcopus moriatur, antequam solvat salarium promissum in majori summa, quam taxata à Lege Regia, sit solvendum juxta pactationem, an juxta dispositionem hujus Legis: vide Britt. in d. §. 4. ex n. 35.*

(k) De materia hujus Ordinationis, vide latè Sylv. in Commentar. ad illam. Et vide sequentem Notam Senatoris Oliveira, ibi: *Por haverem crescido os gastos, e os preços de todas as cosas, e por se considerar, que no tempo presente a taxa desta Ley he muito limitada, e que por ella ninguem póde servir, se julga hoje que não tem lugar; e sem embargo da sua disposiçãõ, se arbitra pelos Juizes o que se deve pagar aos criados, conforme as circumstancias, que concorrem; quia quando taxatio, seu pretii, aut mercedis conventio ex postfacto sit injusta reduci debet ad justam; Larrea dec. 71. num. 6., Hermosill. in L. 56. tit. 5. gl. 1. n. 12. & 13., & ita judicatum fuit. Ad verb. *Moços de esporas; dicit idem Senator: Moços de esporas são os que agora se chamaõ Lacayos, de que falla no tit. 32. §. 1.**

(a) Secus

Soldada das Donzellas, que servirem Condeças, e mulheres de grandes Fidalgos por tempo de dez, ou doze annos, he sessenta mil reis; e não servindo tanto tempo, he cinco mil reis por anno, *liv.4. tit. 31. §. 3.*

Soldada das Donas, he quatro mil reis, e das Amas, que criaõ filhos das taes pessoas, he oito mil reis, dando-lhes de comer, vestir, e calçar, *ibid. §. 4.*

Soldada dos Pagens de Fidalgos, e Desembargadores, e de outras pessoas pobres, he dous mil reis, *ibid. (a)*

Soldadas dos Moços de esporas das ditas pessoas, he outro tanto, *ibid.*

Soldadas das Moças donzellas, e Donas, e Despenheiras das ditas pessoas, he tres mil reis; e das Cozinheiras, o mesmo; e das Amas, que criaõ, seis mil reis por anno, *ibid.*

Soldada das Moças, que servem de fóra a qualquer pessoa, mil e quinhentos reis, além de comer, vestir, e calçar, *ibid.*

Soldada dos Moços, que servirem a pessoas de menor condiçãõ, se julga segundo a qualidade do serviço, e segundo a habi-

lidade, e idade, que tiverem, *ibid. §.7. (b)*
Soldada vence o varaõ, sendo de quatorze annos, e a femea de doze; e não chegando a esta idade, vencerá o que parecer ao Julgador, *ibid. §. 8. (c)*

Soldada se póde demandar aonde mais aprouver ao Auctor, *liv. 3. tit. 6. §. 1.*

Soldada não se julga ao moço menor de sette annos, porque a criaçãõ lhe fica por satisfacãõ, *liv. 4. tit. 31. §. 8. (d)*

Soldada daquelle que vive a certo partido, se paga conforme a elle, *ibid. §. 9.*

Soldada não se avantajã ao criado, que serve de mais daquillo, para que entrou a servir, *ibid. §. 12. (e)*

SOLDADO póde morrer em parte com testamento, e em parte sem elle, *liv.4.tit.83. §. 3. (f)*

Soldado condemnado á morte, póde testar com o mesmo privilegio, *ibid. §. 2. (g)*

Soldado póde fazer hum herdeiro nos bens castrenses, e outro nos outros, e são duas heranças, *ibid. §. 4. (h)*

Soldado, que fez dividas estando na guerra, as pagará o herdeiro dos bens castrenses, e as outras o outro, *ibid.*

Solda-

(a) Secus dispositum est in Jure communi, secundum quod hujusmodi famulis non debetur salarium; Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 22. §. 5. n. 109. Et de Jure Castellæ solùm eis debentur alimenta, & docetur modus vivendi, & præstatur bona educatio; ut per Flor. Var. lib. 1. q. 8. §. 2. n. 9.

(b) Nota, quod iste titulus Ordinationis, usque hunc §. 7. agit de famulis, & Officialibus Illustrium personarum, & ad servitii eorum satisfactionem jubet fieri salarii taxationem; sed in hoc §. 7. agens de salariis, quæ solvi debent famulis inferiorum personarum, dicit præstanda esse secundum arbitrium boni viri; de quo vide Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. ex n. 24., & latè Sylv. in Comment. ad hunc §. Et si renuente domino famulum conducere, quia non indiget illius servitio, ipsum recipiat in domum suam, amicitia, seu pietatis causa, donec aliud commodum quærat, non debet ei salarium solvere; Flor. Var. lib. 1. q. 8. §. 2. n. 5., Britt. ad rubr. de Locat. p. 1. §. 4. n. 23.

In dubio autem, quando famulus recipitur, nulla data conventionem de salario, si famulus solitus fuit operas suas locare, & dominus easdem conducere, tenebitur boni viri arbitrio, juxta qualitatem personæ, & servitii, & consuetudinem Regionis; Britt. d. §. 4., & d. num. 23.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ doctissimè scripsit Sylv. in Commentar. ad illam. Et nota, quod secundum doctrinam, quam expendit Parlador. tom. 3. differ. 130. §. 9. minori decem annorum nullum debetur salarium. Et quod ante pubertatem non debeatur etiam pupillo aliquod salarium, disponitur in hac Ordinatione, & tenet Narbon. de Ætate, anno 14. q. 22.

Ad verb. Vencerá o que parecer ao Julgador; ratio est, quia etiam impuberis aliqua sunt opera, ut dicit Text. in L. Ceterum. ff. de Revendicat., & ideo aliquid debet ei solvi, & non sufficit compensationem solummodo fieri servitiorum cum alimentis; ut judicatum refert Gam. dec. 216.

(d) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Orphaõs pequenos, a quem algumas pessoas criãõ, sem levarem preço por sua criãõ, antes de terem idade de sette annos, &c.

(e) Hanc Ordinationem explicat Sylv. in Commentarij ad illam, ubi vide. Et nota, quod si famulus assumatur ad certum aliquod ministerium, & postea Dominus aliud ei incumbat, quo labor augeatur, debet etiam salarium augeri; quia qui duplex exercet officium, duplex salarium consequi debet; de quo vide latè Laguna de Fruct. p. 1. cap. 25. §. unic. ex n. 91., vide tamen Solorza in tract. de Plasas honorarias. n. 275., Portug. de Donat. Reg. p. 2. cap. 35. ex n. 24., Sabel. in Sum. verb. Salarium. n. 25.

(f) Possunt milites, si voluerint, pro tempore, vel pro parte bonorum testati, & pro parte intestati decedere, ut declarat hæc Ordinatio, & de Jure communi ita dispositum invenitur in L. Si miles unum. 6. L. In fraudem. 15. §. Miles. 4. L. Querebatur. 19. §. ult. L. Si duobus. 37. ff. de Testam. milit., Text. in §. Hereditas. 5. in fine ff. de Heredit. instit. Et de materia vide latè Boss. de Militaria testam. n. 91. & 92., Fragos. p. 3. disp. 7. §. 5. n. 121., Castilh. lib. 3. Controvers. cap. 17. n. 77., plenissimè Bellon. de Jur. accrescend. cap. 10. q. 24. ex n. 14., Nigr. de Ultim. volunt. lib. 3. cap. 5. n. 2., Pinheir. de Testam. disp. 3. sect. 12. §. 1. n. 325. & 329.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 7. §. 5. n. 120., Ægid. in L. 1. Cod. de Sacros. Eccles. p. 1. §. 5. à n. 2. & seqq., Pinheir. de Testam. disp. 1. sect. 2. §. 6. n. 79., Manz. de Testam. valid. vel invalid. tit. 2. n. 245., & in Appendic. tit. 15. q. 1. n. 27.

(h) Potest miles decedere cum duabus hæreditatibus, ut declarat hæc Ordinatio, Pinheir. de Testam. disp. 3. sect. 12. §. 1. n. 329., & etiam potest decedere cum duobus testamentis, de quo vide Boss. de Testament. milit. n. 90. Et de materia hujus Legis vide Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 7. §. 5. n. 121., Card. de Luc. tom. 9. sub tit. de Heredit. & hereditat. disp. 3., ubi disputat, an possint dari duæ hæreditates ejusdem testamenti.

(a) Ad

Soldado, a quem se dever alguma cousa por causa da guerra, cada herdeiro cobrará o que por respeito da sua herança lhe couber, *liv. 4. tit. 83. §. 4.*

Soldado, de quem hum dos herdeiros não quiz aceitar a herança, o outro herdeiro, que for dos outros bens será obrigado a pagar todas as dividas, ou deixar todos os bens aos crédores, *ibid.*

Soldado, que vay na sua Companhia para a guerra, ou está no arrayal, póde fazer testamento com duas testemunhas rogadas, *ibid. §. 5. (a)*

Soldado estando no conflicto da batalha, póde fazer testamento de palavra, ou por escripto, aindaque seja no chaõ com a espada, ou com o sangue das feridas, com tanto que haja duas testemunhas, *ibid. (b)*

Soldado póde em seu testamento fazer substituição direita militar por privilegio, que o direito lhe concede, *liv. 4. tit. 87. §. 4. (c)*

Soldado, que fez testamento no exercito,

ou conflicto por privilegio militar, valerá até hum anno, depois de ser honestamente despedido, *liv. 4. tit. 83. §. 6. (d)*

Soldado, que pelo privilegio militar fez testamento, e morreo dentro do anno da milicia, e pôs alguma condiçãõ a seu herdeiro, que se não cumprio dentro do dito anno, sempre o dito testamento valerá, até se a condiçãõ cumprir, e faltando a condiçãõ, não valerá o testamento, *ibid. §. 7. (e)*

Soldado, que fizer testamento em sua casa fóra do exercito, o deve fazer com a solemnidade, que o direito requer, *ibid. §. 9. (f)*

Soldado póde vir com embargos, que defaçãõ as sentenças, *liv. 3. tit. 87. §. 2. (g)*

Soldado em presidios, ou fortalezas, e os moradores, e fronteiros dos lugares de Africa, não gozãõ dos privilegios de testar sem a solemnidade de direito, *liv. 4. tit. 83. §. 9. (h)*

Solda-

(a) Ad verb. *Que vay na sua Companhia para a guerra*; intellige, quando immediatè iter facit ad bellum, secus si fuerit mediatè, Arouc. *alleg. 4. n. 7. & per tot.* Sed vide Torr. *de Pact. futur. success. lib. 1. cap. 8.*, Lucam *ad Gratian. cap. 312.* Ad verb. *Com duas testemunhas*; ita probatur ex Text. in *L. Divus. ff. de Milit. testam.*, & ex Text. in *§. Plene. Instit. eod. tit.*, Cabed. *p. 1. dec. 129. num. 9.*, Pinheir. *diff. 2. sect. 7. §. 3. n. 172.*, Ægid. in *L. 1. p. 2. §. 1. n. 2. Cod. de Sacros. Eccles.*

Ad verb. *Rogadas*; nota, quòd de jure communi controversum erat: An testes in hoc casu debent esse rogati? de quo vide Boff. *de Testam. milit. ex n. 5.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 7. §. 5. n. 121. versic. Insuper.*, Pinheir. *de Testament. d. diff. 2. n. 173.*, Guerreir. *de Mumer. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. n. 60.* Sed hæc controversia sublata est per istam Ordinationem, quæ expressè statuit hos testes debere esse rogatos, ut notant Pinheiro, & cæteri DD. proximè laudati; & tenet Molin. *de Just. & Jur. diff. 129. n. 2.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. diff. 129. num. 2.*, Valasc. *conf. 104. à n. 16.* De jure enim concessum est militibus, ut testamenta sua, quoad formam vinculis juris non sint subjecta, sed quoquo modo voluerint, seu potuerint, ea gladio, vel vagina, aut arena suam voluntatem ultimam inscribere; ut declarat hæc Ordinatio, & est Text. in *L. 1. ff. de Testam. milit.*, & *L. Quamquam. 3. L. Si A fratre. 14.*, & *L. 15. Cod. eod. tit.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2. sect. 7. §. 3. num. 175.*

(c) De substitutione directa militari, de qua loquitur hæc Ordinatio, vide Pinheir. *de Testam. diff. 4. sect. 7. per tot.*, Ribeir. *de Ultim. volunt. lib. 3. tit. 31. & seqq. usque ad 34.*, Guerreir. *tract. 2. de Divis. lib. 5. cap. 16.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. diff. 182. n. 9.*, & ad omnes quæstiones vide latissimè Fufar. *de Substitut. p. 1. q. 206. usque ad quæst. 227.*

Et nota, quòd miles omni tempore, etiam post aditam hæreditatem, rectè substituere potest; Pinheir. *de Testam. diff. 4. sect. 6. §. 3. n. 998. & n. 1004.*, ubi intelligentiam præstat ad *L. Precibus*, quæ videtur esse in contrarium: sed iste Text. est limitatio hujus Ordinationis, quando miles voluit testari jure paganorum; & de hac quæstione vide Fufar. *de Substitut. p. 1. q. 212.* Et quas sub-

stitutiones contineat substitutio compendiosa directis verbis à milite facta? vide latissimè Fufar. *d. p. 1. q. 234. per tot.*

(d) Testamenta militum firmitatem retinent usque ad annum à missione honesta, vel necessaria, non autem ignominiosa, ut declarat hæc Ordinatio, de cujus materia agitur in *L. Quod constitutum. ff. de Testam. milit.*, & in *L. Ex testamento. Cod. eod. tit.*, & vide Ægid. in *L. 1. p. 2. §. 1. n. 6. Cod. de Sacros. Eccles.*, latè Boff. *de Testam. milit. ex num. 28.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 7. §. 5. n. 121. versic. Similiter.*, Harppr. in *§. Sed. 3. Instit. de Milit. testam. n. 4. & 5.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 5. num. 71. & 72.* adeo, ut sufficiat militem intra annum mortuum esse, licet conditio institutioni apposita demum post annum extiterit; ex Text. in *§. Sed hætenus. 3. Instit. de Testament. milit. L. Testamenta eorum. 26. L. Quod dicitur. 38. ff. eod. tit.*, & ita declarat hæc Ord. in sequenti §. 7. Et hoc privilegium extenditur etiam ad milites classarios, per Text. in *L. unic. ff. de Honor. possess. ex testam. milit.* Ex quo venit dubitandum: An qui ex hoc Regno navibus in Indiam tendunt, possint testari jure militari, sicut permittitur classariis? vide Ægid. in *d. L. 1. p. 2. §. 1. sub n. 8. versic. De aliis vero. Cod. de Sacrosanct. Eccles.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2. sect. 7. §. 3. n. 178. & 179.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra proximè notavimus in conclusione præcedenti; & vide Harppr. in *§. Sed hætenus. 3. Instit. de Testament. milit.*, Jul. Clar. in *§. Testamentum. q. 15. n. 4.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Fragos. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 7. §. 5. ex n. 123.*, Arouc. *alleg. 4.*, Ægid. in *L. 1. p. 2. §. 1. n. 7. Cod. de Sacros. Eccles.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2. n. 176. 178. & 179.*, Boff. *de Testam. milit. ex n. 45.*, Guerreir. *de Mumer. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. cap. 5. n. 73. & 74.*, & *cap. 8. n. 67. & 68.*, qui omnes materiam omninò pertractant.

(g) Hanc Ordinationem bene explicat Sylv. in *Comment. ad illam ex n. 5.* Et vide Matth. *de Regim. Regn. Valent. cap. 3. §. 4. n. 34.*, Buxet. *de Confus. jur. cap. 3. n. 90.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. jam laudatos in conclusione supra *litt. F.*, & Cabed. *part. 1. dec. 129. n. 8. & 10.*, Neto *de Testam. lib. 3. tit. 33.*, Valasc. *conf. 104.*, Phreb. *p. 2. dec. 189.*, Ægid. in *part. 2. leg. 1. n. 4. Cod. de Sacros. Eccles.*, Arouc. *alleg. 4.*, ubi de subsidiariis.

(a) De

- Soldado posto em presidio, e fortaleza, que estiver de cerco, ou em conflicto de batalha, poderá testar com privilegio, *liv. 4. tit. 83. §. fin.*
- SOLICITADOR da Justiça da Casa da Supplicação assentará por itens os que se livrarem por Alvarás de fiança, *liv. 1. tit. 26. §. 1. (a)*
- Solicitador da Justiça põem em rol as devassas dos casos acontecidos na Côrte, *ibid. §. 2.*
- Solicitador da Justiça irá hum dia cada mez com o Promotor á cadêa da Côrte a tomar em rol todos os presos, que nella houver, para o Regedor lhe mandar dar livramento, *ibid. §. 3. (b)*
- Solicitador da Justiça se achará sempre presente na Audiencia da Côrte do crime, *ibid. §. 4.*
- Solicitador da Justiça faberá quaes testemunhas se haõ de perguntar por parte da Justiça, e as fará com diligencia citar para virem dar seus testemunhos, ou para as perguntar em suas casas, *ibid. §. 1.*
- Solicitador da Justiça fará pregoar os que faltarem daquelles, que se livraõ por Alvará de fiança, e naõ guardaõ os termos de seus Alvarás, *ibid. §. 6. e 7.*
- Solicitador da Justiça fallará nos feitos crimes, que vierem aos Ouvidores por apellação, em que naõ houver accusador, *ibid. §. 8.*
- Solicitador da Justiça procura pela distribuição das devassas, e falla nellas na audiencia, para que o Promotor venha com libello, *ibid. §. 10.*
- Solicitador da Casa do Porto terá cuidado de todas aquellas cousas, que são ditas no Titulo do Solicitador da Casa da Supplicação, *liv. 1. tit. 54. §. 1.*
- Solicitador dos Residuos faz requerer aos Testamenteiros, que tiverem alguma coufa sonogada dos defuntos, e os faz citar para dar suas contas, *liv. 1. tit. 64.*
- Solicitador do Residuo haverá por bem de tudo o que solicitar, e por demanda vender para o Residuo a quinta parte, *ibid. §. 1. (c)*
- Solicitador do Residuo naõ haverá coufa alguma, quando os Testamenteiros sem demanda se offerecerem a pagar o que por conta se achar que devem, *ibid. §. fin.*
- Solicitador do Residuo requererá ao Provedor, que faça execucao das sentenças, que der, *liv. 1. tit. 64.*
- Solicitadores na Côrte, e Casa da Supplicação, naõ ha mais que vinte, e na Cidade de Lisboa até trinta, e na Casa do Porto dez, os quaes feraõ examinados, e aprovados, os da Côrte pelo Regedor, e os do Porto pelo Governador, e lhes daraõ seu juramento, e feraõ assentados em livro, *liv. 1. tit. 55.*
- Solicitador naõ póde levar mais por mez, que trezentos reis de cada huma das partes; e solicitando mais que tres feitos, ou causas, levará mais cem reis, e dahi para baixo o que ajustarem; e levando mais incorre nas penas do Official, que leva mais do conteudo em seu Regimento, *ibid. §. 1.*
- Solicitador da Côrte naõ solicitará causas, que se trataõ na Cidade, nem o da Cidade as que se trataõ na Côrte, *ibid. §. 2.*
- Solicitador, que solicitar, sem ter mandado, ou no juizo, para que naõ foi ordenado, ferá preso, e degradado por hum anno para Africa, e pagará ás partes todo o damno, e perda, e naõ poderá mais em tempo algum usar do dito officio, *ibid. §. 3.*
- Solicitador quando estiver na Relação, ou nas audiencias perante o Julgador, estará em pé, *ibid.*
- Solicitador póde ser o criado, e familiar, e chegado daquelle, por quem solicita, naõ requerendo outra alguma coufa, ou negocio de outrem, *ibid. §. 4.*
- Solicitador póde ser o Caminheiro, que vier de fóra a solicitar o negocio do ausente, que lho encommenda, com tanto que naõ solicite outro negocio, aliàs incorrerá na pena acima declarada, *ibid.*

SONE-

(a) De hoc Solicitatore, seu simplici procuratore agit Cost. de Styl. Dom. Supplicat. annot. 24. Et licet hoc officium vile existimaretur de Jure communi ex L. Siquis procuratorem. Cod. de Decurion. lib. 10.; attamen in hoc Regno inter nobiles enumeratur, ut inquit idem Cost. d. annot. 24. n. 5.; Moraes de Execut. lib. 4. cap. 8. n. 61., sed Peg. tom. 3. ad Ordin. lib. 1. in Commentar. ad hunc tit. glos. 1. ad princip. n. 1. dicit se hoc officium enumerare inter illa, quæ nec dant, nec adimunt nobilitatem.

(b) Concordat Ord. lib. 1. tit. 15. §. 5., & hæc dispositio commendatur in Leg. Reformat. Dom. Supplicat. §. 11., quam habes in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 4., & postea idem dispositum fuit in Leg. Extravag., quæ expedita fuit die 31. Martii, anno 1742. in §. 5., quæ est in Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 1. num. 1.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Oliveir. de Muner. Provisor. in Addition. ad cap. 1. num. 4. & 5.

(a) Ad

SONEGAR bens do inventario, tem pena de perdimento, e de perjurio, *liv. 1. tit. 88.*

§. 9. (a)

SORTES se lançaõ qual dos dous Almotacéis ficará no pelouro, *liv. 1. tit. 67. §. 14. in fin.*

SU

SUBSCRIPÇÃO de provisão, em que falta alguma cousa substancial, faz ser nulla a dita provisão, *liv. 5. tit. 11. (b)*

SUBSTITUIÇÃO, he huma instituição de herdeiro em segundo gráo, e póde ser de muitas maneiras, *liv. 4. tit. 87. (c)*

Substituição vulgar comprehende ambos os casos de impotencia, e de noluntade, *ibid. §. 1. (d)*

Substituição vulgar comprehende ambos os casos, posto que seja hum só especialmente expresso, *ibid. §. 2. (e)*

Substituição vulgar expira, tanto que o herdeiro instituido aceitar a herança, *ibid. §. 3. (f)*

Substituição direita militar não expira, posto que o herdeiro instituido aceite a herança, *ibid. §. 4. (g)*

Substituição pupillar he a que se faz ao filho menor de quatorze annos em caso, que morra, antes de chegar á dita idade, *ibid. §. 7. (h)*

Substituição pupillar para que valha, he necessario que o pay faça primeiro seu testamento, e institua herdeiro em seus bens, que aceite a dita herança, *ibid. §. 8. (i)*

Substi-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Bens sonegados no inventario se applicaõ aos menores com amétade do dobro.* Et in verb. *Inventario sendo feito pelo pay, ou mãy, ou qualquer outra pessoa, se nelle sonegar alguma cousa, &c.*

(b) Vide Leg. Extravag., quam habes in *lib. 1. Ord. post Regim. Sen. Palat.*, ex quo hæc Ordinatio videtur desumpta.

(c) Quinque sunt substitutionum genera, scilicet vulgaris, pupillaris, exemplaris, compendiosa, & reciproca, ut declarat hæc Ordinatio; & de hac divisione vide *Gom. tom. 1. Var. cap. 3.*, *Covarr. in cap. Raynutius. §. 4.*, *Molin. de Just. & jur. tract. 2. disp. 182.*, *Pinheir. de Testam. disp. 4. sect. 1. n. 9.*, *Fusar. de Substitut. p. 1. q. 2. n. 1.*, *Voet ad Pandect. lib. 28. tit. 6. de Vulgar. & pupill. substit. n. 9.*

Ad verb. *He instituição de herdeiro em segundo gráo*; ita communiter DD. substitutionem definiunt, ut sit secundi, vel ulterioris hæredis institutio in locum prioris deficientis, ex *Text. in princip. Instit. de Vulgar. substit. L. Porell quis. 36. L. Ex facto. 43. §. Lucius. 2. ff. de Vulgar. & pupillar. substit.*, & vide *Aylon ad Gom. tom. 1. Var. cap. 3. n. 3.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 7. n. 192.*, latissimè *Pinheir. de Testam. p. 2. disp. 4. sect. 1. ex n. 1.*, & *sect. 2. §. 20. n. 317.*, *Castilh. lib. 2. Controvers. cap. 10.*, & relatos ab eo in *lib. 4. Controvers. cap. 1. n. 5.*, *Guerreir. tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 10. n. 2.*

(d) De substitutione vulgari ad materiam hujus Legis vide *Ribeir. de Ultim. volunt. lib. 3. tit. 3. cum seqq. usque ad n. 13.*, *Cyriac. Controv. 362. num. 9.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 7.*, *Pinheir. de Testam. disp. 4. sect. 2. per tot.*, *Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. cap. 10.* Et dicitur vulgaris, quia communiter est in usu hominum, & frequenter fit; *Menoch. de Arbitr. cas. 71.*, *Gregor. Lop. in L. 1. tit. 5. part. 6.*, *Donel. lib. 6. cap. 24.*, ubi *Ufuald. litt. C.*, *Pinheir. de Testam. disp. 4. sect. 1. n. 10.*, *Fusar. de Substit. p. 1. q. 18. n. 3.* Et hæc substitutio vulgaris non potest dari, quin præcedat institutio hæredis; de quo vide *Mantic. de Conjectur. lib. 5. tit. 5. n. 4.*, *Fusar. de Substitut. p. 1. q. 20. n. 1.*, *Voet ad Pandect. lib. 28. tit. 6. de Vulg. & pupillar. substit. n. 1.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 7. n. 193.* Et quia hæc materia substitutionis vulgaris vastissima est, consulere poteris Doctores supra allegatos, quia de ea latissimè egerunt.

(e) Postquam Ordinatio in §. præcedenti dixit, quòd substitutio facta per verba, *si Petrus non sit hæres meus, substituo Paulum*, comprehendit casum tam impotentiae, quàm noluntatis, nunc declarat, quòd si testator exprimat unum tantummodo casum, scilicet, impotentiae, utpote *si Petrus non potuerit esse hæres*; aut noluntatis, veluti, *si Petrus noluerit esse hæres, substituo Paulum*, tam in uno, quàm in altero casu semper substitutio habebit

effectum; quia licet testator exprimat unum tantummodo casum, dicitur substitutio expressa in ipsum casum, & tacita in alium, nisi de contraria testatoris voluntate constet; de quo vide *Gom. lib. 3. Var. cap. 3. n. 10.*, *Mantic. de Conjectur. ultim. volunt. lib. 5. tit. 13. num. 13.*, *Molin. de Just. & jur. disp. 183. n. 2.*, *Fusar. de Substitut. p. 1. q. 31. n. 90.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 6. n. 196.*, *Pinheir. de Testam. disp. 4. sect. 2. §. 14. num. 234. & per tot.*, *Voet ad Pandect. lib. 28. tit. 6. ff. de Vulgar. & pupillar. substit. n. 12.*, *Guerreir. tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 10. n. 31.*, *Carlev. de Judic. tit. 3. disp. 5. à n. 18. & seqq.*, *Castilh. lib. 4. Controv. cap. 5. à n. 69.*

(f) Per additionem hæreditatis ab hærede factam expirat substitutio; quia deficit conditio, *si hæres non erit*; ex *Text. in L. Si hæres non erit.*, *L. Post aditam. 5. Cod. de Impuber. & aliis substit.*, de quo vide *Mantic. de Conject. ultim. volunt. lib. 5. tit. 2. in fin.*, *Fusar. de Substitut. p. 1. q. 65. n. 1.*, *Voet ad Pandect. lib. 28. tit. 6. ff. de Vulgar. & pupillar. substit. n. 14.*, *Pinheir. de Testam. tom. 2. disp. 4. sect. 2. §. 24. n. 390.*, quem vide per tot. ad varias quæstiones circa materiam hujus conclusionis.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra laudavimus in verb. *Soldado póde em seu testamento fazer substituição direita militar por privilegio, que o direito lhe concede.*

(h) Agit nunc Ordinatio de pupillari substitutione, quæ dicitur illa, qua pater liberis impuberibus in potestate constitutis tempore facti testamenti, aut tempore mortis, non emancipatis, nec in alterius potestatem recasuris, substituit in casum, quo hæres sint, & intra pubertatem moriantur; ut declarat hæc Ordinatio, & est *Text. in L. Moribus. 2. in princip.*, & *L. Verbis. 7.*, & *L. In pupillari. 14.*, & *L. Si ita quis. 21.*, & *L. Cohæredi. 41. §. Cum filia. 2. ff. de Vulgar. & pupillar. substit.* Et vide ad materiam hujus definitionis *Molin. de Just. & jur. tract. 2. disp. 182. n. 10.*, *Fragos. de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 6. num. 161.*, *Voet ad Pandect. lib. 28. tit. 6. de Vulgar. & pupill. substit. n. 16.*, *Pinheir. de Testam. disp. 4. sect. 3. §. 1. à num. 441.*, qui latissimè agit de materia; *Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. de Divis. lib. 5. cap. 11. n. 3.* Et vide quæ jam supra notavimus in verb. *Filho, que está em poder do pay, e he menor de quatorze annos, póde ser por elle pupillarmente substituido.*

(i) Unus ex requisitis ad hoc ut pupillaris substitutio validum sortiatur effectum, est, quòd hæreditas ex testamento patris substituentis adeatur, ut declarat hæc Ordinatio, & probatur ex *Text. in §. Liberis. Instit. de Pupillar. substit.*, de quo vide *Molin. de Just. & jur. tract. 2. disp. 184. n. 9.*, *Gom. tom. 1. Var. cap. 4. n. 4.*, *Fusar. de Substit. p. 1. q. 118. n. 77.*, *Pinheir. de Testam. tom. 2. disp. 4. sect. 3. §. 7. n. 581.*, *Guerreir. de Divis. lib. 5. cap. 11. n. 104.*

Ad

Substituição pupillar expira chegando a quatorze annos o varão, e a femêa a doze, e basta entrar no ultimo dia do anno em que se acha, *liv. 4. tit. 87. §. 9. (a)*

Substituição pupillar por via de fideicommissão poderá o pay fazer em seu codicillo, *ibid. §. 10. (b)*

Substituição reciproca contém em si muitas substituições diferentes, por causa das pessoas, entre as quaes se faz; e chama-se reciproca; porque nella ficaõ muitos herdeiros substituidos entre si, *ibid. §. 5. (c)*

Substituição reciproca inclue em si a vulgar, e pupillar, *ibid. §. 6. (d)*

Substituição pupillar, que se inclue na reciproca, não se chama tacita, mas expressa por palavras geraes, *ibid. §. 6.*

Substituição compendioza contém em si muitas substituições de diferente natureza, *ibid. §. 12. (e)*

Substituição exemplar he a que hum ascendente faz a seu descendente, que não pó-

de fazer testamento por algum impedimento natural, e perpetuo, assim como se fosse furioso, mentecapto, furdo, e mudo de nascimento, e chama-se assim, porque se faz a exemplo da pupillar, *ibid. §. 11. (f)*

Substituição exemplar póde fazer a mãy, ou qualquer ascendente por linha feminina, *ibid. (g)*

Substituto vulgar póde haver a herança, de que o filho-familias se affastou, depois de a ter aceitado, *ibid. §. 3. (h)*

SUBREPTICIAS sendo as provisões, não valem, *liv. 2. tit. 43. (i)*

Subrepticio he o perdaõ, que alcança o Escrivão por alguma falsidade, *liv. 4. tit. 53. (k)*

Subrepticio he o perdaõ do que falsea signal de Julgador, *liv. 5. tit. 52. §. 2.*

SUCCESSÃO do pay, e mãy nos bens do filho, ou filha, que morrer com testamento, he as duas partes de seus bens, *liv. 4. tit. 91. §. 1. (l)*

Succe-

Ad verb. *Que o pay faça primeiro testamento*, hic est alius requisitus, qui de jure requiritur ad validitatem substitutionis, scilicet, quod pater faciat testamentum, sibi que hæredem instituat; ut patet ex *L. 2. §. Prius. & §. Siquis autem. ff. de Vulgar. & pupil. substit.*, Fufar. de *Substitut. part. 1. quest. 118. num. 48.*, latè Pinheir. de *Testament. disp. 4. sect. 3. §. 7. num. 551.*, Guerreir. de *Divis. lib. 5. cap. 11. num. 97.* Et ex hujus Legis verbis inferitur, quod in contractu non potest fieri pupillaris substitutio; de quo vide Fontanel. de *Pact. nuptial. claus. 4. glos. 25. num. 2. & seqq.*, Torr. de *Pact. futur. success. lib. 3. cap. 2. num. 6.* De cæteris requisitis ad validitatem substitutionis pupillaris, vide DD. supra proxime relatos.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide latissimè, & omninò Pinheir. de *Testam. disp. 4. sect. 3. §. 20. ex n. 737.* Et quid si substitutioni pupillari addita sit clausula, Si sine liberis legitimis filius decefferit? vide Ros. *conf. 17. ex num. 20.*

(b) Hæc Ordinatio videtur desumpta ex *L. 2. §. fin. ff. de Jur. Codicillar.*, & ad illius materiam vide Pinheir. de *Testam. disp. 2. sect. 10. §. 14. ex n. 615.* Et an substitutio directa pupillaris facta in codicillis valeat? vide relatos per Aylon ad *Gom. lib. 1. Var. cap. 4. n. 8. versic. Quod directa.*, ubi quod communis opinio affirmat, quando adest clausula codicillaris.

(c) De hac substitutione reciproca, vide Covarr. in *cap. Raynutius. §. 7.*, Gom. *tom. 1. Var. cap. 8.*, Pinheir. de *Testam. disp. 4. sect. 5. per tot.*, Conciol. *alleg. 41.*, ubi disputat, an contineat fideicommissariam? Guerreir. *tract. 2. de Divison. lib. 5. cap. 14.*, latissimè Fufar. de *Substitut. q. 254. cum plurib. seqq.*

(d) De materia hujus Ordinationis, vide latissimè Fufar. de *Substitut. p. 1. q. 256. & 257.*, Pinheir. de *Testament. disp. 4. sect. 5. §. 4. & 5.*, in quibus omninò materiam invenies pertractatam.

(e) De hac substitutione compendioza ad varias quæstiones, vide latissimè Fufar. de *Substitut. p. 1. q. 228.* cum pluribus seqq., Gom. *tom. 1. Var. cap. 7.*, Covarr. in *cap. Raynutius, de Testam. §. 9.*, Valasc. *conf. 54. ex num. 4.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 7. à n. 211.*, Pinheir. de *Testament. disp. 4. sect. 6. per tot.*, Guerreir.

Tom. II.

de *Muner. Judic. Orphanor. tract. 2. lib. 5. cap. 15. per tot.* (f) Ad materiam hujus Legis, & de substitutione exemplari ad varias quæstiones, vide Menoch. de *Arbitr. lib. 4. præsumpt. 50.*, Covarr. in *cap. Raynutius, de Testam. §. 6.*, Gom. *tom. 1. Var. cap. 6.*, Pinheir. de *Testam. disp. 4. sect. 4. per tot.*, Ribeir. de *Ult. volunt. lib. 3. tit. 20. usque ad 29.*, plura etiam per Ros. *conf. 17. ubi latè agit, an & quando contineatur in pupillari? Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. cap. 12.* Et de quæstione: Utrum possit pater exemplariter substituere uterinum fratrem, omisso utrinque conjuncto; & an extendatur ad bona obvenientia ex parte matris? vide Phæb. *p. 2. dec. 198. ubi, quod potest omittere utrinque conjunctum.*

(g) Hanc conclusionem tanquam indubitabilem in jure tenent communiter supra relati DD., & cæteri qui de materia egerunt; dubium tamen quod ex ea oritur est: An mater transiens ad secundas nuptias possit filium exemplariter substituere? sed vide ad resolutionem Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. disp. 16. §. 1. ex num. 55.*, Pinheir. de *Testam. disp. 4. sect. 4. §. 4. ex num. 811.*

(h) Ex hac Ordinatione videtur, quod filius-familias post acceptam, seu aditam hæreditatem potest ab ea se abstinere; de quo vide quæ supra notavimus in verb. *Privilegio particular he outorgado por direito aos menores de vinte e cinco annos, ou filhos-familias instituidos por herdeiros, que depois de aceitarem as heranças de seus pays, se possaõ affastar dellas.*

(i) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Nulla he qualquer Carta, ou Alvará d'El-Rey, que for concedida por falsa informação, ou calada a verdade, &c.*

(k) Vide quæ supra notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Perdaõ de falsidade de Escrivão não vale, nem se guarda, e he subrepticio.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Filho, que fallece com testamento, ou seja emancipado, ou esteja em poder de seu pay, e tem pay, ou ascendentes, deve-lhes deixar as duas partes de seus bens.* Et verb. *Pay, e mãy succede ao filho ex testamento nas duas partes de seus bens.*

Kkk

(a) Ad

Succede o filho natural a seu pay á falta de descendentes legitimos *ex testamento* na terceira parte de seus bens, posto que o pay tenha ascendentes legitimos, e elle seja Cavalleiro, *liv.4. tit. 92. §. 3. (a)*

Succedem os irmaõs, e outros devidos ultteriores entre si abintestado, aindaque descendãõ de damnado, e illicito coito, *liv.4. tit. 93. (b)*

Succede o marido, e mulher entre si hum a outro abintestado, naõ havendo parentes até o decimo grão, e vivendo ambos como marido, e mulher, *liv. 4. tit.94. (c)*

Succede o neto por via de representaçãõ no mórgado, e exclúe a seu tio, posto que o pay nunca houvesse succedido no tal mórgado, e isto ainda a respeito dos transferães, sendo descendentes do instituidor, *liv. 4. tit. 100. (d)*

Succede o varaõ no mórgado, exclusiva a femea, posto que seja mais velha, *ibid. §. 1. (e)*

Succede no mórgado o mais chegado ao ultimo possuidor, sendo do fangue do instituidor, *ibid. §. 2. (f)*

Succede a filha em hum dos mórgados, que saõ incompatíveis, quando naõ houver mais que hum filho varaõ, e naõ sendo a femea excluída delle, *ibid. §. 10. (g)*

Succede o filho segundo varaõ no mórgado dos bens da Corõa, quando se ajuntãõ em hum dous mórgados, *ibid. §. 11. (h)*

Succede o filho em ambos os mórgados juntos, até delle por sua morte ficarem filhos, em os quaes se possaõ dividir, *ibid. §. 8. (i)*

Successor em bens da Corõa está obrigado a pagar as dividas do antecessor, posto que naõ seja seu herdeiro, das rendas delle, naõ havendo outros bens patrimoniaes, *liv. 4. tit. 101. (k)*

Successor dos bens da Corõa paga as dividas do antecessor feitas em serviço do Rey, ou do Reyno, dos fructos, que renderem os dous annos primeiros, *ibid. (l)*

Succeffores dos bens da Corõa saõ obrigados a pagar as dividas feitas em criar, e manter os filhos, ou em pagar o serviço dos criados, posto que naõ aceitem a herança, se outros bens patrimoniaes naõ houver, *ibid. (m)*

Succef-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Cavalleiro, que naõ tiver filhos, nem descendentes, &c.* Et verb. *Filho natural do Cavalleiro, que naõ tem ascendentes, &c.* Ad verb. *A falta de descendentes, secus si eos habuerit; de quo vide Pinheir. de Testam. disp. 5. sect. 3. §. 13. n. 413.*, Portug. de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 18. n. 43., Phæb. dec. 68. n. 13., Altimar de Nullit. contr. rubr. 2. q. 1. sub n. 82. versic. De jure Portugaliæ, pag. 74. col. 2., ubi hanc Ordinationem memorat. Et si filii legitimi renuntiaverint patris hæreditatem, poterit ipse pater instituire filios naturales, Cancr. lib. 3. Var. cap. 15. à n. 3.

(b) Vide quæ supra notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Irmaõs de damnado coito succedem huns aos outros.*

(c) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Marido, e mulher succedem hum a outro, naõ tendo parentes até o decimo grão.*

(d) De materia hujus Ordinationis, vide jam supra notata in verb. *Filho do filho mayor exclúe a seu tio na succesaõ do mórgado.* Et verb. *Mórgado succede nelle o neto filho do filho mais velho, &c.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Mórgado se defere primeiro ao varaõ, que á femea, estando em igual grão, posto que seja mais velha.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Mórgado se defere ao parente mais chegado do ultimo possuidor, sendo do fangue do Instituidor.*

(g) Vide quæ supra notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Mórgado hum dos dous se defere á filha, quando naõ ha filho, se ella naõ he excluída pelo fundador.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra relata in verb. *Mórgado, que foi feito dos bens da Corõa, e juntando-se com outro, passa hum delles ao filho segundo.*

(i) De hac Ordinatione jam supra egimus in verb. *Mórgados, quando se ajuntãõ em hum só, que naõ tem mais do que hum filho daquelle matrimonio, aquelle os terá por sua vida, e depois se repartem.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. relatos in verb. *Dividas dos antecessores, pagaõ os succesores das terras da Corõa, &c.*, & quæ ibi notavimus. Et an te-

neantur isti succesores solvere salaria, & debita contracta cum Advocatis, & Procuratoribus per antecessorem, respectu litis motæ, & defensæ in utilitatem majoratus; vide Cald. Recept. sentent. q. 23. num. 71., Jul. Capon. tom. 2. cap. 109. ex n. 12., Almeid. alleg. 20. à n. 26.

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Doctores, & quæ notavimus in verb. *Bens da Corõa saõ os succesores nelles obrigados a pagar as dividas de seus antecessores, &c.* Et an Rex teneatur successori solventi restituere debita contracta pro ipsius Regis servitio, & Regni utilitate? disputat Carvall. in cap. Raynaldus, de Testam. p. 2. ex num. 293. ubi resolvit affirmativè, eo nixus fundamento, quod Princeps prædicta servitia tenetur remunerare, & plures DD. de materia adducit, quibus adde alios relatos per Cresp. observ. 94. n. 41., Altim. de Nullit. contract. tom. 3. q. 7. sect. 1. ex n. 155., Portug. de Donat. lib. 1. cap. 3. ex n. 55. usque ad n. 61., Solorzan. de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 1. ex n. 57., & cap. 10. n. 58. & 59., Castilh. de Text. cap. 18. ex n. 46., Souf. de Maced. dec. 20., & dec. 87. n. 14. & 15., & dec. 115. num. 5.

Ad verb. *Que venderem os dous annos primeiros; sin autem redditus non sufficiant, tenebitur Rex satisfacere creditoribus, dummodo fructus bonorum Regiæ Coronæ, quos debitor in vita percepit, non sufficiant ad expensas, quas fecit in servitio Regis; si autem Donatarius Coronæ superflue se habuerit, non tenebitur Rex; secus verò si debita essent honori sine excessu paria, & redditus tenues; nam tunc non debet vassallus ex suo solvere, quia suis sumptibus, data egestate, non tenetur servire, ut ex aliis dicit Solorzan. de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 23. n. 83. & seqq. tom. 2.; hoc tamen non viget, quando debita resultant ex diminutione, vel damno patrimonii per hostes illato, Cresp. observ. 94. n. 38. cum seqq.*

(m) Hujus Legis dispositio procedit non solum pro debitis antecessoris proximi, sed etiam remoti, ut tenet judicatum Phæb. dec. 1.; nam quamvis videatur hanc Legem locutam esse in casu, quo proximus prædeceffor prædicta debita contraxit, rectè nihilominus ex identitate rationis ad nepotes, & remotos succesores

Successor dos bens da Corôa pôde repudiar a herança do seu antecessor, *liv. 4. tit. 101.*

Successor daquella pessoa que pela sua qualidade podia provar por testemunhas seu contracto, o poderá também provar por testemunhas, posto que não tenha a mesma condição, *liv. 3. tit. 59. §. 12.*

SUMMARIAMENTE como se procede nas causas crimes, *liv. 1. tit. 1. §. 16. (a)*

SUPPLEMENTO de idade não dão os Desembargadores do Paço ás mulheres, que não chegão a vinte e cinco annos, *liv. 1. no Regim. do Paço, §. 13. (b)*

Supplemento de legitima se faz desfalcando da doação, que passa da terça daquelle, que doou, *liv. 4. tit. 65. §. 1. (c)*

Supplemento da legitima se faz desfalcando tanto da doação, como da terça, soldo a livra, até que a legitima seja primeiro supprida, e o que sobejar da doação, have-

lo-ha o donatario; e o que sobejar da terça será distribuido conforme o testamento, *ibid. §. 2.*

Supplemento da legitima, valendo a doação em vida, se desfalca da terça sómente; e não bastando a terça para isso, entãõ será desfalcada da doação; e não se faz desfalcamento da doação, até que toda a terça seja desfalcada, *ibid. §. 3.*

SUPPRIR se podem os erros nos feitos crimes, *liv. 1. tit. 5. §. 12. (d)*

SUSPEIÇÃO posta a algum Desembargador em Relação, que estiver ao despacho de feito, se determinará pelos outros Desembargadores, que ao despacho do tal feito estiverem, *liv. 1. tit. 36. §. 4. (e)*

Suspeição quando se julga, que não procede, não ha embargos, *liv. 3. tit. 29. §. 9. (f)*

Suspei-

fores idem extendendum est, ut probat Arouc. in L. In multis. 9. ff. de Stat. homin. n. 79., Carvalh. in cap. Reynaldus, de Testam. p. 2. n. 284.; nam ista Lex hoc onus imposuit ei, ad quem pervenerint bona, & ideo à quolibet successore, tanquam onus reale est præstandum; L. Imperatores. 7. ff. de Publican. & Vectigal., L. Cum possessor. 5. §. fin. ff. de Censib., L. 1. Cod. de Annon. & tribut., ubi plenè Amaya ferè per tot. & n. 11., Vela disertat. 34. n. 56., Nogueroi. alleg. 4. n. 57., Solorzan. de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 3. n. 67., Olea de Cest. jur. tit. 1. q. 1. n. 2., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 1. cap. 26. §. unic. à n. 24., Molin. de Primogen. lib. 1. cap. 27. n. 8. & 9., & cap. 10. num. 24., & ibi Addent. Balmased. de Collect. q. 77. n. 4., Peg. tom. 3. For. cap. 10. num. 4.

Ex quo orta fuit illa quæstio: An, scilicet, possessor majoratus teneatur alere suos fratres, etiam si divites sint, si ab institutore descendant, etiam si neque filii, neque nepotes ipsius sint? & qui tenuerunt illud onus esse reale, partem secuti sunt affirmativam; de quo agunt Scop. ad Gratian. observ. 7., Peg. de Competent. p. 2. cap. 105. à num. 59., Aquil. ad Rox. p. 8. cap. 4. ex num. 32., Olea de Cest. jur. tit. 3. quæst. 13. num. 9., Guerreir. tract. 1. de Invent. lib. 4. cap. 7., omninò videndus ex num. 47. usque ad num. 78., sed semper videas, & sequaris Salgad. in Labyrinth. part. 1. cap. 4. ex num. 127., Molin. de Primogen. in Annotat. in sine tractatus, num. 14., ubi se correat.

Ad verb. Se outros bens patrimoniaes não houver, vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Cost. Parce que estas palavras induzem condição, e forma, e que assim sempre será necessária excusão, ainda que os bens livres sejam embaraçados, juxta Salgad. in Labyrinth. credit. p. 2. cap. 5. à n. 30., & signanter n. 36., contra Molin., & alios. Julgamos porèm no feito de João Baptista Capellaõ, contra D. João Baptista Sottomayor, em appellação, que bastava confessar o mesmo successor ser elle crédor, e tomar para seu pagamento os bens da herança, dizendo have-los para isso penhorado; porque a confissão da parte tirava todo o escrúpulo. Et vide aliam Notam ejusdem Senatoris ad declarationem hujus Ordinationis. Procede esta Ordenação, ainda que haja crédores de dote, e arrhas, a que os bens da Corôa sejaõ obrigados com Alvará Real; porque preferem as dividas, de que falla esta Ley, por terem o termo certo, ut judicatum fuit a favor dos criados do Mestre Duque D. Jorge, contra D. Jorge de Lencastre seu neto, sem embargo de este ser crédor, como successor do do-

Tom. II.

te, e arrhas, a que os mesmos bens estavaõ obrigados por Alvará Real, e preferiraõ os criados; o qual Aresto, e seus Juizes refere Valasc. ad hanc Ordinationem, e Antonio Viegas in Manuscriptis.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Regedor ajuntará na Mesa grande seis Desembargadores para o feito de algum delicto, em que parece se deve proceder summariamente.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Desembargadores do Paço não dão supplemento de idade ás mulheres, que não chegão á idade de vinte e cinco annos.

(c) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Legitima se suppre desfalcando da doação, que o marido faz á mulher, ou a mulher ao marido, todo o excesso, que passa da terça.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. Desembargadores, que despacharem feito crime, em que por falta de alguma solemnidade, ou por qualquer via se possa annullar, &c.

(e) Concordat Ord. lib. 1. tit. 4. §. 4., sed videtur hanc dispositionem implicari cum alia dispositione Ord. lib. 1. tit. 1. §. 5. ubi disponitur, quòd nemo ingrediatur domum Justitiæ, dum Senatores fuerint in expeditione causarum; si ergo nemo ingredi potest, quando Senatores expediunt, quomodo recusari poterit Senator in actu ipsius expeditionis? Hoc dubium tetigit Senator Joann. Alvar. da Costa, qui sequentem intelligentiam huic Ordinationi Præbet. Entende-se, ne obstet Ord. lib. 1. tit. 1. §. 5., quando a suspeiçãõ for posta, ou por Ministro da Casa, que seja parte, ou por quem for chamado, ou por requerimento de petição feita ao Regedor, em que se lhe represente a suspeiçãõ, e que algum Ministro não deve votar naquelle negocio, porque ao Regedor toca differir o que lhe parecer justiça.

(f) Pronuntiatio, seu interlocutoria sententia, quæ judicat recusationem non procedere, impediri non potest cum exceptionibus, ut declarat hæc Ordinatio; & tenent Pereir. de Revision. cap. 24. num. 8., Thom. Vaz alleg. 96. à num. 31., Phæb. p. 2. arell. 49., Guerreir. tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 15. num. 39., quod tamen limitat idem Phæb., quando exceptiones versantur super incompetencia Judicis, vel quando in illis demonstratur Judices recusationis esse suspectos.

Kkk 2

(a) Ad

Suspeição se põem ao Juiz, antes que se responda á demanda principal; porque se logo se não puser, não será recebida, depois que se fizer algum acto, por que pareça consentir-se nelle, salvo se houver suspeição de novo; porque esta se pôde pôr em todo o tempo antes da sentença, não se fazendo depois que della houve noticia, algum acto, por que pareça dar-se consentimento, *liv.3. tit.21. (a)*

Suspeição se ha de pôr antes de outra declinatoria do foro, e de outras exceções dilatorias, *ibid. §. 2. (b)*

Suspeição ao Julgador se deve logo declarar na audiencia por palavra, e na primeira audiencia se virá com ella, *ibid. §. 4. (c)*

Suspeição sendo posta a algum Escrivão, não escreve mais no feito, e o Julgador o fará passar a outro, *liv.3. tit.23. §. 1. (d)*

Suspeição posta ao Corregedor da Comarca, he levada ao Chancelér da Correição, e se suspende o feito, até se dar determinação, ou ser passado o termo; e procedendo no feito, será tudo nullo, e paga á parte todo o damno, e as custas, *liv.3. tit.21. §.4. (e)*

Suspeição posta ao Julgador ha de depôr a ella pelo juramento de seu officio, posto

que a parte diga, que não quer o depoimento do Recusado, *ibid. (f)*

Suspeição para se provar por testemunhas de fóra do Lugar, em que o feito se trata, não se dá mais termo que de vinte dias, posto que diga a parte, que tem testemunhas fóra do Reyno, *ibid. (g)*

Suspeição não se pôde pôr ao Desembargador, que estiver no despacho para o que a diante accrescer, se a suspeição teve nascimento de antes, aindaque jure, que lhe veyo de novo, e isto sabendo, ou tendo razão de saber como o tal Julgador era Juiz de seu feito, *ibid. §. 5. (h)*

Suspeição se pôde pôr ao Julgador depois da sentença, que foi dada contra o absente por Carta de editos, *ibid. §. 5. (i)*

Suspeição se pôde pôr ao Desembargador depois de dar sua tenção, por causa, que de novo sobreveio para não conhecer dos embargos, se forem postos á sentença; porém os autos não serão revogados por causa de nova suspeição, *ibid. §. 6.*

Suspeição se pôde pôr aos outros Julgadores adjuntos, que foraõ no feito, de que a parte não soube para annullar o desembargo, e sentença, *ibid. §.6. (k)*

Suspei-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. quos supra laudavimus in verb. Exceição, que recusa a pessoa do Juiz, se allega primeiro. Et ultra ibi citatos vide August. Barbof. in cap. Pastoralis. 4. de Exception. n.22., & in cap. Inter monasterium. 20. n.2. de Sentent. & re judicat.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, scilicet, quòd recusatio Judicis ante alias exceptiones proponi debet; vide Farinac. in Fragment. p.2. verb. Judex.n.898., Barbof. in L. Siquis ex aliena. n.74. & 79. ff. de Judic., August. Barbof. in cap. Sicut. 2. de Probat. n.29., Pax. in Prax. p.1. tempor. 5. à n.22., Marant. de Ordin. judicior. p.6. membr.6. n.1., Merlin. Controv. For. centur.1. cap.48. à n.5., Guerr. de Recusat. lib.4. cap.1. ex n.18., concordat Ord. lib.3. tit.49. §.1., vide etiam Sylv. in Commentar. ad hanc Ordin. n.1., Fragof. de Regim. Reip. p.1. lib.5. diff.7. §.7. n.211.

(c) Vide ad materiam hujus Ordinationis Fragof. de Regim. Reip. p.1. lib.5. diff.12. §.7. n.217., Phæb. p.1. aref.82., Guerreir. de Recusat. lib.4. cap.1. n.9. & 10. & 64., concordat Ord. lib.3. tit.48. §.1. Ad verb. Na audiencia, & etiam extra audientiam proponi posse, dicit Thom. Vaz alleg. 96. n.18. & 32., & posse etiam proponi die feriato in honorem Dei, tenet Phæb. p.2. aref. 42.

Et nota, quòd Senatoribus debet intimari recusatio in domo suæ habitationis, aliàs recusans incidit in pœnam octo mille terunciorum, & carcerationis per triginta dies, ut statutum fuit in quodam Placito Senatus, quod est in Ord. lib.3. tit.21. Coll. 3. n.2. Nec possunt recusari in platea, quando eunt ad Tribunal, nec in scalis ejusdem Tribunalis, quando descendunt, vel ascendunt, ut decretum fuit per quendam Resolutionem Regiam, quæ est in Ord. lib.3. tit.21. Coll. 2. n.1., de quo vide Placitum Senatus, quod est in Ord. lib.3. tit.21. Coll. 3. n.2.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Guerreir. de Recusat. lib.2. cap.11. ex n.5. Et nota, quòd ex hac Lege recte probatur, quòd nominatio officialis in locum suspecti pertinet ad Judicem, coram quo litigium agitur; de quo vide August. Barbof. ad Text. in cap. Quoniam

contra. n.4. de Probat., Tondut. de Prevent. p.1. cap.3. n.16.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Thom. Vaz alleg. 96. num.26. Ad verb. He levada ao Chancelér da Correição; nota, quòd solet concedi provisio Correctoribus, ut alii sint Judices; & neque Cancellarii isti, utpote illiterati, possunt glosare sententias, Peg. tom.4. ad Ord. lib.1. tit.61. in princ. glos.2. n.3. & n.1. Ad verb. E se suspende o feito; limita, quando Judex procedit super partitionibus inter cohæredes, ex Ord. lib.4. tit.96. §.25.

(f) De jure communi tenetur Judex deponere cum juramento super causis suspicionum, parte petente, quando causæ non sunt criminosa, ut inquit Fontanel. dec.23. à n.7. p.1., Cancr. p.1. Var. cap.21. sub n.55., & cum pluribus aliis Cortiad. tom.1. dec.18. n.87., & de Jure nostri Regni tenetur Judex deponere, etiam parte reluctantante, ut declarat hæc Ordinatio, de qua vide Guerreir. de Recusat. lib.6. cap.5. n.10., Thom. Vaz alleg. 96. n.35.

(g) Ad materiam, & exornationem hujus Legis, vide Guerreir. de Recusat. lib.6. cap.17. n.12., & per tot.

(h) Ad materiam hujus Ordin., vide Salzed. in L.20. tit.10. lib.2. ex n.20. pag.89. ubi latè, Cancr. p.1. Var. cap.21. n.36. versic. Circa istam Valasc. conf.115., Phæb. p.2. aref.41., Guerreir. de Recusat. lib.4. cap.1. n.61., Thom. Vaz alleg. 96. n.43., Sylv. in Commentar. ad hunc §., qui aliquas limitationes adducit. Et nota, quòd postquam Senator suam deliberationem in actis exaraverit, non poterit amplius recusari, si pars recusans sciebat, seu justè scire poterat illum esse suum Judicem; ut extat dispositum in quodam Placito Senatus, quod est in Ord. lib.3. tit.21. Collect. 3. n.4.

(i) Vide quæ notat Sylv. in Commentar. ad hunc §. n.7.

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ hic notat Senator Oliveira in sequenti Nota. No caso desta Ordenação já vi, que no mesmo Acordão, em que se julgou hum Desembargador por suspeito, se julgou tambem por nulla a tenção, que tinha posta; mas não me pareceo bem; porque entendo, que o conhecimento desta nullidade tocava aos Juizes da causa, e não ao Chancelér, e seus Adjuntos.

(a) Ad

- Suspeição sendo julgada a algum Desembargador, passará logo o feito até o dia seguinte; e não o fazendo assim, perde o mantimento de hum quartel, *liv. 3. tit. 21. §. 7.*
- Suspeição não se pôde pôr ao Julgador, a quem a parte recusante differ, ou fizer alguma injuria depois de trazer o feito perante elle, *ibid. §. 26. (a)*
- Suspeição ha de ser feita por Advogado, e de outra maneira não se recebe, e vay o Julgador com o feito por diante, *ibid. §. 4. (b)*
- Suspeição ao Tabaliaõ, ou Escrivaõ ha de intentar a parte na audiencia, e huma só vez no principio da causa; porque se depois de a fazer o deixar escrever, lha não poderá pôr, salvo sendo por causa, que tiver nascimento de novo, *liv. 3. tit. 23. (c)*
- Suspeição contra o Escrivaõ, não se vindo com ella no termo, he a parte lançada della, *ibid.*
- Suspeição posta ao Escrivaõ se dá aos Juizes, que vejaõ se procede, e a determinem sem appellação, nem agravo, *ibid. (d)*
- Suspeição julgada ao Escrivaõ, se dá outro em seu lugar, *ibid.*
- Suspeição sendo intentada ao Tabaliaõ, logo passa o feito a outro do mesmo Juizo, o qual escreverá nelle, até ser finalmente despachada, ou em quanto durarem os quarenta e cinco dias, *ibid. §. 1.*
- Suspeição não sendo provada, o Tabaliaõ leva o salario em dobro, além do que se ha de pagar ao que nella escreveu, *ibid. §. 2.*
- Suspeição não se pôde pôr ao Escrivaõ da Execução, *ibid. §. 3. (e)*
- Suspeição posta a algum Arbitrador, vê o Juiz se procede, e nomêa outro sem suspêta, *liv. 3. tit. 17. §. 1. (f)*
- Suspeição posta no feito de força, se declara logo a causa della por palavra em audiencia; e não a declarando logo, não se lhe dá mais termo para ella; e o Juiz procederá no feito, *liv. 3. tit. 48. §. 1. (g)*
- Suspeição pôde pôr o Procurador do Acou-tado em Couto, ou Igreja, ao Julgador, e mais Officiaes, *liv. 3. tit. 7. §. 3. (h)*
- Suspeição faz sobstar no feito, *liv. 3. tit. 21. §. 4. (i)*

Suspei-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Thom. Vaz alleg. 96. n. 10., Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 2. n. 34., Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 3. n. 4.

(b) Materiam hujus Ordinationis latè exornat Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 13. ex n. 17., Sylv. in Comment. ad hunc §. ex n. 9., ubi aliquas declarationes refert, & plures DD. laudat, & vide Fontanel. dec. 4. num. 17. & 18., Gom. in L. 2. Taur. n. 6., Cabed. dec. 45. n. 8., Valenzuel. lib. 1. conf. 170. n. 15.

Et nota, quòd sufficit Advocatum subscribere, ut tradunt DD. supra relati; & si Advocatus subscribere noluerit, ipsemet Judex recusatus debet eum cogere, & interim non currit tempus; ut refert judicatum Senator Themudo in quadam Nota ad hanc Ordinationem. Nota etiam, quòd si pars presentaverit recusationem sine subscriptione Advocati, & propter hoc rejiciatur, posteaque veniat cum illa facta, seu subscripta per Advocatum, numerandi sunt quadraginta dies à tempore secundæ recusationis, Cabed. p. 1. dec. 45. n. 8.

(c) Hanc Ordinationem latissimè exornat Guerreir. de Recusat. lib. 2. cap. 11. per tot., ubi omnia ad illius materiam invenies pertractata. Ad verb. *Ha de intentar a parte na audiencia.* Limita, nisi sit faciendus aliquis actus per Scribam ante adventum audientie, ex quo præjudicium recusanti possit inferri; Thom. Vaz alleg. 96. num. 31. & 32.

(d) Ad verb. *Sem appellação, nem agravo;* loquitur hæc Ordinatio de interlocutoria, qua Judex determinat, an recusatio procedat, vel non. Dubium tamen est: An hæc dispositio militet etiam in cæteris interlocutoriis, quæ ad processum ordinandum Judex protulit? negat Thom. Vaz alleg. 96. n. 61. dicens, quòd de istis interlocutoriis potest gravamen interponi; sed dubitat Leit. de Jur. Lustr. tract. 1. q. 6. n. 78.

(e) Hujus Ordinationis materiam latè exornat Guerreir. de Recusat. lib. 2. cap. 11. ex n. 5., cujus dispositionem limita in judicio liquidationis, ut notat hic Senator Joann. Alvar. da Costa in quadam Nota ad hanc Ordinationem. Limita etiam in executione instrumenti per

assignationem decem dierum, ut declarat Moraes de Execut. lib. 6. cap. 1. n. 61.

(f) De materia hujus Ordinationis, vide Valasc. de Partit. cap. 9. à n. 17. & n. 34. & 35. ubi ait Judicem, qui iussit fieri arbitramentum debere esse Judicem suspicionis, secundum hanc Legem; sed tamen dicit se semper vidisse Judicem Cancellariæ cognoscere de his suspicionibus.

(g) Vide supra notata in verb. *Suspeição ao Julgador se deve logo declarar na audiencia por palavra,* &c.

(h) Ad verb. *Pôde pôr o Procurador;* intellige, si habuerit speciale mandatum; quod requiritur ad suspicionem adversus Judicem proponendam; Gratian. For. cap. 100. num. 1., Farinac. in Fragm. verb. Judex. num. 704. p. 2., Bajard. ad Clar. §. fin. quest. 43. num. 8., Fontanel. dec. 4. ex num. 8. p. 1., de quo vide latè Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 13. à num. 1. Et sufficit, quòd detur potestas procuratori ad recusandos quoscumque Judices, quia hoc sufficit pro speciali mandato; Bajard. ad Clar. §. fin. quest. 43. num. 8., Guazin. de Defens. reor. defens. 1. cap. 19. num. 61., Fontanel. dec. 4., quamvis contrarium suadeat Guerreir. de Recusat. d. cap. 13. num. 12. in finalibus verbis.

Et nota, quòd si procurator non habeat speciale mandatum, & alleget dominum esse absentem, petatque terminum ad approbandam recusationem à domino, concedendus erit ei terminus, ut ait Azeved. in L. 1. tit. 16. lib. 4. Nov. Recopilat. n. 4. dicens hoc esse singulare, & notandum in praxi.

(i) Cursus litigii post recusationem Judicis statim suspenditur, ut declarat hæc Ordinatio; quia per illam manet impedita, seu suspensa jurisdictio Judicis recusati, ut ex pluribus comprobatur August. Barbof. ad Text. in cap. Quoniam contra. 11. n. 25. de Probat., Mend. à Castr. p. 1. lib. 2. cap. 7., ubi Doctissimus ejus Additionat. França, plures DD. eruditè congescit in n. 5. Nota tamen, quòd gesta per Judicem ante recusationem valida sunt, ut probatur ex hac Ord. §. 6., & tit. 23. in fin. princip., & tit. 62. §. 2.

(a) Mate-

Suspeição se ha de determinar dentro em trinta dias, *liv. 3. tit. 21. §. 21. (a)*
 Suspeição se julga pelos Juizes, em que as partes se louvarem, sem receber appellação, nem aggravo, *ibid. §. 8. (b)*
 Suspeição se ha por provada, quando o Julgador não fizer o depoimento dentro em tres dias, *ibid. §. 11. (c)*
 Suspeição sendo posta ao Juiz das partilhas, se for Juiz dos Orphaõs de Lisboa, toma por adjunto outro Juiz dos Orphaõs, ao qual se não poderá pôr suspeiçãõ alguma; e nos outros Lugares he adjunto o Juiz

de fóra, e se não o houver, o Juiz ordinario com hum Vereador, *liv. 4. tit. 96. §. 25. (d)*

Suspeição não se pôde pôr ao Juiz da execuçãõ, *liv. 3. tit. 21. §. 28. (e)*

Suspeição corre no tempo das ferias, *liv. 3. tit. 18. §. 11.*

Suspeição não se recebe ao que põem demanda a algum Desembargador, que tiver o seu feito para o despachar, *ibid. §. 25. (f)*

Suspeição se não pôde pôr a algum Juiz, depois de se ter nelle consentido, *ibid. §. 27. (g)*

Suspei-

(a) Materiam hujus Ordinationis latè exornat Guerreir. de Recusat. cap. 15. per tot., Sylv. in Commentar. ad hunc §. Quod limita, si recusans fuerit adversarii dolo impeditus; quia tunc ei non currit terminus; Cald. in L. Si curatorem. verb. Lasis. n. 19. Cod. de In integr. restit., August. Barbof. in cap. Cum speciali. 61. n. 5. de Appellat.

(b) De materia hujus Ordinationis, & ad illius exornationem, vide quæ latè notant Sylv. in Comment. ad hunc §., & Guerreir. de Recusat. lib. 5. cap. 12. n. 1. cum seqq. Et ad illam, vide quæ notavit Senator Joann. Alvar. da Costa. De Jure Communi, tam Civili, quam Canonico, ab omni sententia recipiente, vel rejiciente suspicionem, & judicante suspectum, vel non, dabatur appellatio suspensiva; cum multis Cortiad. p. 1. dec. 18. n. 73., Themud. tom. 4. dec. 22., & tom. 2. dec. 198. n. 16., Guerr. de recusat. lib. 6. cap. 4. n. 6., & cap. 20. n. 10. Ast Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 1. à n. 86. distinguit inter casum, quo judicetur contra recusantem, aut pro illo; in isto casu denegat appellationem, quia est interlocutoria; secus in primo, quia datur gravamen irreparabile, cum durum sit sub suspecto Judice litigare. Et primum casum, ut pro recusante lata sententia sit appellabilis, ampliatur Salgad. etiam si talis sententia sit revocatoria, sicut & in secundo casu, cum sit attendenda sententia revocatoria. Secundum casum limitat idem Salgad., si Judex recusatus pro suo interesse, utpote fortularum, appellet, quod etiam limitat Luca ad Gratian. ad cap. 100. n. 13. Nostra autem Ordinatio ait, quod si judicetur suspectus, locus sit gravamini quoad Præsidentem Provincie solummodo; & si judicetur contra recusantem, nullus sit recursus. Quid autem observandum per Judices Ecclesiasticos? Salgad. & alii tenent, quod Jus Canonicum, sed pluries pro contraria judicatur. Quia tamen nostra Ordinatio expressè loquitur de Arbitris, & dubium sit, an etiam procedat, quando non sunt Arbitri, dicerem, quod opinio, que tenet judicandum secundum Ordinationem, procedere potest tantum cum ad Arbitros recurritur; est enim etiam controversum, an Legatus Sedis Apostolicæ possit nominare Judices in causis recusatationum? O Cardinal Alberto pòs Pastoral, para que no Foro Ecclesiastico se observasse a nossa Ordenaçãõ, e a repetio o Cardinal Conti, que foi ao depois Innocencio XIII.; mas a Concordata d'El-Rey D. Joã I., que refere Gabr. Per., manda guardar no Foro Ecclesiastico o Direito Canonico. Tambem na Mesa do Desembargo do Paço repetidas vezes se asentou contra as Cartas, votando-se não haver violencia em se negar a appellação no caso em que a Ley do Reyno a nega: sed de jure rem dūvida, & maximè, porque nem o Cardinal Alberto, como Governador do Reyno, nem o Cardinal Miguel Angelo Conti, sendo Nuncio nestes Reynos o podia fazer.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide plenissimè Guerreir. de Recusat. lib. 6. cap. 5. per tot., Pereir. de Revision. cap. 24. n. 25.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Guerreir. de Recusat. lib. 5. cap. 9. n. 13., quem vide ex n. 9. Ad verb. Toma por adjunto, vide sequentem Notam Senator. Joann. Alvar. da Costa. He est ilo pedir a parte ao Regedor lbe nome adjuntos; e vñ já nomear a hum Juiz do Civel, e a hum Corregedor do Civel para despachar; sed non sequendum. Et quid si Judex recusatus, & associatus discordent? vide Guerreir. de Recusat. d. lib. 5. cap. 10. num. 8.

Ad verb. Ao qual se não poderá pôr suspeiçãõ alguma; vide Guerreir. ubi supra, qui intelligit de suspicione frivola; sed merito de omni suspicione intelligit Cordeir. dubitat. 18. ex n. 32.

(e) In notoriis negotiis, veluti in executione, quæ mandatur fieri alicujus sententiæ, ubi Judex est executor tantum, non admittitur recusatio; Fermosin. in cap. Si quis contra. 4. q. 1. n. 18. de For. compet., & ita resolutum extat in quodam Decreto, quod est in Ord. lib. 3. tit. 21. Coll. 2. n. 3. Declarat tamen Arouc. in L. 2. §. 1. ff. de Res. divisi. num. 277. hanc dispositionem procedere in executione sententiæ; secus in aliis causis, in quibus proceditur executivè ex privilegio, de quo vide Phæb. p. 1. arest. 10. & 71., Mend. in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 21. n. 85., & ideo quamvis Provisor Residuorum executivè procedat in rationibus testamentorum, & in adimplendis oneribus piis, attamen præcedente causa, justè recusari potest, Phæb. p. 1. arest. 94., & p. 2. arest. 26. in fin.

Et nota, quod licet Executor non possit regulariter recusari, attamen limitanda est hæc dispositio in casu, quo jam antea suspectus erat; Arouc. alleg. 103. num. 2., Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 7. n. 18. Et idem notat Senator Oliveira ad hanc Ordinationem, ibi: Hæc dispositio non procedit in eo, qui jam erat suspectus; Pereir. de Man. Reg. cap. 7. n. 18.; e assim se deve limitar, e declarar o Decreto, que prohibe vir com suspeições nas causas de Recurso, como resolveo Sua Magestade em Consulta do Desembargo do Paço, em Dezembro de 1709., nos Assentos, que se haviaõ de tomar nos Recursos de Manoel da Fonseca de Sampaio com Antonio de Almeida e Sousa.

(f) Recusatio non est admittenda, quando illius causa supervenit ex culpa, & factò recusantis, ut probatur ex hac Ordinatione, & ex sequenti §. 26., & tenet Fermosin. ad Text. in cap. Si quis contra. 4. q. 28. n. 6. de For. compet., August. Barbof. in cap. Ut debitis. 59. n. 23. de Appellat., Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 15. n. 33. Et pars, qui facit citare Judicem post litem coram eo motam, præsumitur hoc facere animo recusandi, & ideo ne iste dolus prodesse possit recusanti, prohibita fuit recusatio Judicis ex causa citationis noviter factæ ab ipsomet recusante; de quo vide Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 2. n. 33.

(g) Hoc remedium recusandi Judicem potest à partibus renuntiari; Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. diff. 12. §. 7. n. 213., Barbof. ad Ord. lib. 3. tit. 21. ad princip. n. 2., Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 4. à n. 8., & tract. 2. de Division. lib. 8. cap. 15. à n. 35. & 36., quæ renuntiatio potest fieri tacitè consentiendo in Judicem per comparitionem, vel prosecutionem litis coram eo, ut deducitur ex hac Ordinatione, & probatur ex hocmet tit. §. 12., Fragos. d. n. 213., Pacian. de Probat. lib. 2. cap. 45. ex n. 13., Guerreir. de Recusat. lib. 5. cap. 7. n. 23., & ideo post hunc consensum non potest Judex amplius recusari, ut dicitur in hac Lege, & in d. §. 12.

Quod tamen limita 1. nisi causa de novo superveniat; Gail lib. 1. observ. 33. n. 11. versic. Prater ea., Pacian. de Probat. lib. 2. cap. 45. n. 13., Thom. Vaz alleg. 96. n. 7. 8. & 9.,

Suspeição se não pôem aos Contadores, que tomaõ contas de Fazenda Real, *liv. 3. tit. 18. §. 29. (a)*

Suspeição se pôde allegar no Desembargo do Paço contra o Julgador, e Officiaes de Justiça, *liv. 3. tit. 7. §. fin. (b)*

Suspeição allegada no Desembargo do Paço contra algum Julgador, não faz suspender sua jurisdicção, *ibid. (c)*

Suspeição posta a algum Desembargador ao tempo, que o feito se houver de desembargar na Relação, se faz disso por palavra informaçãõ ao Regedor, e elle a def-

embarga com outros, *liv. 1. tit. 1. §. 14. (d)*

Suspeição intentada ao Escrivãõ não annulla o que tiver ali feito, *liv. 3. tit. 23. (e)*

Suspeição se pôde allegar em segundos embargos, *liv. 3. tit. 88. (f)*

Suspeição se não pôde pôr pelo Auctor ao Juiz, perante quem demandou ao Réo, *liv. 3. tit. 33. §. 3. (g)*

Suspeição não se pôde intentar mais que huma só, posto que a parte jure, que de novo lhe veyo; salvo se a causa da tal suspeiçãõ nasceffe de novo, *liv. 1. tit. 21. §. 12. (h)*

Suspei-

§ 9., *Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 1. n. 54.*, quia renuntiatio tacita per consensum solum comprehendit causas de præterito, non verò de futuro; *Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. de Divis. lib. 8. cap. 15. n. 36.*, & *de Recusat. lib. 4. cap. 1. n. 54.*

Limita 2. in minore, rustico, muliere, & similibus, quia propter ignorantiam juris non censentur in Judicem consentire; *Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 1. n. 15.*; illæ enim personæ, ut renuntiationem legitime faciant, debent certiorari de iis, quæ in jure consistunt, *Gallerat. de Renuntiat. lib. 3. cap. 10. ex num. 4. cum plurib. sequentib.*

Limita 3., quando pars comparet coram Judice, profitendo se eum approbare non velle, nec in illo consentire, *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 7. n. 213.*, & plures refert *Guerreir. de Recusat. lib. 4. cap. 1. ex n. 32.*, quia protestatio est actus contrarius, per quem dignoscitur non velle protestantem juri suo renuntiare; *Gallerat. de Renuntiat. lib. 5. cap. 6. n. 27.*, ubi in *vers. Sed & litigans*, loquitur in casu recusationis.

(a) Ad hanc Legem nota, quòd nec etiam adversus Proviforem Regiarum Rationum, vulgò *Provedor dos Contos*, potest intentari recusatio in materia Rationum, ut tenet *Phæb. p. 2. arest. 44. in fin.*, quod etiam expressè cavetur in Regimine Regiarum Rationum, vulgò *Regimento dos Contos cap. 124.* Nec etiam contra Executorem Rationum, ut refert judicatum Senator *Themudo* in sequenti Nota, ibi, *Nem ao Executor dos Contos se pôde intentar suspeiçãõ, porque he Executor de facto, ita judicavimus in Senatu; vide Phæb. p. 1. arest. 10.*, quod declaratur per *arest. 44. 2. p.*

(b) Hæc Ordinatio desumpta videtur ex quodam Placito Senatus, quod transcribit *Cost. de Sryl. Dom. Supplicat. Assent. 15. pag. 126.*, & vide de materia *Merlin. Controvers. Forens. centur. 1. cap. 48.*

(c) Quia querela oblata Principi pro tollenda injuria Judicis inferioris non suspendit interim, dum Princeps de ea cognoscit; de quo vide *Salgad. de Reg. Protect. p. 1. cap. 7. num. 14.*

(d) De materia hujus Ordinationis, vide Legem nuncupatam *Reformat. Just.*, quæ est in *Ord. lib. 5. tit. 130. Coll. 1. n. 1.*, ubi in §. 19. ampliatur, & declaratur hæc Ordinatio; & vide etiam *Mend. à Caltr. p. 2. lib. 3. cap. 19. n. 22.*, ubi ait non procedere hanc dispositionem in Senatore jam designato ex distributione; nec in eo, qui in primæva sententia jam judicaverat, & votum dederat; sed in Senatore, quem Rector nominat in voce: in aliis autem casibus, vide *Ord. lib. 3. tit. 21. §. 5. & 6.*

Et vide etiam sequentem Notam Senatoris *Joann. Alvar. da Costa. Este §. 14. procede, quando o feito não tem Juizes; porque tendo-os, ha de ser intimada ordinariamente; e he melhor cautela nomear-se outro, sem que o Regedor o communique aos Desembargadores, salvo sendo conveniente que o tal Desembargador se affiste da Mesa, porque não o pôde por si só mandar o Regedor.*

Et nota, quòd si recusatio interponatur adversus

Rectorem, debent etiam Judices causæ eam determinare, & Cancellarius tenetur eam Judicibus ipsius remittere, ut resolutum fuit in quodam casu, ubi recusatus fuit Rector, & Judices causæ petierunt à Cancellario, ut sibi acta recusationis remitteret, & eo renuente, ad Regem scripserunt quamdam Epistolam, quæ est in *lib. 9. Supplicat. fol. 150.*, & transcripta invenitur in *Ord. lib. 1. tit. 1. Coll. 3. n. 3.*, ubi etiam Resolutionem invenies.

(e) *Concordat Ord. lib. 3. tit. 21. §. 6.*, & *tit. 62. §. 2.*

(f) Loquitur hæc Ordinatio de recusatione, quæ opponitur Judici post sententiam latam: quo casu, non valdè confidendum est de hac nullitate suspicionis, nisi adjungantur alia, quæ faciant ad merita causæ, ut ait *Thom. Vaz alleg. 96. n. 71.*; nam si de partis justitia per rei evidentiam constet, altera pars non erit admittenda cum recusatione adversus Judicem; *Valboa ad Text. in cap. Cum speciali. 61. n. 39. de Appellation.*

(g) Vide quæ supra notavimus in verb. *Recusar* não pôde o Auctor reconvinde ao Juiz, que elle escolheo. Judex enim à partibus electus, non potest ab ipsis eligentibus recusari; *Valasc. de Partition. cap. 9. num. 23.*, & *24.*, *August. Barbof. in cap. Super questionem. 27. n. 5. de Offic. & potest. Judic.*, *Cortiad. rom. 1. dec. 18. n. 6.* Nisi causa de novo supervenerit, *Fermosin. ad Text. in cap. Causam. 14. q. 1. n. 3. de Sentent. & re judic.*, & in *cap. Si contra. 4. q. 17. num. 10.*, *August. Barbof. in cap. Cum olim. n. 2. de Caus. possess. & propriet.*, *Cortiad. d. dec. 18. n. 23.* Si tamen Judices de consensu partium per sortes eligantur, possunt illicò facta sortitione recusari, *Fermosin. ad Text. in d. cap. Si quis contra. 4. q. 18. per tot.*, & præcipue *n. 5.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide *Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 14. à n. 1.*, & quæ notat *Sylv. in Commentar. ad hunc §.* Et hanc Ordinationem, ceterasque dispositiones hujus Tituli, non servari in Judicio Ecclesiastico notat *Sylv. ubi supr. n. 4.* ex *Themud. dec. 198. n. 13.*, de quo etiam vide sequentem Notam Senatoris *Joann. Alvar. da Costa. O Juiz Ecclesiastico nas suspeições não deve guardar a Ordenaçãõ do Reyno, mas o Direito Canonico; ex Concordia 52. Regis Joann. I., Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 2. §. 3. n. 5. Sed Peg. tom. 3. ad Ord. pag. 272. n. 825. pro utraque parte judicatum refert in Judicio Coronæ. Porém no Desembargo do Paço, aindaque quanto aos artigos se segue muitas vezes o Direito Canonico, com tudo sobre os effeitos da appellaçãõ se guarda a Ordenaçãõ; e o Nuncio Cardeal Conti, que depois foi Innocencio XIII., pôs Pastoral nesta materia, para não ter lugar a nomeaçãõ de Arbitros, mas ser delle. O Cardeal Alberto regendo estes Reynos, ouvì dizer, que ordenára se guardasse esta Ordenaçãõ no Foro Ecclesiastico. Et nota, que no Juizo Secular foi duvidado se o Clerigo devia depositar, e guardar o Direito Civil, e patrio; e que fim resolve Capon. discept. 102. n. 35., de que se infere, que menos duvida havia para elle guardar o Direito Canonico no seu foro. A Constituiçãõ de Coimbra manda depositar; porém que no Ecclesiastico se não deva depositar, mas antes, que se faz força, tem *Guerreir. de Recusat. lib. 5. cap. 1. num. 12.* hec tamen intellige recusato Judice delegato.*

(a) Ex

- Suspeição se não pôde pôr a algum Julgador, senão em causa declarada, e que penda em juizo, *liv. 1. tit. 21. §. 3.* (a)
- Suspeição, que se puser ao Julgador, se ha de intentar logo por palavra na audiência, declarando-se a causa della; e não se declarando logo, não será dado termo para isso, *ibid. §. 4.* (b)
- Suspeição sendo intentada por palavra se ha de trazer por escripto até a primeira audiência, *ibid.* (c)
- Suspeição posta por escripto leva no fim dos artigos as testemunhas, por que se intenta provar, e não se poderão depois nomear outras, *ibid.* (d)
- Suspeição põem muitas vezes o litigante a fim de dilatar a causa, *liv. 3. tit. 21. §. 9.*

- Suspeição mais se ha de attender a que não proceda, *ibid. §. 9.* (e)
- SUSPEITO se diz o que não tiver bens de raiz, que bastem para pagamento, *liv. 3. tit. 31. §. 2., e liv. 4. tit. 54. §. 4.* (f)
- Suspeito sendo o Enqueredor, são nullas as inquirições tiradas por elle, *liv. 3. tit. 62. §. 2.* (g)
- Suspeito sendo o Escrivão, se lhe descarrega o feito da distribuiçãõ, e se dá a outro, *liv. 3. tit. 23.* (h)
- Suspeito sendo o Escrivão, que tirou as testemunhas, ficaõ ellas sendo nullas, *liv. 3. tit. 62. §. 2.* (i)
- Suspeito de fuga; vide verb. *Devedor.*
- Suspeito não fica o Juiz a que a parte fez injuria, *liv. 3. tit. 21. §. 26.* (k)
- Suspei-

(a) Ex hac Ordinatione infertur, quod Judex, cui committitur aliqua informatio, non potest tanquam suspectus recusari, quia deficit pendentia litigii; Freir. in *Prax. delegationum. cap. 16. à n. 3.*, & ita disponitur in Regimine Gubernatorum Militarium, quod est in *Ord. post lib. 5. pag. 319. in §. 46.*, & hodie per Leg. novissimam, expeditam die 26. Aprilis anno 1752., quæ est in *Append. Leg. Extr. v. g. num. 39. pag. 67.*, decretum extat, quod nemo possit recusare Judicem, cui aliqua inquisitio particulariter, extraordinarièque commissa fuerit.

(b) Ad verb. *Por palavra na audiência*; vide quæ jam supra notavimus in verb. *Suspeição ao Julgador se deve logo declarar na audiência por palavra, &c.* Quid autem, si causa fuerit notoria, scandalosa, vel publica; dic, quod tunc nec exprimenda, nec probanda est, ut inquit Ferosin. in *cap. Siquis contra. 4. q. 2. n. 5. de For. compet.*, Farinac. in *Fragm. p. 2. verb. Judex. n. 891.*, Cancr. p. 1. *Var. cap. 21. n. 35.*, Fontanel. *dec. 2. n. 12. & 13. p. 1.*, confonat Cabed. p. 1. *dec. 45. n. 5.*

Sed tutius erit, quod pars ad Superiorem recurat, ad hoc ut Judici recusato decernat, ne de causa cognoscat, sed ab illa se abtineat absque aliqua discussione; Giurb. *dec. 48. n. 6.*, Capyc. *Latr.*, qui pluries observatum refert *dec. 85. num. 1.*, Guazin. *de Defens. teor. d. f. 1. cap. 19. n. 66. & 103.*, & ita apud nos observatum videtur per Regiam Resolutionem, quæ est in *Ord. lib. 1. tit. 1. Collect. 2. n. 15.*, de quo vide latè Guerreir. *de Recusat. lib. 6. cap. 2. per tot.* Si verò recusationis causæ fuerint insubstantes, frivolæ, & evidentè injustæ, rejiciendæ sunt, & eis spretis, Judex procedere debet; Cancr. *part. 1. Var. cap. 21. n. 37.*, & p. 3. *cap. 10. à n. 73.*, Fontanel. *dec. 5. n. 18. & 19.*, & *dec. 7. n. 1. p. 1.*, August. Barbof. *Vot. 4. n. 107. & in cap. Cum speciali. n. 11. de Appellat.*, Cabed. p. 1. *dec. 20. n. 4.* Et istæ suspiciones frivolæ dicuntur illæ, quæ non sunt in jure expressæ, nec majores, vel similes illis, Fontanel. *dec. 7. n. 6. p. 1.*, & *dec. 5. n. 18.*

(c) Ad verb. *Por escripto*; quia recusatio Judicis, secundum Jus commune, in scriptis proponenda est; Ferosin. *ad Text. in cap. Siquis contra. 4. q. 4. n. 8. de For. compet.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Quoniam contra. n. 26. de Probation.*, Azeved. in *L. 1. tit. 16. lib. 4. Nov. Recopil. n. 3.*, Mend. à Castr. p. 1. *lib. 2. cap. 7.*, ubi Doctissimi Addition. França plures laudat in n. 1.

Ad verb. *Até a primeira audiência*; nota, quod si causæ recusationis non proponantur usque ad primam audientiam, poterit Judex absque periculo attentatorum ad ulteriora procedere; Guerreir. *de Recusat. lib. 4. cap. 1. n. 10.* Et quid si recusans fuerit minor, mulier, aut rusticus, an restituatur post terminum hujus primæ audientie elapsum; affirmativè tenet judicatum Phæb.

p. 2. *arest. 80.*, & confirmat Mend. à Castr. p. 2. *lib. 3. cap. 19. n. 17. in fin.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 21. §. 2. n. 2.*, Guerreir. *de Recusat. lib. 6. cap. 16. per tot.*, Sylv. in *Commentar. ad hanc Ord. n. 8.*, istæ enim personæ non censentur in Judicem consentire propter omissionem recusandi in termino à Jure præscripto, quia in illis semper ignorantia præsumitur, ut inquit Guerreir. *de Recusat. lib. 4. cap. 1. n. 15. & 16.*, Pacion. *de Probation. lib. 2. cap. 45. n. 17.*

(d) Post nominationem testium ad probandas causas recusationis, non potest recusans alios amplius nominare, ut declarat hæc Ordinatio; de quo vide Guerreir. *de Recusat. lib. 5. cap. 6.* Quod amplia, etiam si pars juret sibi testes de novo obvenisse, ut statutum fuit in quodam Placito Senatûs, quod transcribit Cost. *de Styl. Dom. Supplicat. Assent. 61. pag. 146.* Et an saltem ope restitutionis possit minor, vel qui illius beneficio gaudent, alios testes nominare; negativè refert judicatum Phæb. p. 1. *arest. 60.* Sed contrarium, scilicet, quod per restitutionem possint alios testes producere, tenent Mend. à Castr. p. 2. *lib. 3. cap. 19. n. 20.*, Barbof. in *Remission. ad hanc Ord. n. 7.*, Thom. Vaz *alleg. 96. n. 58.*, Guerreir. *de Recusat. lib. 6. cap. 18. n. 18.*, quos congerit Sylv. in *Comment. ad hanc Ordinationem n. 14.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Thom. Vaz *alleg. 96. n. 31.*, Guerreir. *de Recusat. lib. 1. cap. 1. ex n. 19.* Et nota, quod si Judices desinant suspiciones non procedere, potest recusans opponere exceptiones incompetentiæ, vel suspicionis adversus Judices hoc judicantes; Phæb. *part. 2. arest. 49.*; sic limitata *Ord. lib. 3. hoc tit. 21. §. 9.*, ut jam supra notavimus in verb. *Suspeição, quando se julga, que não procede, não ha embar gos.*

(f) Plura de materia harum Ordinationum, vide apud Sylv. in *Commentar. ad Ord. lib. 3. tit. 21. §. 2.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Phæb. *part. 1. dec. 77.*, Guerreir. *de Recusat. lib. 3. cap. 7. num. 2. & 38.* Et de inquisitione facta à Judice suspecto; vide Leit. *de Inquisition. tract. 3. q. 8.*, Phæb. *d. dec. 77.*, Valenzuel. *conf. 161.*, Calder. *dec. 69. ex n. 15.*, Guerreir. *de Recusat. lib. 3. d. cap. 7.*, Arouc. *alleg. 84. n. 1. & 2.*, & quæ notat Sylv. in *Commentar. ad hunc §.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Guerreir. *de Recusat. lib. 2. cap. 11.*, exornat latè Sylv. in *Commentar. ad hunc §.*

(i) Vide DD. supra proximè laudatos in verb. *Suspeito sendo o Enqueredor, &c.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide DD. supra laudatos in verb. *Suspeição não se pôde pôr ao Julgador, a quem a parte recusante differ, ou fizer alguma injuria, &c.* Et quæ notavimus in verb. *Suspeição não se recebe ao que põem demanda a algum Desembargador, que tiver o seu feito para o despachar.*

(a) Ad

- Suspeito a hum, não o fica sendo ao seu parente, nem por lhe ser suspeito o parente do Julgador, o fica tão bem sendo o mesmo Julgador, *liv. 3. tit. 21. §. 10.* (a)
- Suspeito quando he o Contador das custas da Côrte, se comette a outro, que faça as contas, *liv. 1. tit. 2. §. 17.* (b)
- Suspeitos quando forem em hum lugar todos os Tabaliaes do Judicial em alguma causa, serve nella o Tabaliao das Notas, *liv. 1. tit. 79. §. 4.*
- Suspeito fica o Desembargador, que não guarda a Ordenação, que lhe foi allegada, *liv. 1. tit. 5. §. 4.* (c)
- Suspeito sendo julgado o Juiz, se passará sentença, ou certidão á parte, *liv. 3. tit. 21. §. 20.* (d)
- Suspeito sendo o Juiz de partilhas, se lhe dá outro por Adjunto, *liv. 4. tit. 96. §. 25.* (e)
- SUSPENDE-SE a causa pela suspeiçãõ, *liv. 3. tit. 21. §. 3.* (f)
- Suspende-se a execuçaõ pela restituçaõ, que pede o menor a El-Rey, tanto que sobre elle he mandado tirar a informaçaõ, *liv. 3. tit. 41. §. 4.*
- Suspende-se a execuçaõ pela restituçaõ do menor como he deferido pelos Juizes á petiçaõ, e recebidos os embargos, *ibid.* (g)
- SUSPENSO do officio sendo o Escrivaõ, se mais ufa delle, he preso, e não he solto sem mandado d'El-Rey, *liv. 1. tit. 62. §. 10. in fin. e tit. 68. §. 11. e tit. 80. §. 13.*
- Suspenso será o Escrivaõ do officio, que der má reposta á parte, *liv. 1. tit. 24. §. 17.* (h)
- Suspenso he o Juiz do officio, que não guarda a Ordenação, *liv. 1. tit. 5. §. 6.*
- Suspenso he o Official, que he accusado por erros de seu officio, *liv. 1. tit. 100. §. 1.* (i)
- Suspenso he o Juiz, que for preso por qualquer crime, *ibid.* §. 2. (k)
- Suspenso he o Julgador, que consente servir a seu Official, que he accusado por erros de officio, *ibid.* §. 1. (l)
- Suspenso he o Juiz, que for accusado por erro de seu officio, pelo qual, sendo provado, merece perdê-lo, depois de recebido libello de accusação, *ibid.*
- Suspenso he o official por erros da pessoa, que serve por elle, *ibid.* §. 1. (m)

Susten-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Luc. de Linea legal. artic. 29., Thom. Vaz alleg. 96. n. 49., Guerreir. de Recusat. lib. 3. cap. 16. ex n. 35. Advertit tamen Mieres de Majorat. p. 2. q. 4. illat. 8. n. 41., quod erit justa causa recusationis, si Judex fuerit de eadem stirpe, etiam ultra decimum gradum, & habeat idem cognomen.

(b) Concordat Ord. lib. 1. tit. 91. in princip., ubi Senator Themudo sequentia notat. Contador de custas, tendo demanda com algum Escrivaõ, não poderá contar o feito, em que assim for Auçtor, ou Réo, mas os feitos entre partes poderá contar, posto que seja suspeito ao Escrivaõ, salvo se o Escrivaõ, a que for suspeito, tiver demanda com alguém, porque então não poderá o Contador contar as custas; habes in tuo libro Arestorum, cap. 5., & cap. 65., aonde se decidio, que no segundo caso contará perante o Juiz, ou perante hum Tabaliao, ou perante o mesmo Escrivaõ, a que he suspeito. Et vide Ord. lib. 1. tit. 2. §. 17.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Desembargadores, que não guardaõ a Ordenação, ficaõ pelo mesmo caso suspeitos ás partes. &c.

(d) Obiter hic inquirendum venit: An judicatio Judice pro suspecto, si interim dum pendet litigium, expiret tempus jurisdictionis recusati, & in ejus locum alius sit provifus, an debeat iste novus Judex de causa cognoscere, seu debeat terminari ab eo, qui nominatus fuit in locum Judicis suspecti? vide quæ in hoc dubio notat Senator Joann. Alvar. da Costa. Se acabando o Juiz suspeito o Lugar, deve tornar á mesma vara a causa, ou nella continuar o Juiz nomeado em seu lugar, vide Barbof. hic ad §. 6. n. 2., Peg. ad Ord. lib. 1. tit. 4. §. 4. glos. 6. n. 11., Giurb. observ. 102. num. 19., Guerreir. lib. 6. de Recusat. cap. 22. n. 22. Aliquando pro utraque parte decisum, & observatum vidi. Et anno 1703. decisum fuit in Senatu, que perencia ao Juiz, que conhecia em lugar do suspeito; na causa de Luiz da Costa Freire com seu irmão o Senhor de Pancas, Escrivaõ Manoel Leitaõ de Sousa: juvat Constantin. ad Statut. Urb. tom. 1. annot. 2. artic. 4. num. 308., & in puncto Staib. resol. 117. num. 5. & 6., Altimar ad Rovit. dec. 50. num. 7., qui ex decis. Franck. tenent. non habendam amplius consideratio-

Tom. II.

nem Judicis suspecti, & ad successorem causam non regredi.

(e) Vide quæ supra notavimus in verb. Suspeiçãõ sendo posta ao Juiz das partilhas; se for Juiz dos Orphaõs de Lisboa, toma por Adjunto outro Juiz dos Orphaõs, &c.

(f) Vide quæ supra notavimus in verb. Suspeiçãõ faz subst. no feito.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Menor, que pedir restituçaõ contra alguma sentença, se suspende a execuçaõ della, logo que os embargos forem recebidos.

(h) De hac culpa debet inquirere Rector Justitiæ Domus Supplicat, ut extat dispositum in Ord. lib. 1. tit. 1. §. 31., de quo vide Peg. tom. 1. ad Ord. in Commentar. ad eundem §. glos. 126. pag. 311.

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Juiz que não ha por suspenso ao official, que he accusado por erros do seu officio, tem pena. Et an iste officialis suspensus possit saltem perficere instrumenta antea incepta; vide Moraes de Execut. lib. 4. cap. 3. n. 33.

(k) Vide supra notata in verb. Juiz preso por outros crimes fora do officio, não pôde servir seu officio, em quanto assim for preso.

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Moraes de Execut. lib. 4. cap. 3. n. 30.

(m) Probatur ex hac Ordinatione, quod substituens aliquem in suo officio tenetur de culpis, negligentis, & delictis substituti, quod etiam probatur ex Text. in L. Exaetores. 8. Cod. de Susceptor. lib. 10. L. Nullus, qui nexu. 60. Cod. de Decurion. lib. 10. L. Ad similitudinem. 21. Cod. de Episcop. & Cleric. L. fin. in princ. Cod. de Custod. reor., & tenent Cancer. lib. 2. Var. cap. 2. n. 93., & lib. 3. cap. 12. n. 188., Giurb. conf. crim. 36. n. 15. & 19. & 20., Staib. Resol. For. p. 1. resol. 34. n. 8., Farinac. in Prax. crim. q. 24. ex n. 53., & q. 1. n. 49., Bovadilh. in Polit. lib. 1. cap. 12. n. 43., & lib. 5. cap. 1. ex n. 78. Potest tamen Officialis condemnatus propter delictum substituti ab eo repetere damnum, quod propter illius culpam passus fuit; Farinac. in Prax. crim. d. q. 24. n. 90., Giurb. d. conf. crim. 36. n. 37. & seqq., Guazin. de Defens. reor. d. def. 33. c. p. 2. n. 9.

Lll

Limi-

Suspenso, que serve, tem pena de não servir mais officio de Justiça, *liv. 1. tit. 100.*
 Suspenso he o Official de Justiça pelo Juiz da execução, que não faz penhora dentro em cinco dias, depois que he requerido pela parte, *liv. 3. tit. 86. §. 20.*
 Suspenso sendo algum Official, pôde aggravar, e em quanto dura o agravo, não serve, *ibid.*

Suspenso fica o Julgador, que, passados tres dias, se lança de suspeito por seu juramento, não mostrando certidão da paga das custas do retardamento, *liv. 3. tit. 21. §. 18.*
 Suspenso he o Desembargador, que interpretar a Ordenação, e der sentença, sem ir com a dúvida della ao Regedor, *liv. 1. tit. 5. §. 5.*

Limitatur tamen primò supra posita regula, quando Officialis substituit aliquem, qui postea confirmatur, & approbatur à Superiore; Farinac. *in Prax. d. q. 24. n. 87. & seqq.*, Staib. *d. resol. 34. n. 9.*

Limitatur secundò, quando officialis substitutus delinquit circa ea, quæ officium, vel illius exercitium non respiciunt; Farinac. *d. q. 24. n. 49.*, Bovadilh. *in Polit. lib. 5. cap. 1. n. 78. & 79.*, Giurb. *d. conf. 36. n. 26.*

Limitatur tertio, quando substituens elegit perso-

nam valde integram, & solitam cum integritate se gere in negotiis sibi commissis, Carlev. *post tract. de Judic. in Apolog. n. 2.*, Giurb. *d. conf. 36. n. 17. & 51.* Et an officialis, qui tenetur de culpis substituti, liberetur illum exhibendo? affirmativam sententiam tenent Farinac. *in Prax. crim. q. 111. n. 143.*, & alii relati à Giurb. *d. conf. 36. n. 39.* sed negativam opinionem amplexi sunt, Bovadilh. *in Polit. lib. 1. cap. 12. n. 4.*, & alii allegati à Giurb. *in loco supra citato*, & de tota materia vide Calder. *dec. 4. ex n. 49.*

Letra T.

TA



TABALIAES para se chamarem pelo Senhor da Terra, deve haver doação expressa, *liv. 1. tit. 80. §. 22. (a)*

Tabaliaõ, que serve de serventia, ha de ter livro de Notas, e de Querélas, assignado pelo Juiz do Lugar, *liv. 1. tit. 97. §. 5.*

Tabaliaõ leva da vista a sexta parte do que montar a escriptura de inquirição, e do que mais accrescer, *liv. 1. tit. 84. §. 20.*

Tabaliaõ não leva vista do feito findo, e que he appenso, e dado em ajuda de seu direito, salvo amétade do que levou o Escrivaõ do Juiz da appellação, *ibid. §. 22.*

Tabaliaõ nas querélas, que tomar, não escreverá outras razões, nem accrescentará mais palavras, nem as diminuirá, e escre-

verá o caso pela maneira, que a parte o contar, *liv. 1. tit. 79. §. 30. (b)*

Tabaliaõ posto pelos Senhores de Terras, he perpetuo em sua vida, e não pôde ser tirado por elle do Officio, senão sendo julgado por sentença confirmada em Relação, *liv. 2. tit. 45. §. 23. (c)*

Tabaliaõ posto pelos Senhores de Terras, que, por erros perder o officio, não será tornado a elle, se não for por Provisão d'El-Rey, *ibid. (d)*

Tabaliaõ posto pelos Senhores de Terras será examinado pelo Desembargo do Paço, e leva o Regimento da Chancelaria, e se chama por El-Rey, *liv. 2. tit. 45. §. 16. (e)*

Tabaliaõ de Terra de Senhores, que não der instrumento de agravo ao tempo limitado, perde seu officio, *ibid. §. 30. (f)*

Taba-

(a) Concordat Ordin. *lib. 2. tit. 45. §. 3.*, & §. 20., Portug. *de Donat. Reg. tom. 2. p. 3. cap. 44. n. 32.*

(b) Idem dispositum invenitur in Ord. *lib. 5. tit. 117. §. 11.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Peg. *tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 28. in rubr. n. 44.*, imò nec successor in bonis coronæ removere potest officiales à suo antecessore provisos, & ita servatur; quidquid aliàs disputat Lagun. *de Fruct. p. 1. cap. 18. ex n. 113.*, quem vide *ex n. 97.*, vide etiam ad materiam Reynos. *observ. 5. n. 36.*, Gam. *dec. 353.* Nec possunt Domini Terrarum renuntiationem officii, inconsulto Principe, admittere, & illud conferre; de quo vide latè Reynos. *observ. 5.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. diff. 13. à n. 320.*

Ad verb. *Em sua vida*; vide sequentem Notam Senatoris Themudo. *Nota, que os Senhores de Terras não podem provêr por tempo, que isso só pôde El-Rey, nem por renuncição de outrem; & sic os Officios do Reyno são perpetuos, secus os da Casa d'El-Rey; Gam. dec. 302. E os que servem a pessoa d'El-Rey cessão por sua morte; Camareiro-mór, Escribeiro-mór, Mordomo-*

mór cessarão por morte d'El-Rey D. Sebastião, e El-Rey D. Henrique provêo outros. Ad verb. *Não pôde ser tirado*, vide aliam Notam ejusdem Senatoris: *Ibi*, tirado, nem suspenso sem culpa formada; habes in tuo libro *Arestorum cap. 120.*, & 127.

(d) Ad verb. *Não será tornado a elle*; similes sunt Ordinationes *lib. 1. tit. 80. §. 19. & 22.*, & *lib. 5. tit. 66. §. 1.*, & *tit. 72. in princ.* ex quibus colligitur, non posse quemquam reassumere officium, quo per culpam fuit privatus, imò, nec ad aliud admitti; Arouc. *in L. 21. ff. de Stat. homin. n. 10.*; qui benè declarat, & *in L. 2. ff. de Sen. nor. ex n. 7.* Boler. *de Decretor. tit. 1. q. 14. ex n. 5.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide Portug. *de Donat. Reg. tom. 2. p. 3. cap. 44. n. 37.*, Lagun. *de Fruct. p. 1. cap. 19. n. 43.*, concordat Ord. *lib. 1. tit. 81. §. 24.*

(f) Ad verb. *Instrumento de agravo*; nota, quòd Tabellio dat instrumentum, non chartam testimoniallem, licèt interponatur gravamen ab Auditore, à quo charta testimonialis solet expediri, quando illius Scriba gravamen expedit; Leit. *de Jur. Lusit. tract. 1. q. 6. n. 12.*

(a) Ad

Tabaliaõ dá fiança , antes que sirva, *liv. 1. tit. 80. §. 2. (a)*
 Tabaliaõ não póde trazer corõa aberta, aindaque seja pequena, sob pena de perder o officio, *ibid. §. 4. (b)*
 Tabaliaõ não faz escriptura, em que se deva fisa, sem se lhe apresentar certidaõ della, *liv. 1. tit. 87. §. 14. (c)*
 Tabaliaõs não podem ser dous parentes em huma terra, convêm a faber, pay, e filho, nem dous irmaõs, nem primos, nem tio, e sobrinho, nem cunhados; e o que derradeiro entrar, perde o officio, *liv. 1. tit. 79. §. 45. (d)*
 Tabaliaõ não será Juiz, nem advogará, nem procurará, *liv. 1. tit. 80. §. 5. (e)*
 Tabaliaõ das Notas lerá ás partes, e perante testemunhas, os instrumentos, que fizer, *liv. 1. tit. 78. §. 4. (f)*
 Tabaliaõ das Notas não faz escriptura, sem lhe ser distribuida, nem escreverá em canhenhos, nem por ementas, *ibid. §. 1. e 5. (g)*

Tabaliaõ das Notas diz ao Distribuidor del- las os nomes das partes, e a substancia do contracto, que for fazer fóra, sob pena de perder o officio, *liv. 1. tit. 84. §. 2.*
 Tabaliaõ das Notas notifica ao Distribuidor como as partes se arrependêraõ, *ibid. §. 13.*
 Tabaliaõ das Notas, que nega ao Distribuidor a escriptura, que fez, he punido como falsario, *ibid.*
 Tabaliaõ das Notas não fará escripturas entre partes, que não conhecer, e sem lhe constar por duas testemunhas, que saõ as proprias, *liv. 1. tit. 78. §. 6. (h)*
 Tabaliaõ não póde dar mais que huma vez o Instrumento pela nota á parte, a quem pertencer, *ibid. §. 18. e 19. (i)*
 Tabaliaõ não fará escriptura de venda de bens de raiz sem certidaõ de paga de fisa, *ibid. §. 14. (k)*
 Tabaliaõ do Judicial notificará ao Juiz as querélas, que tiver, que passarem de hum anno, sem por ellas se fazer obra, *liv. 1. tit. 79. §. 3.*

Taba-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Fiança daõ os Tabaliaõs Judiciaes, para servirem seus Officios.

(b) De validitate hujus Legis, vide Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 20. per tot., Thom. Vaz alleg. 26. n. 8., & vide etiam Cortiad. tom. 3. dec. 176., ubi aliquas Provincias refert, apud quarum incolas Notarii Ecclesiastici recipiunt inter omnes instrumenta.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Escriptura de venda de bens de raiz he nulla, se nella falta certidaõ da fisa.

(d) Ad declarationem, & intelligentiam hujus Legis scripsit Senator Themudo sequentes Notas. Vide judicatum, que o Juiz, e Tabaliaõ do Judicial podem ser parentes em grão prohibido; habes in tuo lib. Arestor. cap. 118. Ad verb. Nem tio, e sobrinho; notat idem Senator, ibi: Entende-se em sobrinho filho de irmaõ inteiro, em sobrinho filho de meyo irmaõ, por ser esta Ley exorbitante; habes judicatum in tuo lib. Arestor. cap. 100.

Ad verb. Cunhados; intellige, dum extiterit hæc affinitas, ut probatur ex Ordin. lib. 3. tit. 24., ibi: Em quanto durar; & lib. 1. tit. 67. §. 4., ibi: Em quanto está casado; & patet ex Glof. in L. Sed hoc ita 22. ff. de Re judic., ubi soluto matrimonio, solvitur etiam amor, & privilegium; Tiraquel. in tract. Cessante causa. n. 27.

Et nota, quod non licet hanc Legem extendere ad similes casus, ut de simili Lege Castellæ dicit Azeved. in L. 7. tit. 25. lib. 4. Nov. Recopilat. Et vide supra verb. Parentes não podem ser os Officiaes de Justiça na mesma Cidade, Villa, ou Concelho, &c. Et an hæc dispositio procedat in casu, quo pater sit Judex, filius verò Notarius? negative refert pluries judicatum Senator Thom. Pinheiro da Veiga in sequenti Nota ad hanc Ordinationem. Limita que não tem lugar esta prohibiçãõ no parentesco do Julgador com o Escrivãõ; porque póde o pay ser Juiz, e o filho Escrivãõ; affim se julgou em hum aggravado de Mesaõ frio: e em outro de Bem viver: outro de Antonio Pereira contra Aleixo Borges com seu filho Juiz, em Abril de 1608., Denique o julgamos em 26. de Julbo de 1610. Aggravante Manoel de Almeida de Cambra.

(e) Concordat Ordin. lib. 1. tit. 48. §. 23.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Cald. de Empt. & Vendit. cap. 34. n. 46. Et ex defectu lecturæ instrumenti coram partibus, & testibus, illud esse nullum di-

cit cum pluribus Peg. tom. 2. Fovens. cap. 19. n. 91. & 92. Et vide quæ notat Peg. ad hanc Ordinam. tom. 6. tit. 78. §. 4. ex n. 5. cum seqq. Et nota, quod instrumentum semper præsumitur lectum à Tabellione coram partibus contrahentibus; ut deliberavit Senator Themudo apud Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 42. ad princ. n. 14. versic. Corruit. in fin.

(g) Dispositio hujus Legis recommendata fuit per Leg. Extravag. expeditam die 3. Aprilis, anno 1609. in versic. E quanto á distribuiçãõ dos Tabaliaõs; quæ est in Ord. lib. 1. tit. 24. Coll. 1. n. 1. Ad verb. Nem escreverá em canhenhos; vide Moraes de Execut. lib. 4. cap. 1. n. 60.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Theaur. For. lib. 2. q. 78., Cald. de Empt. & Vendit. cap. 7. à num. 1., Moraes de Execut. lib. 4. cap. 1. ex n. 48. cum seqq. Et an hi duo testes, qui deponunt de cognitione contrahentium, possint etiam esse testes de contractu? negative resolvit Peg. in Comment. ad hunc §. n. 5. dicens, quod si ille non esset sensus Legis, superflua esset hæc dispositio, cum jam constaret ex §. 4. hujusmet tituli, duos testes in omni scriptura adhibendos esse. Sed contrarium ex stylo observari tenet Senator Oliveira in sequenti Nota ad hanc Ordinationem. Nota, que as mesmas duas testemunhas, que intervem no contracto, conforme ao antecedente §. 4., o podem tambem ser para o conhecimento das partes contrahentes, e este he o estylo; aindaque Pegas neste §. n. 5. diga o contrario. Et ita tenet Moraes de Execution. lib. 4. cap. 1. n. 51.

(i) Hæc Ordinatio revocata fuit in Comitibus Curialibus, quæ congregatæ fuerunt anno 1641., & ita declaratum per quamdam Legem Extravag., quæ postea fuit expedita die 20. Aprilis anno 1647., (& est inserta in Ord. lib. 1. tit. 78. Coll. 1. n. 2.) ubi decernitur, posse quemlibet ex contrahentibus secundam requirere scripturam, præstito juramento, coram quocumque Judice se primam perdidisse, quo facto, debet Judex Notario decernere, quod alteram scripturam parti requirenti noviter tradat. Et vide ad hanc Ordinationem Moraes de Execut. lib. 4. cap. 5. n. 1. Et an Tabellione mortuo possit successor in officio exempla partibus tradenda è portocollo extrahere absque Judicis licentia? vide Moraes de Execut. lib. 4. cap. 3. n. 40.

(k) Vide ad materiam hujus Legis, quæ supra notavimus in verb. Escriptura de venda de bens de raiz he nulla, se nella falta certidaõ de fisa.

Tabaliaõ do Judicial porá sempre em cada termo, dia, mez, e anno juntamente com o seu nome, *liv. 1. tit. 79. §. 5. (a)*

Tabaliaõ porá sempre nas escripturas o lugar, e casa, em que as fizer, *liv. 1. tit. 80. §. 7. (b)*

Tabaliaõ, que tirar inquiriçaõ, perguntará pelo costume, e idade, *liv. 1. tit. 79. §. 11.*

Tabaliaõ do Judicial será obrigado a continuar todos os feitos no dia, que forem offerecidos, *ibid. §. 6.*

Tabaliaõ do Judicial será muito diligente em ir fazer as execuções, e tomar posses dos bens de raiz, penhores, arrematações, e entregas, e dos autos passarão os instrumentos, que lhe forem requeridos pelas partes, *ibid. §. 14. (c)*

Tabaliaõ posto por Senhores de Terras, que tenha o Regimento das Ordenações, e não outro, aliás perde o officio, e he

degradado para Africa, *liv. 2. tit. 45. §. 21.*

Tabaliaõ das Notas escreverá em hum livro todas as notas dos contractos, que fizer, e as lerá perante duas testemunhas ao menos, e assignará as partes, e as testemunhas; e não sabendo alguma parte assignar, assignará por ella outra testemunha, fazendo mençaõ, como assigna pela parte; e fará mençaõ no fim da dita nota de tudo o que for minguido, ou riscado, *liv. 1. tit. 78. §. 4. (d)*

Tabaliaõ faz os testamentos, codicillos, e inventarios, que não forem de orphaõs, prodigos, e defasizados, *ibid. §. 7. (e)*

Tabaliaõ das Notas faz os instrumentos de posse, que se toma por virtude de escripturas, *ibid. §. 8. (f)*

Tabaliaõ do Judicial faz instrumentos de posse, que se toma por vigor das sentenças, *ibid.*

Taba-

(a) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 24. §. 16. & §. 36., & tit. 80. §. 7., & tit. 28. in princ., & tit. 29. §. 6.* Et vide quæ supra notavimus in verb. *Escrevaõ, que não põem nas cartas, e sentenças, o dia, mez, e anno &c.* Et an hæc omisso inducat in instrumento nullitatem? vide DD. laudatos in loco proximè citato, quibus adde *Cald. de Empt. & Vendit. cap. 4. ex n. 8., Maced. dec. 3. per tot.; Moraes de Execut. lib. 4. cap. 1. n. 11.*

Et si Tabellio errorem commiserit in hac indictione, vel eam omiserit, an possit errorem postea corrigere, vel talem indictionem addere? vide *Berton., & Fragos. relatos in loco supr. proximè citato; & ultra eos vide omninò de materia Farinac. in Prax. crimin. tit. de Falsit. q. 156. à n. 40., ubi in n. 42. distinguit inter casum, quando non est data copia instrumenti, & quando jam data est, itaut in primo casu non possit errorem corrigere, in secundo verò sic, & idem dicit in n. 10., & asserit in n. 43. posse Notarium corrigere indictionem, quando illa non fuit omissa, sed male posita; & post varias declarationes concludit in n. 54. tutius esse errorem hunc corrigere de licentia Judicis; & idem repetit in n. 66.*

Et an ad hoc sit necessaria citatio partis, distinguit idem *Farinac. in n. 69. correctionem erroris notorii à correctione erroris non notorii, ut pote quando positus est unus dies pro alio, itaut in hoc secundo casu sit necessaria citatio partis, in alio verò non. Et vide etiam Altimar de Nullit. contract. tom. 3. q. 9. sect. 5. à n. 29.*

(b) Concordat Ord. *lib. 1. tit. 24. §. 36., Moraes de Execut. lib. 4. cap. 1. n. 18., ubi dicit expressionem loci esse de substantia instrumenti; Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. n. 38. versic. Cognita. Et an locus loci sit de substantia publicæ scripturæ; vide Ægid. in L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 11. conven. 1. ex n. 12. cum seqq., August. Barbof. lib. 2. Ver. 68. à n. 16. usque ad n. 26., Scop. ad Gratian. observ. 28., & affirmativè probatur ex hac Ordinatione in illis verbis lugar, e casa; Moraes d. cap. 1. n. 18. in med., Cald. de Empt. & Vendit. cap. 5. n. 14.*

(c) Ad verb. *E tomar posses; concordat Ord. lib. 4. tit. 78. §. 8. Ad verb. Passaráo instrumentos; intellige, præcedente mandato Judicis; Landim in tract. de Salar. q. 3. n. 62., Parex. de Instrum. edit. 10. resol. 1. n. 10.*

(d) Ad verb. *E as lerá perante duas testemunhas; vide quæ supra notavimus in verb. Tabaliaõ das Notas lerá ás partes, e perante testemunhas os instrumentos, que fizer. Et vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. n. 285., Castilh. lib. 4. Controv. cap. 48. n. 25., & si instrumentum non fuerit le-*

ctum, erit nullum; *Cald. de Empt. & Vend. cap. 34. n. 43., Moraes de Execut. tom. 2. lib. 4. cap. 1. n. 26., Cordeir. de Testam. dubit. 6. n. 38., Guerreir. de Inventar. lib. 2. cap. 5. n. 30. semper tamen præsumitur lectum, ut jam notavimus in loco supra citato, & tenet Guerreir. de Inventar. d. cap. 5. n. 31.*

Ad verb. *E assignaráo as partes; nota, quòd de Jure communi non erat necessaria subscriptio testium in scriptura publica, sed ex hac Ordinatione aliter dispositum extat; sequutaque fuit hæc Ordinatio opinionem Glosarum, quas refert Covarr. Practic. quest. cap. 20. n. 4., Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. n. 38. versic. Sedet., ut notat Senator Themudo in quadam Deliberatione apud Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 42. ad princ. n. 13., Gom. in L. 3. Taur. n. 30., Cald. de Empt. & Vendit. cap. 34. n. 16. & 43., Phæb. p. 2. dec. 170. n. 3. Et licet testes debeant signari in originali, attamen in exemplis non solent Tabelliones transcribere signa testium; quia sufficit fieri mentionem de eorum nominibus, ut deliberavit Senator Themud., apud Peg. d. lib. 2. tit. 42. ad princ. n. 13.*

Quid autem si isti testes postea interrogati contradicant scripturam; vide *Thesaur. For. lib. 1. q. 31., plenè Fermosin. alleg. Fiscal. 13. ex n. 10., Covarr. lib. 2. Var. cap. 13. n. 12. Ad verb. Assignaráo por ella outra testemunha; vide Cald. de Empt. & Vendit. cap. 34. n. 14., ubi in n. 17., ait, quòd unus testis potest subscribere pro pluribus contrahentibus litterarum ignaris.*

Ad verb. *E fará mençaõ de tudo o que for minguido, e riscado; vide Cald. de Empt. & Vend. cap. 34. n. 18., Sabel. in Sum. §. Notarius. n. 19., Gom. in L. 2. Taur. n. 91., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. §. 11. n. 304., Card. de Luc. tom. 15. tit. de Judic. disc. 26. n. 16., Moraes de Execut. lib. 4. cap. 2. à n. 6., Rocc. Select. cap. 35. n. 10. 11. & 12.*

(e) Ad verb. *Faz os testamentos; vide sequentem Notam Senatoris Themudo. Nota, que as approvações dos testamentos pertencem aos Tabaliaõs do Judicial, e ao Juizo Ordinario, e não aos Escrevaõs dos Orphaõs, nem ao Juiz delles; habes judicatum in tuo libro Arestor. cap. 55. & cap. 44. Ad verb. Inventarios que não forem de Orphaõs, &c.; quia omnes isti inventarii, de quibus hic loquitur Ordinatio, pertinent ad Scribas Orphanorum; de quo vide Ord. lib. 7. tit. 89. §. 3. & lib. 4. tit. 103.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Posse pôde dar o Tabaliaõ das Notas, mostrando-se-lhe titulo justo, &c. Et verb. Posse daõ os Tabaliaõs pelas cartas de compra, escambo, e doações, &c.*

(a) Ad

Tabaliaõ das Notas escreve as receitas, e despesa dos bens dos defunctos, que seus testamenteiros recebem, e dispendem por virtude dos testamentos, naõ sendo ordenado outra cousa pelo testador, *liv. 1. tit. 78. §. 9.*

Tabaliaõ das Notas faz as cartas de vendas, compras, escambos, arrendamentos, aforamentos, e soldadas, que se fazem dos orphaõs, e seus bens, quando passarem de tres annos, e os preços passarem de sessenta mil reis, *ibid. §. 10. (a)*

Tabaliaõ das Notas faz as obrigações dos presos, posto que seja presente o Juiz, *ibid. §. 11.*

Tabaliaõ das Notas faz os instrumentos de obrigações, posto que se hajaõ de julgar por sentença, *ibid. §. 12. (b)*

Tabaliaõ das Notas, que naõ faça contractos, em que as partes se obriguem por juramento, ou boa fé, *ibid. §. 13. (c)*

Tabaliaõ das Notas naõ fará escriptura de contracto, por dar dinheiro por moedas antigas, *ibid. §. 16.*

Tabaliaõ dá instrumento de aggravo, ou carta testemunhavel com reposta do Julgador, a que dará em dous dias primeiros seguintes, contados de momento a momento; e se a parte quizer responder, tem outro tanto tempo; e se a outra quizer replicar, e treplicar, o faráõ em hum dia, *liv. 1. tit. 80. §. 9. (d)*

Tabaliaõ naõ lhe dando o Juiz reposta ao instrumento de aggravo, o passará á parte, que lho pedir, sem a dita reposta, *ibid.*

Tabaliaõ faz instrumentos de notificação, requerimentos, e protestos, que se fazem fóra do juizo, e de citações, que se fazem por cartas, e de entregas de presos, ou de certidoes de como algumas cartas d'El-Rey foraõ apresentadas a algum Juiz, ou como foraõ fixadas algumas cartas de justiça, ou de Prelados, ou seus Vigarios, *ibid. §. 10.*

Tabaliaõ, que naõ der o instrumento de aggravo no termo á parte, perde seu officio, *ibid. §. 11. (e)*

Tabaliaõ no instrumento de aggravo declarará a verdade dos autos, que pela parte, ou Juiz for apontado, sob pena de privação de seu officio, *ibid. §. 12.*

Tabaliaõ, que fizer escriptura de contracto, ou distracto com juramento promissorio paga a pena, que cada hum dos contrahentes pagar, *liv. 4. tit. 73. §. 1. (f)*

Tabaliaõ em todas as escripturas porá de sua letra as pagas dellas, *ibid. §. 16.*

Tabaliaõ naõ mostre os Testamentos, que fizer aos Provedores, nem aos Prelados, ou seus Officiaes antes do anno, e mez, aliás tem pena, *liv. 1. tit. 62. §. 27. (g)*

Tabaliaõ julgado por naõ suspeito leva o salario em dobro, além do que se paga ao que no feito se escreveo, *liv. 3. tit. 23. §. 2. (h)*

Tabaliaõ do Judicial naõ póde ser o criado do Alcaide mór, ou Fidalgo da mesma Terra; e servindo por outro, perde a estimação do officio, *liv. 1. tit. 79. §. 41.*

Taba-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Próva se póde fazer por testemunhas do arrendamento de bens de raiz por hum anno, que naõ passar da quantia de sessenta mil reis.*

(b) Ad verb. *Posto que se hajaõ de julgar por sentença; de his contractibus vide Valeron de Transact. tit. 1. quest. 6., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 11. §. 6. n. 86. & 87., Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. §. 1. cas. 1. per tot.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Esctura, em que haja juramento, se naõ póde fazer por Tabaliaõ de Notas.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide Martins à Cost. de Sryl. Dom. Supplicat. annot. 5. ex n. 17., Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. de Gravamin. q. 6. ex n. 120. Ad verb. *Instrumento de aggravo, ou Carta testemunhavel; nota, quòd differunt instrumentum, & charta testimonialis in eo, quod instrumentum tunc dicitur, quando conficiens est Tabellio, qui facit signum publicum; charta verò testimonialis tunc dicitur, quando conficiens est Scriba, & non Tabellio; Leit. de Jur. Lusit. d. q. 6. n. 121. Ad verb. *Com reposta do Julgador, que dará em dous dias; Concordat Ord. lib. 3. tit. 74. in princ., & tit. 85. in princ., Leit. de Jur. Lusit. d. q. 6. n. 97. Ad verb. *E se a parte quizer responder, vide sequentem Notam, quam ad similia verba transcri-***

psit Senator Themudo in Ord. lib. 3. tit. 74. in princ., ibi: Etiam in gravamine per petitionem debere dari copiam parti, ut respondeat, & treplicet ait Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. d. q. 6. n. 97., sed solum in instrumento gravaminis id video observari, maxime in Senatu, ubi nunquam datur parti copia petitionis, solumque ei superest facultas objiciendi impedimenta contra decretum Senatus.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide sequentem Notam Senatoris Themudo. *Se o Escturaõ denega o aggravo, ou carta testemunhavel contra seu Regimento, sendo fóra das cinco legoas da Corte, se faz petição ao Regedor de queixa, e elle comette o caso a hum Desembargador, que procede contra o Escturaõ, feito o sumario; e este he o estylo; Leit. de Jur. Lusit. tract. 1. quest. 6. n. 125. in fin., Phab. p. 2. arest. 90., similis Ord. lib. 3. tit. 74. per tot.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Juramento, ou promettimento de boa fé naõ se póde pôr nos contractos, ou distractos.*

(g) Quia ante annum, & mensem non possunt procederé contra Executores testamentorum, ut declaratum extat in hocmet Tit. 62. §. 2. 4. & 12.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide Landim de Salar. Judic. q. 3. n. 77. & 78. laudatum à Guerreir. de Recusat. lib. 2. cap. 11. n. 6.

Tabaliaõ he obrigado a guardar até vinte annos os feitos crimes, e até trinta os civeis, *liv. 1. tit. 84. §. 23. (a)*

Tabaliaõ faz o instrumento de approvaçãõ de testamento na mesma folha do testamento; e naõ podendo começar nella, porá o seu signal público, em qualquer parte do testamento, *liv. 4. tit. 80. §. 1. e 2. (b)*

Tabaliaõ, que der posse sem justo titulo, carta, ou mandado do Juiz, paga á parte a perda, e damno, que por isso se lhe crescer, *liv. 4. tit. 58. §. 3.*

Tabaliaõ, que fizer escriptura falsa, tem pena de morte natural, *liv. 1. tit. 80. §. 17. (c)*

Tabaliaõ, que levar mais do conteudo em seu Regimento, perde o officio, *liv. 1. tit. 80. §. 18. (d)*

Tabaliaõ, que servir sem Carta, será degradado dez annos para o Brasil, *ibid. §. 19.*

Tabaliaõ, que incorreo na pena, por servir sem Carta, ou sem Regimento, e tornou a servir por Provisãõ o dito officio, ou outro algum, sem fazer expressã mençaõ do passado, tem pena, *liv. 2. tit. 45. §. 18. (e)*

Tabaliaes para os legados nas Aldêas ele-

gem os Vereadores, *liv. 1. tit. 78. §. 20. (f)*

Tabaliaes para se chamarem pelo Senhor da Terra, deve haver doaçaõ expressã, *liv. 1. tit. 80. §. 22.*

TABOLAGEM de jogo público, os que a daõ, podem ser castigados pelo Ecclesiastico, *liv. 2. tit. 9. (g)*

Tabolagem de jogo, os que a daõ, tem pena de cincoenta cruzados, e degredo de dez annos para o Brasil; e sendo peãõ, he açoutado, *liv. 5. tit. 62. §. 4. (h)*

Tabolagem, quem a der, póde ser accusado até hum anno, *ibid. §. 8.*

Tabolagem do jogo, se alguem a dá em sua casa, devassa delle o Corregedor do crime da Cidade de Lisboa, *liv. 1. tit. 49. (i)*

Tabolagem, quem a dá, naõ póde pedir damno, nem injuria, que lhe seja feita em sua casa, *liv. 5. tit. 81. §. 5. (k)*

TAVERNEIROS saõ obrigados a ter canadas, meyas canadas, quartilhos, e meyos quartilhos; e os que vendem vinho em grosso teraõ hum almude, e meyo almude, *liv. 1. tit. 18. §. 61.*

Taverneiros saõ cridos por seu juramento até mil reis do que deraõ fiado, *liv. 4. tit. 18. (l)*

TAXAS

(a) Ad verb. *Até vinte annos os feitos crimes*; quia viginti annorum spatium præscribitur jus accusandi crimina; ex *L. Querela. Cod. Ad L. Cornel. de Fals.*, Almeida, de Num. quinario, cap. 8., qui latè agit de præscriptione delictorum; & latissimè Antonel. de Tempor. leg. lib. 2. cap. 82. per tot., Phæb. dec. 73. n. 7., Pereir. de Revision. cap. 6. n. 6., Petr. Barbof. in *L. Sicur. 6. n. 213. Cod. de Præscription. 30.*, vel 40. annor. Quam regulam pluribus modis limitat Antonel. d. cap. 82. Primò, quando intra spatium 20. annorum, accusator, vel Fiscus quærelam instituit: secundò, quando delicta sunt ex atrocioribus, utpote assassinii, hæresis, parricidii, & similibus: tertio, quando adversus delinquentem jam lata fuit sententia, quia hæc præscriptio non procedit, nisi ante accusationem: quarto, quando crimen fuerit incestus, lenocinii, vel adulterii, quia hæc delicta regulariter spatium quinque annorum præscribuntur.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide *Nigr. in tract. ultim. volunt. lib. 3. cap. 2. n. 7.*, Molin. de Just. & jur. tract. 2. d. sp. 125. sub n. 3. versic. *Ibidem.* Et si Tabellio non scribat instrumentum approbationis in forma hujus Legis, sed extra folium ipsius testamenti, an tale testamentum sit validum? affirmative refert judicatum Martins à Costa in *Sryl. Dom. Supplicat. Lit. T. pag. 217.*, Portug. de Donat. p. 3. cap. 16. n. 71., Guerreir. tract. de Inventar. lib. 4. cap. 13. n. 13.

Negativam tamen sententiam latè defendit Cordeir. de Dubitat. p. 1. dubit. 9. ex n. 13. Ad verb. *Porá o seu signal público*; vide sequentem Notam Senatoris Oliveira; ibi: *In §. 2. ibi*, o seu signal público: *Nore-se, que naõ requer signal público, senaõ no caso de se pôr o instrumento da approvaçãõ na folha apartada, de que resulta, que se no instrumento da approvaçãõ naõ fizer signal público, mas razo, ou na nota,*

quando nella se fizer instrumento aberto, naõ será o testamento nullo; e assim o julguei.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ notavimus in locis supra relatis in verb. *Pena de morte natural, e perdimento de bens se dá ao Tabaliaõ, que fizer escriptura, ou aos falsos.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Official, que leva mais do conteudo em seu Regimento, he degradado dous annos para Africa.*

(e) De materia hujus Legis vide *Peg. tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 80. ad princip. glos. 2. n. 1. & 2. pag. 383.*, & ad §. 22. & 23., & tom. 9. ad Ord. tit. 28. n. 43. & seqq.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide *Portug. de Donation. Reg. tom. 2. p. 3. cap. 16. à n. 17.* ubi de testamentis in rure factis ab istis Tabellionibus latè agit.

(g) Vide ad materiam hujus Ordinationis *Mend. à Castr. p. 2. lib. 2. cap. 4. n. 23.*, Antonel. de Regim. Eccles. lib. 6. cap. 24. Et de materia ludi, vide quæ notavimus sub verb. *Jogadores.* Et in verb. *Pena se naõ dá pelo furto, damno, ou injuria, que fizerem ao que dá casa de tabolagem &c.*

(h) Vide notata in d. verb. *Pena se naõ dá pelo furto damno, ou injuria &c.*

(i) Quia iste alearum ludus inter maleficia numeratur, ut jam supra notavimus in verb. *Jogar naõ póde alguem jogo de cartas, com pena de dous mil reis &c.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Jogadores, ou outras pessoas, que naõ seer jogar, se na casa do jogo, em quanto nella se joga fizerem algum furto, injuria, ou damno &c.*; & verb. *Pena se naõ dá pelo furto, damno, ou injuria, que fizerem ao que dá casa de tabolagem &c.*

(l) Vide ad materiam Ordinationis quæ supra notavimus in verb. *Juramento dos Carniceiros, Taverneiros, e Paideiras he bastante para serem cridos no que venderem até mil reis.*

(a) Ad

TAXAS põem os Vereadores aos Officiaes mechanicos, Jornaleiros, e aos demais, *liv. 1. tit. 66. §. 32. (a)*

Taxa se a não guardar a Regateira, paga cem reis, *liv. 1. tit. 68. §. 10.*

Taxas dos Estalajadeiros em cada mez se visitaõ, *liv. 1. tit. 65. §. 20. (b)*

TE.

TECEDEIRAS de véos teráõ oito onças, quatro onças, duas onças, huma onça, e meya onça, e as affilarão cada mez, *liv. 1. tit. 18. §. 58.*

TECELOENS de panno de lãa teráõ arroba, e meya arroba, e quarta, e quatro arrateis, dous arrateis, e hum arratel, e dous pesos de meyo arratel, e affilarão os pesos cada anno sómente, *ibid. §. 56.*

TEMPO não corre ao impedido, *liv. 3. tit. 91. §. 1. (c)*

Tempo não corre, quando o Juiz he causa do impedimento, *liv. 3. tit. 84. §. 5.*

Tempo para pedir revista se conta desde o dia, que a sentença for publicada; e sendo embargada, desde o dia, que se publicou a sentença sobre os embargos a dous mezes, *liv. 3. tit. 95. §. 3. (d)*

Tempo se dá para deliberar ao que depõem em feito antigo, ou intrincado, *liv. 3. tit. 53. §. 1. (e)*

Tempo, em que o maleficio he feito, se declara no libello; e não se declarando, o Juiz o manda declarar, *liv. 5. tit. 124. (f)*

Tempo, em que os Testamenteiros estaõ obrigados a cumprir o testamento do defuncto, he hum anno, *liv. 1. tit. 62. §. 2. (g)*

Tempo, que se dá ao devedor para pagar o que se obrigou sem declaração d'elle, he dez dias, *liv. 4. tit. 50. §. 1. (h)*

Tempo, que se refórma ao degradado para ir cumprir seu degredo, saõ dous mezes, *liv. 1. no Regim. do Desemb. do Paç. §. 17. (i)*

Tempo, em que o Juiz ha de dar resposta á petição de aggravo, he dous dias de momento a momento, *liv. 3. tit. 74. (k)*

Tempo para appellar, he dez dias, *liv. 3. tit. 70. (l)*

Tempo para appellar da sentença condicional, se conta desde a publicação, sem esperar o cumprimento da condição, *liv. 3. tit. 77.*

Tempo para pagar o dinheiro do aggravo da sentença, saõ dous mezes desde a publicação della, *liv. 3. tit. 84. §. 4. (m)*

Tempo

(a) Ad Decuriones spectat pretia justa in Republica taxare, Cabed. p. 1. dec. 74. n. 3. & plura de taxationibus vide apud Fragos. de Regim. Reip. p. 1. diff. 19. §. 2. & 3., Larream dec. 11. Et nota, quod non possunt Decuriones taxare saponem, quia est jus regale, Gam. dec. 31., Cabed. p. 2. arest. 8., Cost. de Styl. Dom. Supplicat. pag. 217., Peg. tom. 5. in Comment. ad hanc Ordin. n. 8. & seqq., ubi ait, quod neque possunt taxare res, quæ adsportantur per mare; & n. 4., idem tradit de taxa salis; de qua etiam Romaguer ad Conciol. lib. 2. rubr. 46. n. 6., Larrea alleg. 77. n. 13.

Et vide sequentem Notam Senatoris Themudo ad hanc Ordinationem: *Confeiteiros, e Merceeiros não lhes podem os Vereadores pôr taxa; habes judicatum in tuo lib. Arestor. cap. 48.* Et vide aliam Notam Senatoris Oliveira, ibi: *Em instrumento de aggravo, que veyo da Villa do Crato, em que foi aggravante Manoel Ribeiro, se julgou, que aos Officiaes de Fyreiro, pela grande variedade de suas obras, não se podia pôr taxa: em Agosto de 1677. Escrivão Manoel Soares Ribeiro. Também não se pôde pôr taxa nas fazendas, que vem de fóra do Reyno, e pagaõ direitos nas Alfandegas, como se dispõe no Regimento da Alfandega, cap. 64. que está no dos Portos Seccos.* Et hæc cura, & observantia taxationum pertinet ad Aediles, Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 18. glos. 3. ad §. 21. num. 6. & seqq., Romaguer ad Conciol. in Statut. Eugub. lib. 5. rubr. 13. num. 4., & appellatio interposita à taxatione non habet effectum suspensivum; Salgad. de Reg. protect. p. 3. cap. 1. num. 54., Peg. tom. 2. Forens. cap. 15. num. 155.

(b) Hanc visitationem esse exemptam ab Aedilibus, tradit se vidisse judicatum Senator Themudo in quadam Nota ad hanc Ordinationem.

(c) De materia hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Impedimento justo excusa, e se ha de provar por aquelle, que o allega para poder valer-se d'elle.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Revista se não pede passados dous mezes depois da sentença.*

(e) Quia dubius, seu incertus de facto, super quo deponere cogitur, potest petere tempus ad deliberandum, ut notat Sylv. in Comment. ad hunc §. ubi vide.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Libello de accusação leva lugar, dia, e hora.* Et verb. *Lugar, dia, e hora do delicto se ha de declarar no libello de accusação.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide Cald. de Renovat. q. 5. n. 27., Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 16. n. 6. & 35., Carvalh. in cap. Raymaldus, de Testament. p. 2. n. 152., Antonel. de Tempor. legal. lib. 2. cap. 36., Oliveir. de Muner. Provisor. cap. 2. §. 17. & 18., Pinheir. in Append. de Testam. à n. 181., Mostaz. de Caus. piis lib. 1. cap. 12. Guerreir. tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. ex n. 281. Nota tamen, quod legata pia alimentorum possunt peti intra annum, ut tenet Surd. de Aliment. tit. 8. privileg. 33. n. 7., Mend. à Castr. p. 2. lib. 1. cap. 2. n. 87., Gabr. Per. d. cap. 16. n. 6. ubi generaliter dicit posse quemlibet ex legatariis statim, & ante annum agere; quia hoc non excludit Lex Regia, quæ egit de casu reddendarum rationum, & assignat annum ad implendum totum testamentum; & idem dicit in n. 35. versic. *dubitari*, ubi ampliat, ut possint etiam ex officio Judicis compelli.

(h) Vide ad hanc Ordinationem quæ supra notavimus in verb. *Empresimo, em que não he declarado o tempo, em que se ha de tornar, cada vez que o crédor lho pedir, lho deve tornar.*

(i) Concordat Ordin. in hocmet Regimine §. 44.

(k) Vide quæ supra notavimus in verb. *Tabaliaõ dá instrumento de aggravo, ou carta testemunhavel com resposta do Julgador, que dará em dous dias, &c.*

(l) Vide ad hanc Ordinationem supra notata in verb. *Appellar devem as partes dentro de dez dias da publicação da sentença: & quæ latè expendit Sylv. in Commentar. ad eandem Ordinationem.*

(m) Ad intelligentiam, & exornationem hujus Ordinationis vide Sylv. in Commentar. ad illam, ubi verum illius sensum expendit in n. 12. & 14.

(a) Ad